

Coleção
Sexualidade & Mídias

Leilane Raquel Spadotto de Carvalho
Ana Cláudia Bortolozzi
(Organizadoras)

LEITURAS SOBRE A
SEXUALIDADE
EM FILMES

IDENTIDADES DISSIDENTES E OPRESSÕES

VOLUME 07

Vol. 7

**LEITURAS SOBRE A
SEXUALIDADE EM FILMES:
identidades dissidentes e
opressões**



GPESEC

Grupo de Estudos e Pesquisa em
Sexualidade, Educação e Cultura



Pedro & João
editores

Leilane Raquel Spadotto de Carvalho
Ana Cláudia Bortolozzi
(Organizadoras)

LEITURAS SOBRE A
SEXUALIDADE EM FILMES:
identidades dissidentes e
opressões

VOLUME 7


Pedro & João
editores

Copyright © Autoras e autores

Todos os direitos garantidos. Qualquer parte desta obra pode ser reproduzida, transmitida ou arquivada desde que levados em conta os direitos das autoras e dos autores.

Leilane Raquel Spadotto de Carvalho; Ana Cláudia Bortolozzi; (Orgs.)

Leituras sobre a sexualidade em filmes: identidades dissidentes e opressões. Vol. 7. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 229p.

**ISBN: 978-65-87645-07-0 [impresso]
978-65-87645-08-7 [Digital]**

1. Sexualidade em filmes. 2. Identidades dissidentes. 3. Heteronormatividades. 4. Transgeneridades. 5. Autores. I. Título.

CDD – 150

Capa: Colorbrand Design

Editores: Pedro Amaro de Moura Brito & João Rodrigo de Moura Brito

Conselho Científico da Pedro & João Editores:

Augusto Ponzio (Bari/Itália); João Wanderley Geraldi (Unicamp/ Brasil); Hélio Márcio Pajeú (UFPE/Brasil); Maria Isabel de Moura (UFSCar/Brasil); Maria da Piedade Resende da Costa (UFSCar/Brasil); Valdemir Miotello (UFSCar/Brasil); Ana Cláudia Bortolozzi (UNESP/ Bauru/Brasil); Mariangela Lima de Almeida (UFES/Brasil); José Kuiava (UNIOESTE/Brasil); Marisol Barenco de Melo (UFF/Brasil); Camila Caracelli Scherma (UFFS/Brasil);



Pedro & João Editores

www.pedroejoaoeditores.com.br

13568-878 - São Carlos – SP

2020

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
Leilane Raquel Spadotto de Carvalho	
Capítulo 1	
POSE: REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO CORPO TRAVESTI	11
Leticia Carolina Boffi Manoel Antônio dos Santos	
Capítulo 2	
CURTA-METRAGEM RÓTULO: COMENDO MULHER E DANDO PRA HOMEM - OS DESEJOS SUBVERTENDO A LÓGICA IDENTITÁRIA	45
Rogério Amador de Melo Fernando Silva Teixeira-Filho	
Capítulo 3	
BIXA TRAVESTY: REFLEXÕES QUEER SOBRE A SEXUALIDADE, O CORPO E A IDENTIDADE	65
Patricia Porchat	
Capítulo 4	
MALA MALA: TRANSGENERALIDADES E TRAJETÓRIAS GERACIONAIS	83
Maiara Cristina Pereira Florêncio Mariano Costa Júnior	
Capítulo 5	
RARA: HOMOFOBIA, HETERONORMATIVIDADE E DISPUTA DE GUARDA EM FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS COM FILHAS/OS	107
Mariana de Oliveira Farias	

Capítulo 6 RAFIKI: O PODER POLÍTICO, SOCIAL E RELIGIOSO NO CONTROLE DOS AFETOS HOMOSSEXUAIS Laura Cunha Hanitzsch Mirela Bosco	127
Capítulo 7 DENTE CANINO: (R) EXISTÊNCIAS NA OPRESSÃO Leilane Raquel Spadotto de Carvalho Ana Paula Machado Bonora	143
Capítulo 8 REPULSA AO SEXO: A OPRESSÃO SOBRE A FEMINILIDADE George Miguel Thisoteine Brenda Sayuri Tanaka Andre Luiz Gellis	167
Capítulo 9 BROOKLYN NINE-NINE: DISCUSSÕES SOBRE A BISSEXUALIDADE DE ROSA DIAZ Ana Beatriz Venturin Bianca Longhitano	191
Capítulo 10 OS FLINTSTONES E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM UM DESENHO INFANTIL DOS ANOS 1960 Paulo Eduardo Aragon Marçal Ribeiro Paulo Rennes Marçal Ribeiro	205
SOBRE OS (AS) AUTORES (AS)	223
SOBRE AS ORGANIZADORAS	229

APRESENTAÇÃO

Leilane Raquel Spadotto de Carvalho

Neste sétimo volume da *Coleção Sexualidade & Mídias*, convidamos todos e todas para refletir, junto às propostas dos/as autores/as convidados/as, sobre a sexualidade e os estudos que dela derivam. Nesta obra, nosso olhar volta-se para as identidades dissidentes e as opressões sociais que muitas vezes estão presentes em nosso cotidiano e recaem sobre essas pessoas e quem com elas convivem.

A sexualidade, enquanto um conceito que engloba as relações, os afetos, os desejos, os valores de todos/as e cada um/uma de nós, atravessada e influenciada pela cultura e sociedade, nos evidencia a pluralidade de identidades e vivências.

As identidades dissidentes dizem respeito àquelas cuja identificação de gênero e/ou orientação sexual fogem ao que é tido socialmente enquanto norma: a cisgenderidade (se identificar com o gênero dado ao nascimento, baseado no sexo biológico/genital), a heterossexualidade (sentir-se atraído/relacionar-se afetiva e sexualmente com pessoas do gênero oposto) e a monossexualidade (relação afetiva/sexual por apenas um gênero/sexo).

As pessoas que não se encaixam nessa norma, muitas vezes, sofrem pressão social por não estarem em um “padrão correto” de existir e de viver socialmente, sofrendo diversos tipos de opressões e preconceitos. Nesses grupos estão os/as LGBTQIA+¹, as mulheres, entre outros.

¹ Sigla dos termos Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (transgêneros, transexuais, travestis), Queer, Intesexo, Agênero e + (demais identidades).

O Volume 7, “**Leituras sobre a Sexualidade em Filmes: identidades dissidentes e opressões**” traz dez capítulos em que a temática convergente são as identidades não-normativas – ou que divergem da “norma” – e as opressões sociais impostas àqueles/las que não fazem parte de grupos hegemônicos e que não se encaixam no considerado “padrão”: trans, homossexuais, bissexuais, mulheres etc.

Temos um conjunto de capítulos que vai focar a subjetividade e a identidade, a partir da “fala” e da imagem de quem vivencia esses rótulos “trans”.

No Capítulo 1, **Pose: reflexões acerca da construção do corpo travesti**, da autora Leticia Carolina Boffi e do autor Manoel Antônio dos Santos, e no capítulo 4, **Mala Mala: transgeneralidades e trajetórias geracionais**, de Maiara Cristina Pereira e de Florêncio Mariano Costa Júnior, são apresentadas discussões sobre transexualidade e travestilidade, refletindo sobre o corpo e a cirurgia de transição de gênero.

Rogério Amador de Melo e Fernando Silva Teixeira-Filho, no Capítulo 2, **Curta-metragem Rótulo: comendo mulher e dando pra homem - os desejos subvertendo a lógica identitária**, refletem sobre as normas que são colocadas socialmente e muitas vezes são observadas até mesmo no discurso de quem está fora delas. Também sobre apontamentos das identidades trans, temos no Capítulo 3, **Bixa travesty: reflexões queer sobre a sexualidade, o corpo e a identidade**, Patricia Porchat que discorre sobre gênero e o modo de se identificar enquanto pessoa não-cisgênero e suas questões baseiam-se na teoria *queer*.

Há outro conjunto de capítulos que enfocam o entorno, o contexto social, familiar, religioso etc. e a construção das relações opressivas e preconceituosas.

No Capítulo 5, **Rara: homofobia, heteronormatividade e disputa de guarda em famílias homoafetivas com filhas/os**, da autora Mariana de Oliveira Farias, as temáticas

são o padrão heteronormativo e a homofobia que recaem sobre as famílias homoparentais com filhos/as; e o Capítulo 7, **Dente Canino: (r) existências na opressão**, das autoras Leilane Raquel Spadotto de Carvalho e Ana Paula Machado Bonora, reflete sobre o papel da família e da cultura no desenvolvimento, na aprendizagem e na imposição de uma sexualidade normativa de seus membros.

Um terceiro grupo de capítulos agrupa as discussões sobre orientações sexuais e padrões de feminilidades/masculinidades.

As autoras Ana Beatriz Venturin e Bianca Longhitano, no Capítulo 9, **Brooklyn nine-nine: discussões sobre a bissexualidade de Rosa Díaz**, discutem os mitos e os preconceitos que cerceiam a bissexualidade, por meio da personagem Rosa e suas relações familiares, profissionais e afetivas.

No Capítulo 6, **Rafiki: o poder político, social e religioso no controle dos afetos homossexuais**, as autoras Laura Cunha Hanitzsch e Mirela Bosco, discutem sobre as relações homoafetivas em contextos em que há uma forte marca de opressão política, religiosa e social, e na mesma direção, o Capítulo 8, **Repulsa ao sexo: a opressão sobre a feminilidade**, os/as autores/as George Miguel Thisoteine, Brenda Sayuri Tanaka e Andre Luiz Gellis, trazem a reflexão sobre as opressões que recaem sobre a mulher, e como isso reflete em sua sexualidade (manifestação, comportamentos e vivências).

Finalmente, o Capítulo 10, **Os Flintstones e a representação da mulher em um desenho infantil dos anos 1960**, dos autores Paulo Eduardo Aragon Marçal Ribeiro e Paulo Rennes Marçal Ribeiro, relembra na famosa animação dos anos 60, os padrões heteronormativos e de gênero, refletindo sobre as configurações familiares e as normas sociais da época.

Os/as autores/as, apresentando os argumentos teóricos, as descrições dos materiais e suas análises, evidenciam que aqueles/as que vivem à margem do “modelo” socialmente imposto como ideal ou correto sofrem diversos tipos de interdições, violências, silenciamentos e opressões.

Apesar de, atualmente, os movimentos sociais pela igualdade em diversos aspectos inclusive o sexual, terem ganhado certa força, é importante constantemente pensar, discutir e problematizar sobre as identidades dissidentes. A pluralidade de maneiras de sentir, viver, se relacionar e se expressar sempre existiu, e é tarefa de todos/as e de cada um/a refletir o seu papel enquanto cidadão/ã que contribui para uma sociedade mais justa, igualitária e que respeita as diferenças.

Boa reflexão e boa leitura a todos!

Capítulo 1

POSE: REFLEXÕES ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO CORPO TRAVESTI

Leticia Carolina Boffi
Manoel Antônio dos Santos

Introdução

As discussões em torno do reconhecimento de outras identidades de gênero que não aquelas socialmente legitimadas vêm ganhando atenção crescente dos estudos. Pesquisas de diferentes campos do saber têm operado a (des) construção do gênero e apostado em novas construções identitárias (PERES, 2015; SANTOS *et al.*, 2019). Esse movimento, que tem conquistado visibilidade no contemporâneo, na verdade remonta ao fim do século XIX, quando, mesmo que de forma incipiente, começaram a circular questionamentos alimentados por reflexões críticas iniciadas pelo movimento feminista. Desde então as sucessivas ondas e diferentes feminismos têm desconstruído os ideais de gênero ao desnudarem suas determinações sociais (OESTERHELD, 2011).

Novos conceitos foram gradualmente incorporados e permitiram o desenvolvimento de um campo interdisciplinar original – os estudos de gênero, que revigoraram a discussão acadêmica sobre as feminilidades e masculinidades, o que fomentou noções recentes como fluidez do gênero em contraposição à rigidez anteriormente estabelecida com base no binarismo (SANTOS *et al.*, 2019).

A emergência de discursos que contribuem para borrar os limites dos ideários que se cristalizaram em polos binários tem consequências subjetivas, éticas, políticas, culturais e clínicas, levando à defesa da pluralização crescente de gêneros (SANTOS *et al.*, 2019). No vasto campo teórico-epistemológico inaugurado pelos estudos de gênero, a perspectiva *queer* vem se destacando por sua análise das relações sociais de poder e políticas de agenciamento das sexualidades e identidades de gênero. O movimento *queer* não se apresenta como um método único ou sistemático, mas nomeia um conjunto não necessariamente homogêneo de estudos pós-identitários que constituem “um acervo de engajamentos intelectuais com relações entre sexo, gênero e desejo sexual” (SPARGO, 2017, p. 13).

Contemporaneamente, gênero é compreendido como um dos principais marcadores sociais da diferença entre homens e mulheres. Na esteira desse entendimento, a possibilidade de desconstrução e remodelação dos corpos é considerada efeito de uma dinâmica de poder instituída (BUTLER, 1993).

Ao longo de diferentes épocas e culturas, construiu-se historicamente um ideal de controle e dominação no qual os corpos devem se diferenciar dentro de duas categorias apenas: homens e mulheres. Os processos de controle e dominação dos corpos e gêneros se constituem a partir do ideal instituído “nas formas homem-pênis e mulher-vagina” (PONTES; SILVA, 2017/2018, p. 398). Portanto, os sujeitos são classificados segundo uma ordem restrita denominada binarismo (BENTO, 2004). Todos os corpos que se identificam como não pertencentes ou como estando “fora” desse binarismo enfrentam um processo de exclusão e marginalização social (PINTO *et al.*, 2017).

Segundo Foucault (1998), os corpos são moldados e ganham formas na relação com os mecanismos de poder

disseminados nos discursos e nas práticas sociais. Dentro do arcabouço teórico mobilizado pela perspectiva *queer*, o conceito de performatividade/performance é crucial para discutirmos o problema que aqui será delineado, a partir de reflexões que empreenderemos com apoio de uma série contemporânea criada especialmente para a televisão. O gênero, lido na perspectiva da performance, nada mais é do que a repetição estilizada de atos corporais, gestos e movimentos específicos (BUTLER, 2014). Ou seja, não performamos ações por pertencermos a um gênero, mas pertencemos a um gênero porque performamos determinadas ações que, geralmente, correspondem ao que é esperado do gênero que nos foi atribuído quando nascemos. As noções de “feminilidade” e “masculinidade” são resultantes da reiteração contínua desses atos performativos.

Neste capítulo utilizamos o termo *trans* para designar o grupo composto por travestis e transexuais. Bento (2006), em *A reinvenção do corpo*, argumenta que transexualidade e travestilidade, do ponto de vista da teoria da performance, podem ser vistas como maneiras de atualizar as práticas de gênero e as interpretações existentes sobre o masculino e o feminino. A pesquisa de campo da autora desvelou a existência de uma pluralidade de construções e interpretações de sentido, que são elaboradas para conferir inteligibilidade aos conflitos entre corpo e subjetividade. O que faz um sujeito afirmar que pertence a “outro gênero” é um sentimento, uma convicção íntima, geralmente adquirida em etapa precoce do desenvolvimento, a respeito desse pertencimento.

No Brasil, a categoria identitária transexual é recente quando comparada à de travesti. A categoria transexual surge como referência identitária em meados dos anos 2000, enquanto que a categoria travesti foi consolidada nos anos 1970 (CARVALHO; CARRARA, 2013).

As travestis e seus corpos se encontram nas fronteiras do gênero e são comumente identificadas como as pessoas a quem se atribuiu o gênero masculino em seu nascimento, mas que no seu processo de existir transitam no universo feminino, reivindicando tal identidade sem, no entanto, se afirmarem na posição de mulher (RIBEIRO; TEIXEIRA, 2018).

Já as mulheres transexuais são identificadas como sujeitos que também tiveram o gênero masculino atribuído aos seus corpos ao nascimento, mas que, diferentemente das travestis, reivindicam e se reconhecem na posição social de mulheres (TEIXEIRA, 2013). Essas classificações não são, de acordo com o olhar *queer* e a definição de gênero aqui reivindicada, categorias estáveis e fixas, na medida em que se apresentam dentro de um *continuum* de possibilidades de ter uma existência fora do padrão binário e cis-heteronormativo.

Os estudos acadêmicos direcionados à compreensão do universo singular no qual esses sujeitos transitam têm proliferado nos últimos anos, mas seu início remonta pelo menos aos anos 1990 (CARVALHO; CARRARA, 2013). As pesquisas buscam investigar os modos de vida das pessoas trans segundo determinadas vertentes e atravessamentos que as constroem socialmente, destacando-se aspectos tão marcantes quanto diversificados, tais como adolescência (CASTILHO; TEIXEIRA; LEITE, 2018), conjugalidade (ZAMPIROLI, 2018), direitos de cidadania (RIBEIRO; TEIXEIRA, 2018), produção da saúde (MELLO *et al.*, 2013; SAMPAIO; GERMANO, 2017), prostituição (BENEDETTI, 2011; GALLI, 2013), montagem (PERES, 2015) e transformação corporal (BENTO, 2006; GALLI, 2013).

As alterações corporais constituem uma dimensão da experiência muito presente na trajetória de vida das travestis (SILVA, 1993; PERES, 2015) e das mulheres trans (GALLI, 2013). Além da importância identitária da corporeidade, a transformação corporal interfere

substancialmente em seus meios de subsistência, contexto laboral, autocuidado em saúde e interações sociais. Benedetti (2005) sugere que, especialmente para aquelas travestis que se inserem no universo do trabalho sexual, a criação de um corpo feminino constitui um de seus maiores trunfos, desejos e aspirações, já que, quanto mais o corpo for exageradamente sinuoso e esculpido com suas curvas ressaltadas, maior será o padrão de rendimento que elas conseguirão auferir no mercado do sexo comercial, bem como a fama e o prestígio que alcançarão junto ao seu grupo social.

A busca pelo padrão ideal de um corpo dito feminino implica na valorização de alterações corporais permanentes, proporcionadas por tecnologias médicas como as cirurgias plásticas, procedimentos de correção estética, utilização de hormônios e aplicação de silicone para modelar o corpo e realçar curvas e volumes. Essas estratégias de transformação corporal são complementadas por outros tipos de alterações proporcionadas pelo uso de adornos e apetrechos, como roupas, perucas e maquiagens (BENEDETTI, 2005; PELUCIO, 2005; BENTO, 2006). Assim, junto com as tecnologias médicas (uso de hormônios e silicone), as indumentárias e os acessórios são itens fundamentais na composição das corporeidades, utilizados largamente na produção da visualidade feminina pela população trans (PESSOA, 2013).

Estudo brasileiro realizado em uma amostra de 576 pessoas identificou uma prevalência estimada do uso de silicone líquido industrial entre pessoas travestis e mulheres transexuais de 49%. A média de idade para a primeira colocação foi de 22 anos e 43% informaram a ocorrência de problemas de saúde decorrente do uso. Menor escolaridade, identificar-se como travesti e exercer

a prostituição foram fatores associados positivamente com a utilização de silicone industrial (PINTO *et al.*, 2017).

A elevada prevalência do uso de silicone e de problemas decorrentes dessa prática representa um desafio à prevenção e redução dos danos à saúde. As possíveis complicações decorrentes desse uso estão associadas a aumento de morbidade e letalidade, o que mostra que é fundamental, do ponto de vista da saúde pública, assegurar à pessoa trans o acesso aos recursos necessários para a realização das modificações corporais ao longo de seu percurso de transição.

As intervenções corporais mais agressivas e potencialmente danosas à saúde acontecem na maioria das vezes em locais insalubres, com pessoas, materiais e condições de assepsia não adequados. Isso acontece porque a condição financeira precária limita a preocupação com o autocuidado, devido às barreiras no acesso aos serviços de saúde e a não efetivação de políticas públicas, dada a insistência do Estado em negar a existência das pessoas trans. Ao terem recusado o seu lugar como cidadãs, as mulheres trans e as travestis têm seus direitos à saúde reiteradamente desrespeitados, sendo lançadas à própria sorte. A busca por rápidos resultados acaba por levar as pessoas trans a se submeterem a intervenções no limite da ilegalidade (PINTO *et al.*, 2017).

As aplicações de silicone industrial, em especial, podem resultar em consequências graves para a saúde desses sujeitos, tais como infecções, migração do produto para outras áreas do corpo, deformidades, siliconomas, necroses teciduais, lesões dos nervos, embolia pulmonar e até mesmo a morte (ÁRAN; MURTA, 2009; MELLO *et al.*, 2013). Uma característica preocupante é que o produto injetado no corpo pode ser removido apenas parcialmente e por meio de intervenções cirúrgicas. As cirurgias não conseguem garantir a retirada de 100% de nenhum dos

produtos utilizados, pois muitos aderem à pele ou aos músculos, tornando impossível sua remoção total.

Em relação ao uso de hormônios, além dos efeitos físicos desejados, tais como a redução de pelos e aumento das mamas, as mulheres transexuais relatam mudanças psicológicas, incluindo diminuição da libido, em decorrência do uso desses medicamentos sem orientação médica (PESSOA; SHIMURA, 2013). Novamente vale destacar que a dificuldade de acesso a serviços de saúde representa um sério problema que vulnerabiliza as travestis e mulheres trans no contexto brasileiro (SAMPAIO; GERMANO, 2017).

É importante saber que a busca por modificações corporais também responde ao anseio de aceitação e desejo de sociabilidade das pessoas trans (GALLI, 2013). Reflete, de certa forma, uma busca pelo reconhecimento social que lhes é negado, tentando realizar a adequação de seus corpos para que se sintam em conformidade com a dicotomia de gênero vigente. No âmbito brasileiro, os primeiros estudos foram produzidos no final do século passado (SILVA, 1993). Considerando que a literatura é fortemente pautada no conhecimento das travestis e transexuais profissionais do sexo, Pessoa (2013) investigou a construção da corporalidade e da feminilidade por travestis e transexuais que participam do mercado do sexo.

No que concerne às travestis, apesar de buscarem cultivar ao máximo a aparência feminina, a maioria não deseja realizar a cirurgia de redesignação sexual (BENEDETTI, 2005; LEITE JÚNIOR, 2008; GALLI; VIEIRA; GIAMI; SANTOS, 2013), em parte porque elas conseguem auferir maior renda na atividade de prostituição graças ao uso do pênis nas relações sexuais. O cliente muitas vezes busca no corpo da travesti realizar algum tipo de fantasia que exige a preservação da funcionalidade da genitália masculina para fazer funcionar o jogo erótico.

Desse modo, as travestis podem se sentir confortáveis com seu aparelho sexual masculino (pênis, saco escrotal e testículos) na medida em que o utilizam para realizar um desejo sexual dos clientes que as buscam. Outras se sentem satisfeitas porque se identificam como travestis e não sentem necessidade de adequarem sua genitália a um padrão feminino, tirando proveito da ambiguidade – “dama de paus” (GALLI, 2013; PERES, 2015).

A chamada cirurgia de redesignação sexual no Brasil ainda hoje é uma realidade para poucos, o que mostra as dificuldades de implementação da política pública no âmbito do SUS quando o assunto é “minorias” sexuais e de gênero (SANTOS *et al.*, 2019). Em 1997, as identidades trans e travestis ganharam mais visibilidade na mídia com a publicação da Resolução nº 1.482 do Conselho Federal de Medicina (CFM), que aprovou a realização dessa cirurgia em caráter experimental (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 1997).

Cinco anos depois, em 2002, outra normativa do CFM, a Resolução nº 1.652, retirou o caráter experimental de tal cirurgia, o que abriu a possibilidade de sua realização em hospitais públicos e privados (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2002). Seis anos se passaram até que, em 2008, foi promulgada a Portaria nº 1.707 de 18 de agosto de 2008 do Ministério da Saúde, que implantou o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde - SUS (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

Essa normatização permitiu algum acesso e acompanhamento da população trans pelos serviços de saúde, reconhecendo não apenas sua existência, como também a legitimidade de suas demandas específicas enquanto uma questão que exige o olhar da saúde pública. Em 19 de novembro de 2013, o Ministério da Saúde publicou a Portaria nº 2.803, redefinindo e ampliando o Processo Transexualizador do SUS, estabelecendo como população

beneficiada pelo programa as travestis, bem como mulheres e homens transexuais (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2013).

Essa ampliação da portaria reflete a preocupação com um tema fundamental na vida dessa população, porquanto a transformação corporal, apesar de estar sendo ainda atrelada à patologização da identidade trans pelo poder biomédico, caracteriza uma questão de saúde e dignidade para os sujeitos que vivenciam essa condição existencial, visto que a não conformidade entre corpo e gênero interfere tanto em sua saúde física quanto psíquica e social (SANTOS *et al.*, 2019).

Ao reconhecer a legitimidade dessas demandas, a política em questão garante assistência médica nos casos de aplicações de hormônios que se complicaram clinicamente, bem como na retirada do silicone industrial. Entretanto, ainda são poucas as unidades aptas a realizar as cirurgias de redesignação, o que faz com que a lista de espera se prolongue por anos. Isso, na prática, inviabiliza a efetivação da política, afastando as pessoas trans dos serviços médicos. Outras barreiras ampliam as dificuldades de acesso da população trans ao atendimento especializado, como o preconceito dos profissionais de saúde e a falta de preparo técnico específico para o atendimento multidisciplinar desses sujeitos, especialmente no que tange ao domínio da complexa técnica cirúrgica (GALLI, 2013).

Em 2019, o CFM atualizou as normas para a realização da cirurgia de transição de gênero. A Resolução nº 2.265/2019 “estabelece critérios para maior segurança na realização de procedimentos com hormonioterapia e cirurgias de adequação sexual”, destacando que é vedado o início da hormonioterapia cruzada antes dos 16 anos de idade (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2019). A resolução recomenda que crianças e adolescentes

transgêneros em desenvolvimento pré-púbere sejam acompanhadas pela equipe sem intervenção, enquanto o bloqueio hormonal poderá acontecer a partir da puberdade, em caráter experimental. Também foi atualizada a idade mínima para a realização de cirurgias de afirmação de gênero para 18 anos e após acompanhamento mínimo com a equipe multiprofissional durante um ano. Estabeleceu-se que o SUS avaliaria se iria incorporar as mudanças em suas operações, visto que essa resolução não tinha aplicação automática no sistema público de saúde, o que acarretou a inexistência de um prazo definido para a regularização dessa decisão.

A sexualidade, longe de se referir ao ato sexual em si, apresenta-se como um “conjunto de fantasias e ideias que cada um constrói sobre si e para si em função daquilo que supõe levar ao gozo” (VILLELA; ARILHA, 2003, p. 98). A sexualidade se dividiria em dois aspectos: as sensações corporais e as normas que estabelecem a proibição ou permissão/aceitação das sensações corporais. Desse modo, compreende-se que a sexualidade está inextrincavelmente vinculada às regulações definidas pela sociedade e pela cultura. Pelúcio (2006) concluiu que os mecanismos criados pelas travestis para encaixar seus relacionamentos afetivos na malha complacente da heteronormatividade pode engessar as personagens em uma cena de papéis de gênero. É preciso incluir nas políticas de saúde as demandas por modificações corporais como parte da construção da identidade de gênero, respeitando as necessidades singulares de cada pessoa trans no seu processo de transicionar (PINTO *et al.*, 2017). Também é premente denunciar a omissão do Estado brasileiro na efetivação de conquistas de direitos à saúde da população trans, o que se acentuou após a tomada de poder da Nova Direita.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Série de televisão (Temporada 1, episódio 4)
Título Original	<i>Pose</i>
Nome Traduzido	<i>Pose</i>
Gênero	Drama
Ano	2018
Local de lançamento e Idioma original	Estados Unidos da América, Inglês
Duração	53 min (episódio)
Direção	Ryan Murphy, Brad Falchuk, Steven Canals

POSE é considerada a série dramática de televisão com maior elenco trans da história da televisão mundial. Os acontecimentos se passam nos anos 1980. Os episódios aprofundam-se na análise dos modos de vida trans, incluindo travestis e mulheres trans, mas também abarcam os estilos de vida dos homens gays nos anos 1980, ápice da epidemia de HIV/Aids nos Estados Unidos e no restante do mundo. Tratando de personagens renegados socialmente por suas questões de orientação sexual e identidade de gênero não conformativas ao padrão da cis-heteronormatividade, os episódios da primeira temporada apresentam o cotidiano desses sujeitos que, em sua maioria, encontram na prostituição e na indústria do entretenimento, como casas de *shows* e clubes noturnos, seus meios de subsistência.

A série reconstrói o cenário LGBTQIA+ afro-americano e latino-americano da cidade de Nova Iorque, com a cultura *ballroom* nos anos 1980 e, em sua segunda temporada, no início da década de 1990. Essa cultura, mais do que um movimento festivo, organizava-se como propósitos políticos, demarcando um espaço seguro de acolhimento

para pessoas que viviam diariamente oprimidas às margens da sociedade. De acordo com Souza (2017), a ideia era que, ao menos por uma noite, elas poderiam se sentir bem consigo mesmas e usufruir de um espaço onde pudessem ser elas mesmas em companhia de seus pares. Assim, mesmo forçadas a viverem em uma situação de marginalização, com acesso negado a determinados espaços e profissões socialmente valorizadas, as minorias eram capazes de se organizarem e podiam perfeitamente “emular” uma vida de glamour e luxo. Na verdade, essa cena cultural *ballroom* existe e resiste desde a década de 1960, na periferia dos grandes centros urbanos dos Estados Unidos, quando ainda era dominada por pessoas brancas, o que perdurou até meados dos anos 1970 (SOUZA, 2017).

A série é extremamente feliz em abordar as transformações do estilo de vida determinadas pela sociedade de consumo em pleno epicentro mundial dessa reinvenção de costumes, vinculada à indústria do entretenimento. A década de 1980 já havia testemunhado a explosão da onda *disco* (*discotheque*), na esteira da promoção da diversão atrelada ao consumo de massa. Para além de aspectos de alto potencial de combustão, POSE também coloca em cena os primórdios da cultura *drag queen* e a questão da performatividade exibida nos chamados “bailes”, nos quais acontecia uma competição acirrada entre as “casas” rivais.

O movimento *ballroom* era dividido em casas (*houses*). A “casa” era uma forma de organização social semelhante ao modelo de funcionamento familiar. As “mães” – como as líderes das “casas” eram chamadas, eram responsáveis pelo acolhimento e organização dos locais onde os integrantes eram recebidos e viviam. Cada casa era conhecida pelo nome da sua líder, por exemplo, havia a casa Evangelista, em homenagem à supermodelo da época, Linda Evangelista.

Ballroom (*salão de baile*) demarcava uma comunidade que congregava pessoas que se reuniam em torno de valores e estilo de vida organizado em torno da arte, dança e cultura. Esse movimento nasceu da necessidade de afirmação, mas, para além da vertente da conscientização política, também tinha um significado social ao fornecer um lugar para troca de afetos e apoio, acolhimento e reedição de laços fraternos e igualitários para aqueles/as que eram rejeitados/as por suas famílias. Também havia uma preocupação em mitigar o impacto da epidemia de aids na comunidade, com a questão do acesso aos serviços de proteção ao HIV.

Segundo Souza (2017), o eixo central dos bailes eram as competições, nas quais as pessoas disputavam em diversas categorias (dança, desfiles, roupas, sensualidade). Vencedores/as de cada certame recebiam troféus como prêmios e a alcunha de *legendary*, o que lhes conferia prestígio junto à comunidade LGBTQIA+ (SOUZA, 2017). Uma das categorias mais celebradas dentre as que animavam as disputas nas noites das *ballrooms* era a *runway*, um desfile temático no qual os frequentadores interpretavam um tema, previamente definido pelos organizadores, da forma o mais convincente possível, de modo a servir ao realismo (*realness*) do tema. Ou seja, os/as competidores/as deviam transmitir, com sua performance, a maior verossimilhança possível com o tema definido. Por exemplo, desfilar como uma supermodelo (SOUZA, 2017). Ao brincar com as aparências, havia uma proposta política subjacente ao entretenimento. Em uma época em que ainda se discutia se era legítimo ser LGBTQIA+, a necessidade de afirmação fazia com que se esmerassem em aprimorar suas habilidades de “emular” os diversos modos de performar o gênero, caso desejassem se passar por quem eles/elas não eram.

A cultura de rua também foi incorporada pelos participantes do movimento. Por exemplo, nessa época ganhou projeção mundial a *voguing*, uma dança de rua inspirada nas poses das modelos da revista *Vogue*. Esse caráter performático é um elemento crucial para a compreensão da importância que a cultura *ballroom* tem como elemento de resistência para as personagens de vida estigmatizada e marginalizada retratadas na série *POSE*. Assim, visando ao empoderamento da comunidade, os bailes tinham um claro sentido de celebração da vida, nos quais os/as participantes eram convidados/as a exibirem seus recursos para fortalecerem suas potências de vida. Os bailes temáticos e a agitação noturna eram parte da luta contra os ataques à existência dos LGBTQIA+.

Em *POSE*, Elektra Abundance é uma personagem que fora designado homem ao nascimento, mas que se identifica com o gênero feminino, lendo-se como mulher trans e negra. Dona de uma das casas de prostituição mais prestigiadas e premiadas da época, a personagem já não trabalha diretamente no universo da prostituição, mas se mantém com o dinheiro que recebe de seu companheiro branco, o Sr. Ford. Esse homem cis está engajado havia mais de 10 anos nesse relacionamento extraconjugal com Elektra, a quem ofereceu casa, roupas luxuosas e uma mesada expressiva em troca de visitas esporádicas com interesse sexual, que deveriam ser mantidas em absoluto sigilo.

Para fins de composição do *corpus* de análise, foram examinados os episódios que compõem a primeira temporada da série. Selecionou-se um dos episódios da primeira temporada (FEVER, 2018), considerado de interesse para fins desta análise porque mostra o momento decisivo no qual a personagem Elektra toma uma importante decisão que vai impactar e mudar sua vida a partir de então. Esse *turning point* é resultado de um

processo cumulativo que já vinha se esboçando desde os primeiros episódios e que tem seu clímax no episódio 4, não por acaso intitulado *Fever* (febre).

Ao longo da primeira temporada da série, Elektra Abundance toma consciência de seu desejo de se submeter à cirurgia de redesignação sexual, um último – e talvez mais importante passo que faltava para que ela pudesse se sentir plenamente satisfeita com seu corpo. Elektra assume o gênero feminino em suas vestimentas e gestualidade, recorre ao uso de hormônios e já havia se submetido à cirurgia plástica nos seios. Quando surge a oportunidade de realizar a redesignação de sua genitália, ela aparenta estar muito feliz com a notícia e, mesmo que não dispusesse da soma necessária para financiar o procedimento em um país no qual o sistema de saúde é privatizado, ela consegue arrecadar uma substancial quantia por meio de uma ação coordenada com as garotas de programa que ela gerenciava. Assim, ficou de posse de todo o dinheiro arrecadado, com o propósito de dar entrada nos custos exorbitantes da cirurgia de transgenitalização e prosseguir com os procedimentos preparatórios.

No episódio 4, Elektra recebe a visita inesperada de seu companheiro, Sr. Ford. Nesse encontro, que não havia sido programado (ele não a avisara com antecedência que viria vê-la), após terem mantido relação sexual, ela compartilha com ele seu desejo e a oportunidade que apareceu de realizar a cirurgia de redesignação sexual. Nesse momento, a personagem espera uma resposta positiva de seu companheiro, entretanto, é surpreendida por sua desaprovação. Ela se entristece com a objeção do Sr. Ford em relação à realização desse seu antigo desejo.

Na verdade, o Sr. Ford opõe-se veementemente à realização da cirurgia de sua parceira e chega a dizer que pode deixá-la caso ela insistisse e levasse suas intenções adiante. Elektra fica desapontada ao perceber que o maior

desejo de sua vida está em descompasso com os interesses do homem a quem ama, o que precipita uma decisão difícil e a necessidade de lidar com uma ameaça concreta de perder seu relacionamento estável.

Análise Crítica

Como mencionado, o episódio 4 da primeira temporada de *POSE* apresenta uma cena específica na qual Elektra reencontra seu companheiro e expressa claramente seu desejo de realizar a cirurgia de redesignação sexual.

Sr. Ford: Deve querer alguma coisa, agora que já me satisfiz.

Elektra: Minha cirurgia de troca de sexo.

Sr. Ford: Você sabe o que acho disso. Quero você como você é. Se for cortada por algum médico, será outra pessoa. A mulher que eu tenho sempre teve... algo a mais.

A transcrição desse breve e elucidativo diálogo entre Elektra e o Sr. Ford anuncia a divergência de posicionamento do casal quando o assunto é a realização da cirurgia de redesignação sexual. Para Elektra, submeter-se ao procedimento cirúrgico abre uma oportunidade de que ela finalmente se sinta uma “mulher completa”. Para além de sua materialidade modeladora da genitália feminina – afinal, é disso que se trata, uma vez que o corpo de Elektra já está moldado e laboriosamente esculpido por outras estratégias de transformação corporal – a cirurgia adquire significados bem diferentes na negociação do casal acerca do corpo trans.

Enquanto que, para Elektra, aquilo daria abertura para uma completa experiência de conforto e reconciliação com sua própria subjetividade, para seu companheiro ela não deveria prosseguir de forma alguma com o projeto de realizar a cirurgia, entendida como mutiladora e,

especialmente, como um evento que iria privá-lo do “algo a mais” que sua mulher (“A mulher que eu tenho”) ostentava no seu modo de ser feminino.

O Sr. Ford chega a justificar sua objeção argumentando que ela certamente se transformará em “outra pessoa” a partir do momento em que a cirurgia for realizada. Compreende-se, então, que aquilo que ele procura no corpo da companheira, o “algo a mais” que o atrai e faz se sentir satisfeito após manter um intercurso sexual com Elektra, aquilo que mantém vivo seu interesse e acende seu desejo sexual, é a personagem Elektra tal como ela se encontra, intacta: uma pessoa socializada como mulher, mas que ostenta uma *diferença* anatômica em relação a outras mulheres por ter algo que lhe dá uma espécie de *vantagem*, um pênis como órgão sexual em lugar de uma cavidade receptiva. Fora da disposição desse enquadramento de gênero – que, ao mesmo tempo em que subverte a convenção, reafirma o binarismo –, ele adota um tom ameaçador ao mostrar claramente seu desinteresse em preservar a relação amorosa que remontava a muitos anos.

Elektra: [...] *que diferença faz estar lá [órgão sexual]?*

Sr. Ford: *Só faz, e ponto. Eu sei do que gosto, mas não sei explicar por que meu pau fica duro com o seu estando lá. Só sei que o quero por perto. Talvez porque eu goste da sensação... de saber que tenho um segredo e que me safo. Eu só o quero ali.*

A sexualidade do personagem Sr. Ford pode ser compreendida, em seu sentido estrito, como um desejo que, para ser acionado, requer um dispositivo de construção corporal que ele identifica nas mulheres transexuais ou das travestis que não realizaram a cirurgia de retificação de sua genitália masculina. Para ter acesso e

usufruir de sua potência, ele precisava “ter a sensação” de que o pênis da sua companheira se encontra lá “onde deve estar”. Para o Sr. Ford é perturbador o simples pensamento de que o pênis da companheira pode desaparecer.

A possibilidade de ver a companheira submetida a uma intervenção médica que pretende transformar o pênis em uma neovagina o faz manifestar que a fonte de manutenção de seu interesse e desejo erótico está focalizada em uma parte muito específica do corpo trans (aquilo que o Sr. Ford não se furta a dizer que não entende muito bem o porquê, mas que “*só faz [diferença], e ponto*”. “*Só sei que o quero por perto*”, como se a visão do pênis da companheira lhe oferecesse alguma garantia de que seu falo não fosse desabar.

Os psicanalistas não hesitariam em chamar esse “algo a mais” como aquilo que tampona o lugar da castração, o “falo materno” que o protegeria de fantasias de castração e emasculação. Um fetiche, portanto, do qual é preciso se certificar, de quando em quando, de que ele estará sempre *ali* para aplacar a angústia de castração do amante, preservando sua virilidade sob ameaça.

Elektra não consegue atinar a razão que torna a preservação de seu pênis tão crucial para a fruição do desejo do Sr. Ford. Sendo ele um homem cis heterossexual convicto, por que teria essa fixação pelo órgão sexual masculino da parceira? Elektra não consegue compreender que o seu renegado pênis ocupa um lugar de tamanha proeminência narcísica na vida psíquica de seu companheiro (“que diferença faz estar lá”, se para ela era apenas uma parte indesejável e sem serventia?), a ponto de ele dizer com todas as letras que não veria sentido em preservar o relacionamento afetivo dos dois porque o corpo transgenitalizado da parceira não lhe proporcionaria mais a menor atração sexual, pois ela estaria destituída do

“algo a mais” que, para ele, faz toda a diferença no jogo erótico.

Galli (2013) afirma que, para as pessoas trans, a manutenção de um relacionamento amoroso pode ser desestabilizada pela negociação das identidades e dos desejos individuais, dificultando o estabelecimento de uma aliança conjugal e um projeto de vida a dois. Os vínculos afetivos que envolvem uma pessoa trans e um parceiro cis tornam-se ainda mais complexos pela ausência absoluta de modelos de relacionamento conjugal.

A concepção dominante de masculinidade aqui em jogo também faz com que o personagem Sr. Ford escamoteie do olhar alheio o seu relacionamento, mantendo-o na clandestinidade, como é tão comum nos relatos das mulheres trans, que vivem suas relações estáveis com homens cis frequentemente em segredo e sob o manto protetor do ambiente privado.

A última fala do Sr. Ford reproduz de maneira ostensiva a relação entre sexualidade e divisão do espaço público/privado. Ao entrevistar homens cis que são parceiros de mulheres trans, Soares (2012) observa que esses cônjuges utilizam o discurso de gênero para se manterem nos limites do padrão cis e heteronormativo quando expostos ao ambiente público, embora muitos reconheçam que mantêm práticas sexuais que não correspondem inteiramente ao ideário masculino dominante.

É o caso da cena reproduzida da série *POSE*, quando o personagem Sr. Ford explicita que gosta do corpo de Elektra tal como ela “é”, ou seja, com a presença palpável e visível de um órgão genital masculino no centro do corpo feminilizado, enquanto que a relação afetiva que ele mantém com a parceira precisa ser mantida em segredo, invisibilizada e estritamente sob seu controle, na esfera

recôndita da alcova e no espaço exíguo que ela ocupa em sua vida pública. O diálogo do casal prossegue:

Elektra: Na maior parte do tempo você não está por aqui. Você me ajudou a viver meus sonhos.

Sr. Ford: Então, por que quer mudar o que temos? Não entende como isso é raro? Quando eu conheci você, você estava dançando por uns trocados naquela pocilga de onde eu tirei você e lhe dei uma vida.

Elektra permanece em silêncio.

Sr. Ford: Olhe pra mim. Eu te dei uma vida. Uma vida de verdade. E agora vai me retribuir assim?

Elektra: Eu tenho 40 anos, Dick, e vejo as coisas como elas são também. Acha que não sei que vai me trocar por outra mais jovem um dia? Por isso preciso fazer. Por mim, pelo meu futuro.

Sr. Ford: Se esse futuro envolve a cirurgia, é claro que não me inclui.

Segundo Galli (2013), a busca por efetivar a última e mais radical transformação corporal pode refletir um certo enquadramento disciplinar desses sujeitos na binaridade que, segundo Butler (2014), estabelece o alinhamento compulsório entre corpo, sexo, gênero e desejo sexual como traço que assegura a coerência e inteligibilidade dos corpos.

A personagem sob análise parece mesmo se identificar com essa norma reguladora: ela entende que se tornará uma “mulher completa” a partir da reconfiguração de sua genitália, buscando “adequar” seu corpo ao esperado socialmente de um corpo “de mulher”. A idade é percebida por ela como um alarme, um limite claro no horizonte existencial. Uma ameaça que deflagra o pânico da perda e do desamparo iminente e, como tal, se transfigura em um importante fator definidor da tomada de decisão em favor da efetivação da intervenção cirúrgica.

Remodelar o que resta de masculino/estranho em meio às marcas de exuberante abundância do corpo feminino é um ato significado como possível solução corretiva não apenas para a “incongruência” ou “disforia” de gênero, mas sobretudo aparece como uma suposta garantia ou compensação para o esperado/fantasiado abandono por parte do parceiro, que com o avançar da idade haveria de buscar o remanso de um corpo jovem, trocando-a – no seu entendimento – por uma outra que lhe despertasse novamente a chama incandescente do desejo.

Pessoa e Shimura (2013) empregaram a história oral para compreenderem as construções de corporalidade em quatro pessoas trans, buscando conhecer as técnicas de transformações corporais utilizadas, os significados atribuídos ao corpo transformado e os preconceitos vivenciados por transgredir a fronteira dos gêneros. Os resultados desse estudo ressaltaram a heterogeneidade de discursos sobre o *ser* e *estar* travesti ou transexual. A pessoa trans utiliza, ao longo de sua trajetória de vida, os recursos fornecidos pelas tecnociências médicas para reconstruírem seus corpos em sintonia com sua convicção íntima de ser um homem ou uma mulher. Isso não quer dizer em absoluto que os corpos produzidos com apoio desses recursos sejam *idênticos*. Pelo contrário, são diferentes, ao mesmo tempo em que são *autênticos* na medida em que são esculpidos e desenhados sob a inspiração de uma ideia assimilada de perfeição e desejo.

Os corpos trans se expressam por meio de uma subjetividade única (PESSOA; SHIMURA, 2013). Por mais que se tentem caracterizar os sujeitos trans utilizando referenciais padronizadores, eles escapam a essas tentativas de captura por um discurso homogeneizador que busca a inteligibilidade na lógica binária do gênero, em vez de valorizar aqueles corpos dissidentes que se

configuram em subjetividades singulares – portanto, não redutíveis a um padrão conhecido de gênero e sexualidade.

Pessoa e Shimura (2013) observam que os corpos produtores de subjetividades únicas e autênticas, como os corpos trans, em busca do reconhecimento de sua existência, vivem a contingência de serem submetidos a um certo padrão identitário para que possam requerer diante do Estado políticas públicas que resguardecam seus direitos de cidadania. É precisamente no momento no qual se mostra a necessidade de definir os critérios que “caracterizariam” os sujeitos travestis e transexuais que se perde aquilo que eles comportam de mais singular e autêntico, que é sua excepcionalidade.

A queixa do Sr. Ford – e que evidencia também o limite que o impossibilita de compreender a necessidade e legitimidade do desejo de sua parceira de usufruir de sua felicidade – salienta que é justamente esse traço de exceção que o mantém imaginariamente atado ao desejo dela. Como a série *POSE* mostra à larga, esses corpos estranhos e ambíguos produzem uma identidade mutante e mutável, que desafia as tentativas de fixação em enquadramentos rígidos, sejam eles médicos, psicológicos, religiosos ou políticos.

Deve-se ater também às questões conjugais ali postas. Em *POSE*, as desconexões idealizadas entre os desejos dos corpos pode ser uma situação comum entre casais configurados por um sujeito cisgênero² e um sujeito transgênero. Nessa última cena, entendemos que a construção corporal é de suma importância para a constituição da subjetividade da mulher/travesti. Por conseguinte, as pessoas que vivenciam a transexualidade

² Cisgênero: pessoas que se identificam com o sexo conferido ao nascimento. “Cis-” é um prefixo em latim que significa “no mesmo lado que” e, portanto, é o oposto de “trans” (GLAAD, 2016).

ou a travestilidade utilizam de artifícios externos ao biológico, tanto quanto recorrem à aplicação de hormônios e cirurgias plásticas, além de injeções ilegais de materiais não próprios para reconstruir o corpo (BENEDETTI, 2005; BENTO, 2004, 2006).

Elektra acaba se decidindo pela realização da cirurgia como consumação de um desejo individual diante do qual ela não podia retroceder ou abdicar, mesmo que a consequência seja sepultar a relação afetiva que a mantinha estável financeiramente. Ao bancar sua escolha, a despeito de suas consequências ambíguas, ela busca a realização de um desejo de se conciliar com sua convicção íntima, algo que resultará em maior satisfação com seu próprio corpo e que o regulará como ela considera que deva ser. Já para o companheiro, a transgenitalização é significada como amputação *daquilo* que sustenta o seu desejo. A situação dramática nasce desse desencontro de expectativas, colocando em questão posições subjetivas irreconciliáveis. O Sr. Ford, desfrutando dos privilégios que o mundo branco, hétero e cis lhe conferem, se mostra muito cioso do lugar de poder que ostenta no sistema de gênero. Não pode abrir mão do legado do patriarcado e por isso se mostra intransigente.

A invisibilização das mulheres trans e travestis que estão engajadas em um relacionamento foi tema da pesquisa realizada por Zampirolli (2018). O autor afirma que as quatro entrevistadas contaram de suas dificuldades de encontrarem homens que quisessem ou pudessem assumi-las, tendo vivido todos os seus relacionamentos às escondidas e afastados da esfera pública. Essa invisibilidade, também descrita na história da personagem Elektra, faz parte da vida conjugal de muitas mulheres trans e, especialmente, das travestis, que têm menor passabilidade. Relacionamentos protegidos pelo segredo são consequência do estigma social que recai sobre elas, mas também expressam o temor que seus namorados e

companheiros sentem de serem questionados em suas masculinidades.

Zampirolli (2018) afirma que o “papel de esposa é fundamental para fazer-se mulher. Trata-se do gênero sendo construído não apenas através das mudanças de seus corpos, mas, especialmente, pelo lugar social que o casamento introduz” (p. 156). Ao pensarmos na relação amorosa dos personagens analisados, percebe-se que, de certa forma, Elektra ocupa um lugar de esposa. Entretanto, ela sempre foi a esposa renegada, aquela que só experiencia a conjugalidade nos limites consentidos de uma relação privada, sem poder compartilhar com as demais pessoas do seu ciclo social a identidade de seu companheiro, sem poder desfrutar o prazer de frequentar lugares públicos ao seu lado ou socializar com outros casais.

A masculinidade pode ser definida como um padrão de práticas que historicamente possibilitou que a manutenção da dominação dos homens sobre as mulheres perpetuasse a hegemonia e ascendência alcançada por meio da cultura, das instituições e da persuasão (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013). Espera-se, com base na dicotomia dos corpos e do gênero, que a heteronormatividade seja respeitada, e isso inclui a não publicização de um arranjo conjugal tal como a relação entre pessoas cis e trans. Desse modo, ao homem cisgênero que se mantém em um relacionamento conjugal com uma mulher trans ou travesti sobra o questionamento quanto ao seu “ser homem” em uma condição de liminaridade, o que pode levá-lo, se descoberto, a perder os privilégios e o prestígio social que julga possuir como seus maiores legados simbólicos.

Nessa relação conjugal permeada por atos simbólicos, limitados pela moralidade e pela heterocisnormatividade imposta socialmente, Elektra finalmente se dá conta, no momento mesmo do diálogo travado com o Sr. Ford, que

seu papel nunca ganharia o *status* de uma relação pública e de uma valoração afirmativa do lugar de esposa.

Caso permanecesse estagnada na posição resignada na qual o desejo do Sr. Ford a fixara por uma década, jamais deixaria de ser a mulher dotada de “algo a mais”, ainda que este “algo”, para ela, não passasse de um penduricalho indesejável. Bancar o desejo do parceiro exigiria dela anular-se em seu devir feminino, em seu constante *vir-a-ser* uma mulher completa. Seria entronizar-se no lugar do fetiche e eternizar a objetificação de seu corpo lido como exótico, moldável e afeito ao desejo do macho branco, hétero e cis. Cansada de se contentar com as migalhas que caem da mesa, ela compreende que deve se afastar dessa posição subjetiva de subjugação e investir em um desejo individual sobre seu corpo, único caminho que poderá levá-la à plena satisfação consigo mesma.

Considerações finais

A série *POSE* oferece uma oportunidade para mobilizar e problematizar uma série de questões que atravessam o universo trans. Nessa direção, funciona como uma ótima ferramenta para refletir e compreender assuntos caros a esse universo, como os impactos acarretados pela epidemia de HIV/Aids no início dos anos 1980, o lugar da prostituição como parte não apenas da subsistência, mas também como um modo de vida de uma parcela expressiva das travestis e mulheres trans, as relações conjugais estabelecidas entre sujeitos trans e companheiros cisgênero, retratadas na série televisiva sempre em uma posição de extraconjugalidade e focalizadas sob o prisma da vida privada, o que repercute o lugar social de subalternidade destinado aos afetos e desejos dissidentes das pessoas trans.

A série ainda coloca em pauta o problema da utilização indiscriminada de hormônios sem supervisão de profissionais de saúde e a aplicação de silicone de maneira ilegal e sem prescrição médica, bem como a importância dos bailes da cultura *ballroom* dos anos 1980, que geravam prestígio aos ganhadores – o prestígio que não usufruíam na vida social.

A vida conjugal de Elektra, assim como de outra personagem da mesma série (Angel), encena o que é relatado por pesquisadores em relação às dificuldades enfrentadas no campo do relacionamento amoroso. Zampiroli (2018) chama a atenção para a invisibilidade que ronda a vida afetiva das mulheres trans e a enorme dificuldade de seus parceiros íntimos de se exporem e assumirem a relação em público. Galli (2013) reflete que a busca da cirurgia de redesignação sexual por algumas mulheres trans tem por função afirmar um lugar convencional previamente designado e traçado pela binaridade que regula e uniformiza corpos e gêneros, estabelecida em discursos históricos e sociais que se impõem com força naturalizadora.

Dessa maneira, torna-se fundamental assegurar o acesso aos recursos necessários para a realização das modificações corporais ao longo do percurso de transição por meio de uma atenção integral à saúde das pessoas travestis e transexuais no Sistema Único de Saúde - SUS (SANTOS *et al.*, 2019). Também é preciso incluir nas políticas de saúde as demandas por modificações corporais como parte da construção da identidade de gênero, respeitando as necessidades singulares de cada pessoa que vivencia o processo de transicionar o gênero.

No Brasil, a atenção integral à saúde das travestis e transexuais no SUS ainda está longe de se consolidar. O desejo pela realização ou não da cirurgia de redesignação genital já foi considerado critério médico de classificação

diagnóstica da transexualidade, servindo de base para a nomeação de mulheres trans e travestis (GALLI *et al.*, 2013). Entretanto, essa delimitação não é mais utilizada contemporaneamente, visto que se trata de um procedimento complexo, caro e de difícil acesso, com baixa oferta, apesar de ter sido inserido no SUS.

Além disso, pode eventualmente não dar certo ou não surtir os resultados esperados. Esse pensamento reflete uma ideia cara aos novos tempos de que a genitália não é um processo que define o gênero e a performance com o qual o sujeito se apresenta socialmente (BUTLER, 1993). Essa mudança está ancorada na crescente desnaturalização do sistema sexo/gênero e na admissão de que o leque e amplitude de expressões possíveis do gênero se pluraliza cada vez mais, apontando para a multiplicidade que ameaça implodir de vez a divisão categorial binária.

As pessoas trans que desejam seguir em frente lutam pelo reconhecimento social de um corpo construído de modo a expressar sua identidade. É como elas querem ser reconhecidas, estando ou não em um relacionamento, porque este não é mais o único critério de busca da legitimação e pertencimento social. Elektra mostra ser uma personagem submissa aos desejos e às condições de conjugalidade impostas pelo Sr. Ford até o momento em que, finalmente, adquire consciência de que pode se sentir completa e ser reconhecida como tal sem que tenha que se esconder por trás de uma fachada de vida privada. É essa vida que ela escolhe deixar para trás: a de uma conjugalidade que lhe reservava o papel de se manter resignada a reproduzir o legado tradicional da mulher condenada à vida privada.

Referências

- ARÁN, M.; MURTA, D. Do diagnóstico de transtorno de identidade de gênero às redefinições da experiência da transexualidade: uma reflexão sobre gênero, tecnologia e saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, n. 1, p. 15-41, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-73312009000100003>.
- BENEDETTI, M. R. **Toda feita**: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENEDETTI, M. R. A batalha do corpo: breves reflexões sobre travestis e prostituição. In: CACERES, C. F.; MOGOLLON, M. E.; PEREZ-LUNA, G.; OLIVOS, F. (Eds.). **Sexualidad, Ciudadanía y Derechos Humanos en América Latina**: Un quinquenio de aportes regionales al debate y la reflexión. Lima, Peru: IESSDEH / Universidad Peruana Cayetano Heredi. p. 51-56, 2011.
- BENTO, B. Da transexualidade oficial às transexualidades. In: CARRARA, S.; GREGORI, M. F.; PISCITELLI, A. (Orgs.). **Sexualidade e saberes**: convenções e fronteiras. Rio de Janeiro: Garamond, 2004, p. 143-173.
- BENTO, B. **A reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BONSUCESSO TEIXEIRA, F. do. **Dispositivos de dor**: saberes, poderes que (con)formam as transexualidades. Relatório de Pesquisa FAPESP, 2013.
- BUTLER, J. **Bodies that matter**: on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- CARVALHO, M.; CARRARA, S. ¿Rumbo a un futuro trans?: contribuciones a una historia del movimiento de travestis y transexuales en Brasil. **Sexualidad, Salud y Sociedad (Rio de Janeiro)**, n. 14, p. 319-351, 2013. <https://doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>.

CASTILHO, E.W.; TEIXEIRA, F. B.; LEITE, V. De menor importância: interrogando os limites da autonomia no universo dos/das adolescentes trans. In: CORDEIRO, C. J.; GOMES, J. A. (Orgs.), **Temas contemporâneos de direito das famílias**, v. 3, p. 279-296. São Paulo: Pillares, 2018.

CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. **Revista Estudos Feministas**, v. 21, n. 1, p. 241-282, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2013000100014>.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.482, de 10 de setembro de 1997. Autoriza, a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo. Revogada pela Resolução CFM nº 1.652/2002. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm>. Acesso em: 20 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 1.652, de 6 de novembro de 2002. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.482/97. Publicada no Diário Oficial da União em 2 de dezembro de 2002, n. 232, Seção 1, p. 80-81. Revogada pela Resolução CFM nº 1955/2010. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2002/1652_2002.htm>.

Acesso em: 20 mar. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. Resolução n. 2.265, de 20 de setembro de 2019. Dispõe sobre o cuidado específico à pessoa com incongruência de gênero ou transgênero e revoga a Resolução CFM nº 1.955/2010. Publicada no Diário Oficial da União em 09 de janeiro de 2020, n. 6, seção 1, p. 96. Disponível em: <<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-2.265-de-20-de-setembro-de-2019-237203294>>.

Acesso em: 20 mar. 2020.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GALLI, R. A. **Roteiros sexuais de transexuais e travestis e seus modos de envolvimento sexual-afetivo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-05082013-151002/publico/dissertacao.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

GALLI, R. A.; VIEIRA, E. M.; GIAMI, A.; SANTOS, M. A. dos. A. **Corpos mutantes, mulheres intrigantes: transexualidade e cirurgia de redesignação sexual. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 29, n. 4, 2013. p. 447-457.

GLAAD. **Media reference guide 2016**. New York e Los Angeles, 2016. Disponível em: <<https://www.glaad.org/sites/default/files/GLAAD-Media-Reference-Guide-Tenth-Edition.pdf>>. Acesso em: 14 mar 2020.

LEITE JÚNIOR, J. **Nossos corpos também mudam: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/3992/1/Jorge%20Leite%20Junior.pdf>>. Acesso em: 14 mar 2020.

MELLO, D. F.; GONÇALVES, K. C.; FRAGA, M. F.; PERIN, L. F.; HELENE Jr, A. **Complicações locais após a injeção de silicone líquido industrial: série de casos. Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 40, n. 1, p. 37-43, 2013.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Processo Transexualizador, a ser implantado nas unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão**. Portaria n. 1.707, de 18 de agosto de 2008. Publicado no Diário Oficial da União. Publicada no Diário Oficial da União nº 225, de 20 de novembro de 2013, Seção 1. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2008/prt1707_18_08_2008.html>. Acesso em: 20 mar 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria n. 2.803, de 19 de novembro de 2013. Disponível em:

<http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 20 mar 2020.

OESTERHELD, F. H. Familias lésbicas: identidad, pareja y maternidad. In: CACERES, C. F., MOGOLLON, M. E.; PEREZ-LUNA, G.; OLIVOS, F. (Eds.), **Sexualidad, ciudadanía y derechos humanos en América Latina: un quinquenio de aportes regionales al debate y la reflexión**. Lima, Peru: IESSDEH / Universidad Peruana Cayetano Heredi. p. 77-82, 2011.

PELÚCIO, L. “Toda quebrada na plástica”: corporalidade e construção de gênero entre travestis paulistas. **Campos: Revista de Antropologia**, v. 6, n. 1-2, p. 97-102, 2005.

PELÚCIO, L. Três casamentos e algumas reflexões: notas sobre conjugalidade envolvendo travestis que se prostituem. **Revista Estudos Feministas**, v. 14, n. 2, p. 522-534, 2006.

PINTO, T. P.; TEIXEIRA, F. B.; BARROS, C. R. dos S.; MARTINS, R. B.; SAGGESE, G. S. R.; BARROS, D. D. de; VERAS, M. A. de S. M. Silicone líquido industrial para transformar o corpo: prevalência e fatores associados ao seu uso entre travestis e mulheres transexuais em São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 33, n. 7, p. e00113316, 2017.

PESSOA, E. R. de A. **A construção de corpos e feminilidades: travestis e transexuais para além da prostituição**. Maringá, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Maringá, Paraná. Disponível em:

<<http://repositorio.uem.br:8080/jspui/bitstream/1/3130/1/00209731.pdf>>. Acesso em: 14 mar 2020.

PESSOA, E. R.; SHIMURA, J. M. Corporalidades e gêneros: a experiência trans para além da pista. In: **Seminário Internacional Desfazendo Gênero: Subjetividade, Cidadania e Transfeminismo**. 2013. p. 1-15.

SAMPAIO, J. V.; GERMANO, I. M. P. “Tudo é sempre de muito!”: produção de saúde entre travestis e transexuais. **Revista Estudos Feministas**, v. 25, n. 2, p. 453-472, 2017.

PERES, W. S. **Travestis brasileiras: dos estigmas à cidadania**. Curitiba: Juruá, 2015.

PONTES, J.C. de; SILVA, C. G. Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 396-417, 2017/2018.

RIBEIRO, D. C.; TEIXEIRA, F. B. Não é apenas um nome: a luta por reconhecimento no universo trans. In: CORDEIRO, C. J.; GOMES, J. A. (Orgs.), **Temas contemporâneos de direito das famílias**, v. 2, p. 499-524. São Paulo: Pillares, 2018.

SILVA, H. R. S. **Travesti: a invenção do feminino**. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1993.

SOARES, M. **Homens parceiros de transexuais: diálogo fenomenológico de vivências afetivo-sexuais**. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-07042013-163453/publico/DissertacaoMilene.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2019.

SOUZA, L. Ballroom: glamour, orgulho e resistência. Disponível em: <<https://medium.com/@luciosouza/ballroom-glamour-orgulho-e-resist%C3%Aancia-f8d393e095cb>>. Acesso em: 28 mar 2020.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer**: seguido de Ágape e êxtase: orientações pós-seculares. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VILLELA, W. V.; ARILHA, M. Sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. In: BERQUÓ, E. (Org.), **Sexo e vida**: panorama da saúde reprodutiva no Brasil. Campinas: Unicamp, 2003. p. 95-150.

ZAMPIROLI, O. Tornar-se esposa, fazer-se mulher: o casamento estabelecendo gênero nas relações conjugais de mulheres trans/travestis. **Teoria e Cultura**, v. 13, n. 1, 2018. p. 143-159.

Capítulo 2

CURTA-METRAGEM RÓTULO: COMENDO MULHER E DANDO PRA HOMEM - OS DESEJOS SUBVERTENDO A LÓGICA IDENTITÁRIA¹

Rogério Amador de Melo
Fernando Silva Teixeira-Filho

Introdução

As subversões das identidades vêm acontecendo, podemos assim dizer, mediante elementos trazidos pelos Estudos e Perspectivas *Queers*, que refutam as ideias, discursos e proposições de uma identidade fixa, centrada em lógicas binárias e normatizadoras dos corpos, dos desejos e dos prazeres.

Neste sentido, não nos comportamos de determinada maneira devido a nossa identidade de gênero, pelo contrário, adquirimos nossa identidade pela repetição contínua de atos corporais, movimentos particulares e gestos gendrados por significados e significantes

¹ Esta análise é um recorte da dissertação de mestrado “Imagens, sensações e afetos: as personagens gays nos curtas-metragens brasileiros exibidos no Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade”, onde através do método genealógico e da análise do discurso foucaultiana (FOUCAULT, 2007/1996) em diálogo com as proposições pós-estruturalistas da produção de desejos e as perspectivas *queers*, foram mapeados 61 curtas-metragens de um campo amostral do Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade – Cinema, Teatro, Música e Literatura entre os anos de 2010 a 2013, que culminou na análise e discussão final de quatro curtas-metragens: Eu não quero voltar sozinho (2010); Assunto de família (2011); Indícios-Dois (2012) e Rótulo (2013).

socialmente estabelecidos na construção discursiva das identidades (SCOTT, 1989; BUTLER, 2003).

Partindo de tais proposições e adentrando os territórios cinematográficos brasileiros, nos deparamos com o curta-metragem *Rótulo*² que traz especificamente em sua narrativa fílmica, um embaralhamento das identidades, frente aos desejos que são polimorfos e não pré-determinados. Nele, os diálogos construídos entre as personagens fazem emergir pistas e discussões pertinentes ao contexto social do momento, no qual as questões relativas às sexualidades, gêneros e práticas sexuais têm sido debatidas a partir de estudos, pesquisas, teorias e experimentações, que dentro e fora das instituições acadêmicas vem mobilizando posicionamentos de enfrentamento e de resistência às estratificações e normatizações cisheteronormativas em relação às identidades, aos processos de subjetivação e à produção de desejos; na tentativa de romper com o essencialismo, com o pragmatismo das normas e das relações de poderes que estabelecem enunciações e discursos de saberes/verdades/prazeres hegemônicos e universais sobre/para os corpos.

Portanto, com o objetivo de problematizar as identidades a partir da produção de desejos que são agenciados nas relações, frente aos regimes de verdade que os atravessam e, influenciados pelo trabalho de Antonio Moreno (1995), “*A personagem homossexual no cinema brasileiro*”, elaboramos uma “*ficha de análise fílmica*”³ que nos ajudou no mapeamento, transcrição e

²Esse curta-metragem está disponível em: <https://youtu.be/VLnOcFKB9To>

³ Ficha criada em parceria com a psicóloga e doutora, Aline Ariana Alcântara Anacleto, que investigou em sua pesquisa de doutorado, o cinema feminino.

organização das informações coletadas, sendo posteriormente revistas com o objetivo de acompanharmos e percebermos quais os discursos, os enunciados e as enunciações que emergiram com potência na construção das representações fílmicas das personagens cisgays no curta-metragem *Rótulo*.

Isto porque, a partir do lugar de fala⁴ que ocupamos, enquanto homens cis⁵, gays, psicólogos e professores, acreditamos na importância que a presença e/ou ausência da imagem tem nos processos de subjetivação, mais especificamente, para a construção das identidades no campo social. Por isso, a pergunta que sempre atravessou nosso trabalho foi: qual é a imagem que se está construindo da personagem gay, cisgênero, no contexto da cinematografia brasileira neste período indicado?

Escolhemos para análise o curta-metragem *Rótulo* que tem, aparentemente, a proposta de desterritorializar as identidades e os desejos de lugares pré-fixados, trazendo questionamentos que nos levam a pensar nas formas plurais de vida e expressões de desejos dentro de perspectivas diversas, e não mais estanques e essencialistas.

⁴ Conceito utilizado para confrontar o conhecimento produzido pelas epistemologias hegemônicas, mediante crítica ao silenciamento das vozes minoritárias por grupos historicamente privilegiados, que na maioria das vezes, por ocupar lugar de privilégio detém a “legitimidade” de falar em uma sociedade estruturada e organizada pela branquitude, masculinidade e heterossexualidade (RIBEIRO, 2017).

⁵ A origem da palavra vem do latim, onde o prefixo cis- significa "ao lado de" ou "no mesmo lado de", fazendo alusão à identificação, à concordância da identidade de gênero da pessoa com sua configuração genital e hormonal. O prefixo cis- é o oposto latino ao prefixo trans-. O termo cisgênero foi utilizado pela primeira vez por um homem trans holandês chamado Carl Buijs para falar de pessoas as quais a identidade de gênero está em concordância com o sexo/gênero que lhe foi atribuído ao nascer (LEONARDO; ATHAYDE; POCAHY, 2015).

Assim, as críticas implícitas nas imagens, nos discursos e nos enunciados imagéticos do curta-metragem, forçamos a pensar nos afetos e afetações, nas forças das paixões (SPINOZA, 2010) que atuam em ação intensa de um corpo sobre outro, provocando intempestividades, devires, desejos. É por meio das desestabilizações das fronteiras entre ser isso ou aquilo, de comer ou dar, de ficar com homem ou com mulher, ou de ficar com os dois, que o curta-metragem mostra que os desejos são produções e fluxos que desestabilizam nossos hábitos independente do nosso querer.

Claro que, a maneira e os modos com os quais lidamos com a produção dos desejos em nós, dependem da política/ética/estética de vida que queremos e nos permitimos, porque a vida em sua potência sempre escapará a toda e qualquer representação, sendo os desejos excessos, transbordamentos, conexões, invenções.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Curta-metragem
Título Original	<i>Rótulo</i>
Nome Traduzido	<i>Rótulo</i>
Gênero	Comédia
Ano	2013
Local de lançamento e Idioma original	Brasil, Português
Duração	12min

A película inicia com a cena de um homem e uma mulher deitados na cama, acordando pela manhã. Carol, interpretada pela atriz Júlia Stockler, ao acordar passa alguns minutos olhando Fernando, interpretado por Felipe Cabral, que logo em seguida acorda e vai tomar banho.

Inicialmente, a cena nos faz pensar que Fernando e Carol são namorados ou marido e mulher, que no seu cotidiano estão acordando para viver mais um dia.

Contudo, Fernando, ao retornar do banho começa a se trocar e, subitamente, Carol lhe faz uma pergunta que dá início a um fervoroso debate sobre ser gay, bi, hétero, ativo, passivo etc. A partir daí os diálogos entre os dois vão apresentando provocações e problematizações a respeito da inteligibilidade que fazemos das identidades mediante a introjeção essencialista, naturalizada e naturalizante do sistema sexo/gênero/desejos/práticas sexuais nas/pelas relações.

Análise Crítica

O ano de 2013 começou com visibilidades e vitórias para a comunidade LGBTTIQ+⁶ brasileira na instância religiosa. No mês de janeiro foi inaugurada a primeira “Igreja gay” na capital paulista. Isso é, a Igreja Cristã Contemporânea⁷ com capacidade para 500 fiéis, dentre eles as pessoas LGBTTIQ+. Em novembro desse mesmo ano foi aprovado o projeto de lei que visava consolidar a oferta de benefícios previdenciários para parceiros do mesmo sexo/gênero. Além disso, outra conquista foi a solenidade de criação da Comissão de Diversidade Sexual e de Combate a Homofobia, criada pela Organização dos Advogados do Brasil (OAB) AB de São Paulo⁸.

⁶ Acrônimo para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo, Queer e tantas outras identidades de gênero.

⁷ Para conhecer a história dessa Igreja sugerimos acessar o site: <http://igrejacontemporanea.com.br/historia/>.

⁸ Notícias vinculadas ao site “Sapatomica: o maior blog para lésbicas do Brasil”. Disponível em: <http://sapatomica.com/blog/2014/01/02/retrospectiva-lgbt-2013-o-que-aconteceu-de-mais-importante-no-ano/>.

Também foi neste ano que o curta-metragem produzido e dirigido por Felipe Cabral começou a circular pelos festivais nacionais e internacionais; com duração de 12 minutos a película *Rótulo* teve sua estreia nas telas brasileiras na 21ª. edição do Festival Mix Brasil, no qual conquistou duas premiações: a de melhor roteiro e melhor interpretação para Felipe Cabral, que além de produzir e dirigir o curta, também atuou como protagonista. *Rótulo* traz em seu conjunto o debate sobre as questões das sexualidades, gêneros, desejos e práticas sexuais cujos diálogos que compõem o curta-metragem demonstram como existe ainda, no convívio social, a necessidade de alguns⁹ pessoas rotularem outras, “encaixando-x’s” em categorias identitárias.

Antes de mais nada, é importante sinalizar que o Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade – Cinema, Teatro, Música e Literatura¹⁰, tornou-se, ao longo dos anos, um dos maiores fomentadores nacionais na produção de filmes dedicados às diferenças sexuais e de gêneros; apresentando em suas edições uma ampla diversidade de trabalhos de cunho nacional e internacional nos dias que seguem cada edição. Atualmente, o Festival Mix Brasil, se encontra na sua 28ª. edição no qual, com o passar dos anos, os curtas-metragens ganharam grande destaque, sendo considerados, podemos assim dizer, a “cereja do bolo” deste Festival. Trata-se de trabalhos que concorrem a diversos prêmios e com o maior número de inscrições, possivelmente por serem suas produções bem mais baratas que as das longas-metragens.

⁹ Adotamos durante a escrita uma linguagem neutra, como mudança linguística na estrutura das palavras com objetivo ético/político/estético de contemplar outras expressões de existências LGBTQI+ (lésbicas, gays, travestis, transexuais, intersexos, *queers* etc.).

¹⁰ Site oficial do Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade. Disponível em: <http://www.mixbrasil.org.br/>.

É nesse espaço/cenário que o curta-metragem produzido e dirigido por Felipe Cabral estreia sua narrativa fílmica, trazendo em sua película uma construção discursiva provocativa, ao mesmo tempo que o contexto imagético do curta-metragem nos apresenta, aparentemente, uma outra inteligibilidade das personagens. Durante os 12 minutos de duração da película, a construção das imagens sobre as personagens e as cenas onde se encontram, nos levam a pensar em um casal cisheteronormativo comum que, depois de uma noite juntos, acordam para seguirem normalmente suas vidas; legitimando assim, todos os discursos essencialistas e normatizadores do sistema sexo/gênero/desejos/práticas sexuais, impostos pela cisheteronormatividade¹¹.

As proposições que ao longo dos anos legitimaram a cisbinaridade de gênero e a cisheterossexualidade como identidades “normais” e “naturais”, fixando-as, dentro de identidades hegemônicas, passam fortemente a ser questionadas por discursos/saberes que as desnaturalizam, e que demonstram que sexo e gênero são elementos díspares e independentes e que sua relação de causa/efeito é efeito de uma interpretação sócio-cultural.

¹¹ Por cisheteronormatividade pretendemos assinalar o entrelaçamento entre a heteronormatividade, que se refere à “ordem sexual [que] exige que todos, heterossexuais ou não, organizem suas vidas conforme o modelo “supostamente coerente” da heterossexualidade” (COLLING; NOGUEIRA, 2015, p. 181) e a cisnormatividade, que pode ser entendida como “uma série de forças socioculturais e institucionais que discursivamente produzem a cisgeneridade como ‘natural’”. (VERGUEIRO, 2015, p. 68). Curiel (2013) afirma que, apesar do avanço em se considerar a (cis) heterossexualidade uma prática normativa, naturalizada e hegemônica, pouco se avançou no que diz respeito a problematizar suas articulações com diversas instituições e relações sociais.

Figura 1. Cena de Fernando e Carol acordando



Fonte: Curta *Rótulos*, 2013.

Porém, as proposições identitárias no interior do sistema sexo/gênero/desejos/práticas sexuais, não demarcam apenas a cisheterossexualidade e suas vivências, mas também, estratificam outras expressões de existência como, por exemplo, as (cis/trans) homossexualidades em identidades e experiências essencializadas de desejos e prazeres.

[...] o mito de uma identidade gay e/ou lésbica unificada e unificante pode ser visto como um produto não apenas de diferenças de prioridades pessoais e políticas, mas também do embasamento da política na identidade. Embora possam ser vistas como culturalmente construídas em vez de inatas, identidades gays e lésbicas foram tanto restritivas quanto emancipadoras. A característica definidora central foi a “escolha de objeto”, preferência por relacionamentos sexuais com alguém do mesmo gênero. Isso pode parecer a marca evidente de uma identidade gay e lésbica... (SPARGO, 2006 p. 31).

É o que presenciamos nos diálogos de Fernando e Carol que, a partir do questionamento de Carol sobre seu beijo ser bom ou não para Fernando, ambos começam a debater sobre suas experiências, pois Carol já havia ficado

com a ex-namorada de Fernando, e Fernando com o ex-namorado de Carol.

A tensão da conversa se dá primeiramente na tentativa de Carol querer saber de que modo o beijo entre “homem com homem” e entre “mulher com mulher”, na maioria das vezes, é melhor do que o beijo entre um homem e uma mulher. Isto porque, mesmo Fernando enfatizando para Carol que seu beijo é bom, ele diz que não “deu liga”, não “rolou”.

Isto faz o/a espectadrxr suspeitar de que pode não ter havido nenhuma relação sexual entre eles, apenas o beijo. Tudo isso vai acontecendo no quarto de Fernando, que ainda está se trocando, e este se vira para a amiga e pede uma sugestão sobre qual camisa usar. Carol imediatamente responde que nenhuma, pois as duas que ele mostrou são muito de “passivinha”, “bichinha”, “viadinho”. Vai depender do que ele vai “querer para o dia, se vai dar ou comer”.

Figura 2. Cena de Fernando e Carol discutindo sobre qual camisa usar.



Fonte: Curta Rótulos, 2013.

De um lado, Carol reforça a ideia binária cisheternormativa sobre masculinidade, mostrando que a passividade é sinônimo de feminilidade e a atividade é sinônimo de masculinidade (ARANTES, 2010). Isto é,

escolher e usar certo tipo de camisa, dentro da concepção da personagem, vai depender dos desejos que o amigo quer para aquele dia, ou seja, se for uma camisa mais “feminina” isso corresponderia que ele é mais passivo e quer “dar”. Porém, se for uma camisa que o deixa com cara de mais “macho”, quer dizer, que ele está a fim de “comer”, pois denota sua posição de ativo.

De outro lado, esse posicionamento da personagem Carol, sem que ela perceba, explicita a não naturalidade do binarismo, pois demonstra que as normas existem justamente para monitorar as práticas que a elas não se submetem. É por isso justamente que a cisheteronormatividade solicita para sua manutenção uma fixação da identidade que comungue e afirme sua naturalização, conforme enfatiza Guacira Lopes Louro (2001, p.548) ao se apropriar dos estudos de Jacques Derrida:

[...] a lógica social ocidental opera em certa medida na contemporaneidade através de binarismos, através da eleição ou fixação de uma ideia, sujeito ou entidade fundante ou natural, determinando com isso, o seu oposto subordinado, o “outro” legitimador.

Ou seja, a personagem aponta para uma independência entre o que se faz no sexo, o modo como nomeamos nossas práticas e as identificações que decorrem a partir disto, que podem tanto vir de fora (do Outro), quanto de dentro (submetivas).

Este diálogo mostra abertamente que, no contemporâneo, a partir da desconstrução da hegemonia do naturalizado sistema binário, a não conformidade a ele não implica em patologias, mas em afirmações de diferenças expressas em regimes de concomitância e não de dependência.

Logo, é possível ser cisgay, ativo ou passivo, e ainda assim ter prazer sexual com cis ou trans mulheres de qualquer orientação sexual. Gênero, sexo e anatomia são signos que se interseccionam a partir da construção social e subjetiva (expressão de gênero, discursos) que mais condizem com o modo pelo qual as pessoas sentem prazer e menos com o modo a partir do qual socialmente se determina como o prazer deva ser sentido.

Portanto, podemos dizer que, Felipe Cabral tem uma grande sacada na apresentação imagética do curta-metragem, pois traz elementos que, supostamente, legitimam os enunciados discursivos cisheteronormativos sobre/para os corpos e identidades. Porém, ao longo do curta ele vai desconstruindo essa naturalização de sentido (processo que ele batiza de rótulo).

Para tal utiliza-se de contra argumentações *queer* que tencionam e buscam subverter os padrões binários que organizam nossas relações e nossos próprios pensamentos. A *queerização* dos rótulos aqui diz respeito a não haver correspondência entre o que se ouve e o que se vê.

O diretor, ao longo do curta-metragem, joga/brinca com as representações sociais essencialistas por meio do cenário construído na película, frente a questionamentos e problematizações feitas pelas personagens sobre suas relações, suas intimidades e seus posicionamentos éticos/políticos/estéticos no cotidiano de suas vidas. Há, podemos assim dizer, uma tentativa de subversão das identidades binárias, uma *queerização* do desejo no discurso enunciado por Fernando às indagações e afirmações de Carol.

Assim, a narrativa discursiva do curta-metragem pode ser pensada a partir dos elementos trazidos pelas perspectivas *Queers*, que refutam as ideias, discursos e proposições de uma identidade natural e normalizada, centrada em lógicas binárias e normatizadoras dos corpos,

dos desejos e dos prazeres. Para tal, defendeu-se primeiramente o argumento de que nosso comportamento, sentimento, desejo, sensações, erotismo e prazeres são organizados e em certa medida induzidos a partir dos modos de subjetivação que tem por princípios a naturalização de sexo, gênero e desejo em modos binários de expressão, de forma a disciplinar os corpos em conformidade com estes princípios normativos.

Porém, segundo Butler (2003) ao explorar e expor os padrões normatizados e naturalizados dos gêneros e da própria heterossexualidade, a filósofa em seus estudos coloca o gênero como eixo central de análise das relações sexuais e dos desejos, argumentando que esse não se encontra associado a uma extensão conceitual e cultural do sexo biológico, mas ele se faz nas práticas discursivas entorno da heterossexualidade, considerada como matriz e norma dos relacionamentos sociais. Para autora é mediante a repetição estilizada de gestos, movimentos e atos corporais que o efeito de gênero é produzido, ou seja, o gênero é efetivado performaticamente.

Tal teoria da performatividade apresentada por Butler parte das proposições do filósofo inglês John Austin (1962) que ao criticar a linguagem como mera transmissão de significados, abre precedentes para pensar que todos os enunciados têm força e poder de ação, através de atos de fala; atos estes que produzem corpos, identidades e sujeitos.

Deste modo, apropriando-se de tais pressupostos, Judith Butler propõe a concepção pós-estruturalista de gêneros e sexualidades como atos performáticos, atos de linguagem, performances que constroem todos dentro de campos discursivos naturalizados pelas práticas regulatórias de manutenção do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais; colocando em evidência o caráter contingente e imitativo dos discursos e das paródias de gênero.

A noção de paródia de gênero aqui defendida não presume a existência de um original que essas identidades parodísticas imitem. Aliás, a paródia que se faz é *da* própria ideia de um original: assim como a noção psicanalítica de identificação com o gênero é constituída pela fantasia de uma fantasia, pela transfiguração de um Outro que é desde sempre uma “imagem” nesse duplo sentido, a paródia do gênero revela que a identidade original sobre a qual molda-se o gênero é uma imitação sem origem. Para ser mais precisa, trata-se de uma produção que, com efeito – isto é, em seu efeito –, coloca-se como imitação. Esse deslocamento perpétuo constitui uma fluidez de identidades que sugere uma abertura à resignificação e à recontextualização; a proliferação parodística priva a cultura hegemônica e seus críticos da reivindicação de identidades de gênero naturalizadas ou essencializadas. Embora os significados de gênero assumidos nesses estilos parodísticos sejam claramente parte da cultura hegemônica misógina, são todavia desnaturalizados e mobilizados por meio de sua recontextualização parodística. Como imitações que deslocam efetivamente o significado do original, imitam o próprio mito da originalidade. No lugar de uma identificação original a servir como causa determinante, a identidade de gênero pode ser reconcebida como uma história pessoal/cultural de significados recebidos, sujeitos a um conjunto de práticas imitativas que se referem lateralmente a outras imitações e que, em conjunto, constroem a ilusão de um eu de gênero primário e interno marcado pelo gênero, ou parodiam o mecanismo dessa construção (BUTLER, 2003, p. 197).

Deste modo, a anatomia não é o destino. Isto é, não nascemos mulheres e homens, mas nos tornamos cis ou trans ou não nos identificamos (não binários, gênero fluído, agênero, andróginos, bigêneros etc.), pois nos encontramos em processualidades, em devires nômades na potência da vida. Tal lógica é contrária à lógica cisheteronormativa que, a partir da binaridade, organiza e

dá inteligibilidade e, conseqüentemente, privilégios a modos homogêneos de expressões da sexualidade.

É a crença na binaridade que legitima as indagações e discurso da personagem Carol, pois para ela gostar ou não do beijo entre pessoas do mesmo sexo determinaria, nas entre-linhas, que essa pessoa é hetero ou homo, e que poderia então estar se relacionando com a pessoa errada.

Assim, por exemplo, ela seria lésbica porque achou o beijo da ex-namorada de Fernando melhor do que o de seu ex-namorado. E é justamente a isto que o discurso de Fernando vem se contrapor: a identidade de gênero não deve ser definida por nenhum fator biológico ou prática sexual imposta à pessoa. Ao contrário, é algo que é organizado subjetivamente, uma escolha ética em concordância com o momento afetivo e não uma escolha moral em concordância com uma norma do Outro, alheia ao desejo nascido dos encontros.

Esse posicionamento *queer* do curta-metragem *Rótulo*, em um contexto histórico brasileiro tão intenso no ano de 2013, como mencionamos anteriormente, se agenda às discussões e proposições da perspectiva *queer* que, aos poucos ganha espaço e visibilidade no cenário artístico-cultural contemporâneo brasileiro; sendo incorporadas em práticas artísticas, cenários e enredos, produzidos por diversas esferas do teatro, da música, da literatura, do cinema etc., que iniciam aos poucos um flerte e uma apropriação mais contundente em suas produções, no que diz respeito ao universo LGBTQ+ (FERREIRA, 2016).

Pois vale dizer que, Felipe Cabral é da safra de jovens brancos, cis gays, recém graduado seja em cinema, artes visuais ou comunicação, que usou a internet para se expressar, para educar, para compartilhar inquietações e histórias. Com “um celular na mão”, amigos, um pouco de dinheiro e ideias na cabeça, estes jovens adentram na era digital com a mesma facilidade com que aprendemos a

respirar. Felipe, aos 26 anos, quando realizou seu primeiro curta-metragem, já estava plenamente integrado à geração digital.

É curioso observar que esta facilidade de compreensão dos modos de funcionamento tecnológico nem sempre acompanham o aprofundamento histórico sobre os temas abordados em seus curtas-metragens. Ao contrário, chega mesmo a ter um teor superficial e focado na informação, na visibilidade do tema.

Em 16 de março de 2017, o jovem jornalista de 31 anos, Felipe Cabral, grava um programa em seu canal do *youtube*, ***Eu leio LGBT***¹², no quadro LGBTCine, no qual ele apresenta seus 3 curtas-metragens, “Gaydar” (2012), “Rótulo” (2013) e “Aceito” (2014). Acompanhado da atriz Julia Stockler e do ator Jefferson Schroeder, parceiros nestes três projetos, ele explica a motivação pessoal que o levou a iniciar este projeto no qual ele atua, dirige, produz e realiza o roteiro. Todas as histórias partem de fatos biográficos. *Gaydar* é do período em que ele havia recentemente assumido sua homossexualidade; *Rótulo* trata das inquietações a respeito da assumpção de uma identidade de gênero e/ou sexual; *Aceito* nasce de uma reflexão sobre a força do dispositivo (heteronormativo) da sexualidade na subjetivação das pessoas. Os curtas não fazem parte de uma trilogia e podem ser vistos separadamente sem prejuízo de continuidade.

No supracitado programa de 16.03.2017, ele e os atores que costumam participar de seus curtas-metragens conversam com ingênua surpresa, por exemplo, sobre a história do acrônimo LGBTTIQ+ que, segundo eles, são

¹² No canal, que sempre tem vídeos novos às terças e quintas, Felipe apresenta um livro que ele gosta a partir do tema estabelecido para cada mês. Nas quintas-feiras, é dia do quadro LGBTCine, em que ele fala de algum filme. Muitas vezes rola a presença de convidados.

“siglas”. Apesar de valorizarem a história de luta e paixão para a defesa dos direitos LGBTQ+, evidencia-se nesta conversa que se trata de uma geração que milita pela satisfação sexual sem que isso implique em um “rótulo”.

E isso, como eles próprios salientam nesta conversa, parece ser algo paradoxal à luta por dignidade, direitos e igualdade que os precederam. Basicamente, acreditam que seja não apenas possível, mas também desejável que a expressão da sexualidade e a obtenção de prazer a partir do sexo estejam totalmente desvinculados de um projeto político-identitário de direito à vida, à cidadania e à liberdade de expressão em uma democracia.

Considerações finais

Podemos dizer que o curta-metragem *Rótulo* tem a proposta de *queerizar* os discursos sobre as identidades e os desejos deslocando-os de seus lugares pré-fixados e trazendo-os para questionamentos que nos levam a pensar nas formas plurais de vida e expressões de desejos dentro de perspectivas diversas, e não rotuladas e essencializadas.

É por meio de desestabilizações das fronteiras entre ser isso ou aquilo, de “comer ou dar”, de ficar com homem ou com mulher, ou de ficar com os dois, que o curta-metragem mostra que os desejos são produção, forças que pedem passagem independente das suas rotulações.

Claro que, a maneira e os modos com os quais lidamos com a produção dos desejos em nós, depende da política/ética/estética de vida que queremos e nos permitimos, porque a vida em sua potência sempre escapará a toda e qualquer representação, sendo os desejos excessos, transbordamentos, conexões, invenções.

Neste sentido, Felipe Cabral provoca na tela a desconstrução de signos identitários, levando-nos a pensar nas experiências possíveis ao nos colocarmos nômades e *queerizando* a própria existência. Ou seja, não nos conformando com os limites ficcionais das realidades, pois na fala expressiva de Clarissa Alcântara¹³: “o limite é o exceder”.

Referências

- ARANTES, J. E. R. Vivendo no Entre-lugar: raça e homossexualidade na construção de identidades. In: COSTA, H. *et al.* (Org.). **Retratos do Brasil Homossexual:** fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial, 2010.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- COLLING, L.; NOGUEIRA, G. Relacionados mas diferentes: sobre os conceitos de homofobia, heterossexualidade compulsória e heteronormatividade. In: RODRIGUES, A.; DALLA PICULA, C.; FERREIRA, S. R. S. (Org.). **Transposições:** lugares e fronteiras em sexualidade e educação. Vitória: EDUFES, 2014. p. 171-183.
- CURIEL, O. **“La Nación Heterossexual”** - Análisis del discurso jurídico y el régimen heterossexual desde la antropología de la dominación. Brecha Lésbica. Bogotá, 2013.
- FERREIRA, G. B. ‘Arte Queer’ no Brasil? Relações raciais e não-binarismos de gênero e sexualidades em expressões artísticas em contextos sociais brasileiros. **Urdimento**, v.2, n.27, p.206-227, 2016. Disponível em: <<http://www.revistas>.

¹³ Fala proferida na oficina I Encontro Esquizoanálise, Teoria Queer e Subversão da Identidade em Assis-SP em 2013.

udesc.br/index.php/urdimento/article/view/8740>. Acesso em: 18 de jun de 2020.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

FOUCAULT, M. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. (Trad. Org. Roberto Machado). 23ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

LEONARDO, R. C.; ATHAYDE, T.; POCAHY, F. A. “O conceito de cisgeneridade e a produção de deslocamentos nas políticas feministas contemporâneas”. V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES, Rio de Janeiro, 2015. Anais [...]UERJ: Rio de Janeiro, 2015.

LOURO, G. L. Teoria Queer – Uma Política Pós-Identitária para a Educação. **Revista de Estudos Feministas**. Florianópolis. v. 9, n. 2. 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n2/8639.pdf>>. Acesso em 18 de jun de 2020.

MELO, R. A. **Imagens, sensações e afetos: as personagens gays nos curtas-metragens brasileiros exibidos no Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade** (Dissertação de Mestrado). UNESP - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, 2016. 152 f.

MORENO, A. **A personagem homossexual no cinema brasileiro**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes da UNICAMP, São Paulo, Campinas, 1995. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000100549&fd=y>>. Acesso em 18 de jun de 2020.

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila). New York, Columbia University Press, 1989.

SILVA, T.T. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T.T. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 9ª. ed. Petrópolis, RJ:Voices, 2009.

SPARGO, T. **Foucault e a teoria queer**. Trad. Vladimir Freire. Rio de Janeiro: Pazulin. Ed. UFJF, 2006.

SPINOZA, B. A origem e a natureza dos afetos. In: SPIZOZA, B. **Ética**. (Trad. e notas de Tomaz Tadeu). 3ª ed., Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

TEIXEIRA-FILHO, F. S.; LONGO, N. L.; SOUZA, J. C. Gênero e suas expressões em um contexto educacional e de atendimento à infância e à adolescência em uma cidade do interior paulista. In: TEIXEIRA-FILHO, F. S. et al. (Orgs.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia contemporânea**. Cuiabá: EdUFMT, 2013.

VERGUEIRO, V. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade**. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos) - Universidade Federal da Bahia. Salvador-BH, 2016, 244 f.

Capítulo 3

BIXA TRAVESTY: REFLEXÕES QUEER SOBRE A SEXUALIDADE, O CORPO E A IDENTIDADE

Patricia Porchat

Introdução

O que é travesti, bixa, viado ou sapatão? E se trata de um travesti ou uma travesti? Traveca ou traveco? As figuras antigas da diversidade sexual no Brasil foram retomadas nos últimos anos como objeto de pesquisa, tema de dissertações e teses acadêmicas, através dos estudos de gênero, da teoria *queer* e dos estudos feministas.

Uma das questões que essas investigações trazem é a diferença entre o sexo e o gênero. Se era comum, óbvio e aceitável falar que um determinado homem era “um travesti” na década de 60, hoje boa parte das travestis briga pelo reconhecimento de seu gênero como feminino. Essa mudança, no entanto, não foi e nem é tão assim tão simples.

Podemos mencionar alguns acontecimentos que interferiram na construção de novos parâmetros para a compreensão da população LGBTQIA+¹. Aliás, a própria sigla, que aponta para um acréscimo de letras, indica a possibilidade de se nomear novas identidades sexo-dissidentes e gênero-dissidentes, tantas quantas forem necessárias para expressar a variabilidade do ser humano nessas questões.

¹ LGBTQIA+ designa respectivamente lésbicas, gays, bissexuais, trans, *queer/questionando*, intersexo, assexuais/agênero e mais. O termo trans serve para designar transgêneros, transexuais e travestis. Vê-se que também o Q e o A servem para mais de uma identidade.

Historicamente no Brasil, a década de 1990 marca o início da militância travesti, organizando-se politicamente em função da luta contra a Aids e da violência policial em locais de prostituição. A luta das travestis se beneficia da organização do movimento homossexual que, na década de 1980, já vinha demandando de modo combativo o acesso a cuidados eficientes em relação à saúde (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Em 1997, com a resolução 1482/97 do Conselho Federal de Medicina, é autorizada a cirurgia de redesignação sexual em caráter experimental em hospitais universitários. Nos anos subsequentes, novas portarias vão ampliando a permissão de modo a garantir que modificações corporais que envolvem tratamento hormonal e intervenção cirúrgica, beneficiem um número cada vez maior de homens e mulheres trans.

A visibilidade de pessoas trans na mídia, nas artes e nas candidaturas para o exercício de cargos políticos, assim como seu ingresso em espaços acadêmicos, ajudou a aumentar o interesse por essa população (PORCHAT, 2013; PEREIRA, 2020). Mas o que nos interessa aqui são as teorias que tentaram dar conta e, igualmente, subsidiaram o empoderamento da comunidade LGBTQIA+. De objeto, passaram a ocupar o lugar de sujeito e escrever sua própria história².

Os estudos de gênero, os estudos feministas e a teoria *queer* formam o campo em que se debatem: a) a análise das identidades a partir do controle, dominação, subordinação e estabelecimento de hierarquias no sistema patriarcal; b) a querela entre as concepções essencialistas e construcionistas de sexo e de gênero; c) as relações de poder e a instalação de normas que produzem margens, violência

² Para uma discussão sobre o que representou esse giro de objeto a sujeito e a problematização acerca do lugar de fala e da possibilidade de ser efetivamente escutado, ver KILOMBA, 2019; RIBEIRO, 2017 e SPIVAK, 2010.

e exclusão; d) os limites e as potencialidades do corpo; e) a patologização e a despatologização das sexualidades e gêneros dissidentes.

Como seria impossível esgotar as contribuições e diferenças entre essas três teorias, elegemos a teoria *queer* como aquela que pode iluminar alguns aspectos que abordaremos em *Bixa Travesty*.

A teoria *queer* chega ao Brasil como uma teoria norte-americana, embora rapidamente identifiquemos sua origem na recepção de Foucault, Deleuze e Derrida nos Estados Unidos. Posteriormente percebemos que ela também tem ramos na França, com Sam Bourcier, e na Espanha, com Paul B. Preciado. Mas é principalmente através da filósofa Judith Butler que ela faz sua entrada em nosso território.

Foi no início dos anos de 1990 que a historiadora americana Teresa de Lauretis (1991) nomeou de teoria *queer* um conjunto de estudos sobre sexualidades e gêneros, como, por exemplo, *A contestação homossexual*, de Guy Hocquenghen, publicado em 1972, e os artigos de Michael Warner (1991), onde encontramos a invenção do termo “heteronormatividade” e de Adrienne Rich (1980), onde vemos surgir a ideia de “heterossexualidade compulsória”. O termo *queer*, utilizado como uma espécie de xingamento para pessoas consideradas estranhas, excêntricas, esquisitas em função de sua orientação sexual ou de seu gênero, foi assumido positivamente por essas mesmas pessoas, com o intuito de desconstruir os essencialismos de sexo e de gênero.

Colling (2015) debate o quanto já se poderia identificar nos anos de 1980, no Brasil, pesquisadores extremamente sintonizados com o pensamento *queer*, antes mesmo de ele existir com esse nome, como é o caso de Néstor Perlongher e Edward McRae, leitores de Foucault e Deleuze. Perlongher e McRae (*apud* COLLING, 2015) analisavam as sexualidades e subjetividades gays e travestis daquela época, criticando a

assimilação da heteronormatividade³ por parte do movimento homossexual brasileiro e denunciando essencialismos que pudessem apagar a pluralidade de desejos e manifestações de gênero.

A metodologia da teoria *queer* opera com a desconstrução de categorias binárias tomadas como óbvias, herança da filosofia de Jacques Derrida, com a historicização de conceitos e categorias, proposta por Michel Foucault, e com a ideia do “devir” (tornar-se) e da “multiplicidade” no lugar da identidade estável e da diferença, marca registrada do filósofo Gilles Deleuze.

Em relação às questões de gênero na teoria *queer*, tomemos como referência a filósofa feminista norte-americana Judith Butler. Sua teoria comporta duas ideias básicas acerca do gênero (BUTLER, 2003). Primeiramente, a de que o senso comum considera inteligível o gênero de quem supostamente possui uma coerência entre seus quatro elementos básicos: sexo anatômico, identidade de gênero, desejo e prática sexual. É digno de se notar que Butler incorpora o desejo e a prática sexual de modo a ampliar o que se entende por gênero. Pensar sobre o gênero implica em pensar o corpo e aquilo de que o corpo eroticamente precisa e é capaz de fazer. A coerência seria ditada pela norma cisheterossexual⁴. Presume-se que a pessoa está ou deveria estar de acordo com a identidade de

³ O termo heteronormatividade (WARNER, 1991) se refere às instituições e à lógica da compreensão e das orientações práticas que fazem com que a heterossexualidade pareça coerente, isto é, uma sexualidade organizada, mas também privilegiada. O que Perlongher e McRae percebem e criticam é a idealização dessa lógica e a adesão a ela por parte do movimento homossexual (COLLING, 2015).

⁴ Cis tem o sentido de “do mesmo lado”. A cisgeneridade se opõe ao termo transgeneridade para designar pessoas que estão de acordo com o gênero atribuído ao nascimento. A norma cisheterossexual preconiza que as pessoas cisgêneras e heterossexuais ditam o que se espera da relação entre sexo anatômico, identidade, desejo e prática sexual.

gênero atribuída ao nascimento em função de seu sexo anatômico e que seu desejo e prática sexual se dirigem a alguém do sexo oposto. Nessa perspectiva, poder-se-ia argumentar a favor de uma concepção biologizante, que atribui à anatomia a formação da identidade de gênero e do desejo, mas também se poderia argumentar a favor de uma concepção em que a cultura prevalece e, independentemente da anatomia, determina os aspectos relacionados à identidade de gênero e ao desejo. No entanto, existem gêneros não inteligíveis, aponta Butler, em que a coerência esperada não acontece, mesmo que a cultura tentasse moldar e direcionar a identidade, o desejo e a prática sexual.

A segunda ideia emerge do rompimento que Butler realiza com a distinção entre sexo e gênero, propondo um corpo-gênero que performa cotidianamente atos – aquilo que a autora chama de atos performativos, que criam a ilusão de um gênero como substância, uma essência por trás da pessoa.

Para compreender gênero, Butler toma os seres abjetos como paradigma: travestis, transexuais, intersexos, bixas, sapatões e outros. Os corpos abjetos são corpos cujas vidas não são consideradas vidas e cuja materialidade é entendida como não importante. Os corpos abjetos não são inteligíveis e não tem existência legítima (BUTLER *apud* PRINS; MEIJER, 2002).

Ao tratar de outras questões, que não as de gênero, Butler inclui entre os corpos abjetos os corpos não ocidentais, pobres, pacientes psiquiátricos, deficientes físicos, refugiados libaneses e turcos etc. Isso significa que não apenas a matriz cisheterossexual exclui esses corpos. Cada sociedade, cada grupo humano, com sua própria matriz de inteligibilidade, produz suas exclusões, isto é, seus seres/corpos abjetos.

A abjeção, conceito central na teoria *queer* de Butler, designa aquilo que foi expelido do corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”⁵. O que foi descartado de nosso corpo passa a nos causar nojo e repulsa e ajuda a construir a fronteira entre o interno e o externo. Esse modelo é utilizado para compreender práticas sociais de exclusão através da diferenciação de identidades. O Outro é visto como lixo. Ele contém algo que não quero ver em mim, mas que um dia pertenceu a mim, ou que existe em mim como potencialidade. É “lixo” produzido individualmente ou socialmente.

Tomando como ponto de partida o gênero praticado por *drag queens*, travestis, transexuais e intersexos, Butler (2003) considera o ato performativo como um ato que torna real e produz aquilo que nomeia ou atua (enquanto gesto e comportamento). O ato de gênero ao ser performado faz crer que há uma substância mulher ou uma substância homem por trás do que o espectador/interlocutor/receptor do ato viu. Mas quando se trata de práticas de gênero fora de uma situação de paródia, como a de uma *drag queen*, a crença é também daquele ou daquela que executa o ato. O agente crê em uma essência de gênero que determina o seu próprio comportamento, aprendido desde a infância.

A repetição dos atos de gênero são sempre uma citação de algo, referem-se a códigos e convenções e por isso são efetivos na manutenção dos gêneros binários. Todavia, dirá Butler, na repetição dos gêneros aprendidos há subversão e transformação. Há falhas na repetição, pois a linguagem que emerge do corpo não se indexa em comportamentos socialmente impostos. Algo escapa à

⁵ Trata-se de um conceito que Butler retira de Julia Kristeva. (KRISTEVA, J. *The powers of horror: an essay on abjection*. New York: Columbia UP, 1982, *apud* BUTLER, 2003, p. 232).

mera repetição do que foi aprendido e produz uma forma singular de apresentação de gênero, assim como de constituição do desejo.

A teoria *queer*, pode-se dizer, é a denúncia de um discurso que estabelece o gênero como essência e, ao mesmo tempo, propõe um escape a ela. Desfazendo-se o gênero, dissolvem-se as identidades, desaparece o binarismo de gênero. Há tantos gêneros quanto pessoas. Sedgwick (1993) diz que há alguns sentidos em que o termo *queer* só pode ser usado na primeira pessoa, como se fizesse referência a singularidades.

Mas se as identidades se dissolvem, o que dizer dos corpos? O historiador Thomas Laqueur (2001) tem sido uma importante referência para a teoria *queer* compreender que certamente podemos fazer leituras e classificações a partir dos corpos, mas quando reduzimos as suas diferenças a uma oposição binária, isso se deve a determinados contextos históricos. Como consequência, inviabilizamos a percepção das várias possibilidades corporais e de gênero. A ideia de que existem dois corpos, radicalmente distintos, o corpo-macho e o corpo-fêmea, e que estes são uma chave para a inteligibilidade cultural tem como consequência a invisibilidade de outros tantos corpos.

Butler aprofunda o questionamento sobre os corpos ao aproximar sua reflexão sobre o gênero às discussões sobre deficientes físicos. Ela desenvolve a ideia de que gênero e deficiência física convergem em muitas maneiras, mas principalmente, ambos nos fazem repensar o que o corpo pode fazer (BUTLER, *apud* TAYLOR, 2008). Baseada na filosofia de Espinoza e em sua leitura por Deleuze, Butler entende que não há e nunca houve determinação sobre o que um corpo pode e o que não pode fazer (*idem*).

Deleuze aponta que tradicionalmente pensamos sobre o que é um corpo ou qual a forma ideal de um corpo ou,

mesmo, sobre qual é a diferença entre o corpo e a alma. Mas o que um corpo pode fazer é uma pergunta diferente, diz Butler, pois remete a capacidades e ações que este corpo pode ou consegue realizar. Deleuze critica a ideia de uma essência corporal que determinaria atos e comportamentos, ou ainda, que tivesse uma morfologia ideal (BUTLER, *apud* TAYLOR, 2008).

Por último, podemos nos referir à sexualidade nos estudos *queer* como uma análise das variadas possibilidades de prazer marcadas e atravessadas pelas constrições socioculturais de cada época. Nesse sentido, existem aproximações com a teoria psicanalítica da sexualidade, que estabelece a pulsão sexual (libido) como uma força que brota de variadas regiões do corpo e busca a satisfação em diferentes objetos e de variadas maneiras. A história do desejo e das formas de satisfação encontradas por cada pessoa, aí incluídos os recalques e as sublimações, levam necessariamente à compreensão da singularidade de cada um.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Filme
Título Original	<i>Bixa Travesty</i>
Nome Traduzido	Não há
Gênero	Documentário
Ano	2018
Local de lançamento e Idioma original	Brasil, português
Duração	01h15min
Direção	Claudia Priscilla e Kiko Goifman

Bixa Travesty é um documentário musical e político que apresenta Linn da Quebrada, uma cantora e ativista trans que iniciou sua carreira há cerca de cinco anos na periferia

da cidade de São Paulo e obteve rapidamente sucesso. O documentário dá destaque à parceria com Jup do Bairro, amiga trans com quem divide o palco, à amizade com a cantora Liniker e à relação afetuosa com sua mãe.

Quando Linn não está cantando, quase sempre aparece fazendo considerações sobre sexualidade, identidade, gênero e corpo, da perspectiva de quem questiona, experimentou e ainda experimenta muita coisa diferente. Isso acontece em uma simulação de entrevista de rádio com Jup do Bairro ou em situações informais juntos aos amigos e a sua mãe.

Linn assina o roteiro junto com Kiko Goifman e Claudia Priscilla, o que traz uma importante perspectiva para o espectador, pois entendemos que Linn mostra o que realmente quer mostrar, ou seja, escolhe o que quer dizer para quem está assistindo. Tem um objetivo didático, como se pretendesse explicar conceitos teóricos a partir de sua própria experiência. Seu principal recado parece ser o da liberdade de experimentar com o gênero e com o corpo, mesmo que, em determinado momento, essa experimentação com o corpo aconteça a partir de uma experiência de quimioterapia.

Ao abordar a cena musical trans de funk, rap e hip hop, o documentário alcança, ainda, a questão da violência social racial, machista e transfóbica. As letras das músicas de Linn da Quebrada podem ser escutadas como manifestos feministas ou transfeministas.

Análise Crítica

Nas escolhas realizadas pelos roteiristas, aí incluída Linn da Quebrada, podemos entender *Bixa Travesty* através da teoria *queer*, tanto quanto entender a teoria *queer* através de *Bixa Travesty*.

Linn desconstrói o gênero feminino com suas letras e com seu corpo. Mas o curioso aqui é que o feminino que está sendo desconstruído não é apenas o gênero da mulher, mas é também o da travesti. Logo no início do documentário temos a sua fala: “*Eu quebrei a costela de Adão. Muito prazer, sou a nova Eva. Filha das travas e obra das trevas. Antes eu era um traveco, hoje sou uma mulher cis*”. A nova Eva a qual Linn se refere é a travesti, mas que não é “traveco” e sim uma mulher cis, ou seja, uma aparente contradição.

Nada parece ficar no lugar. Se o “traveco” é uma mulher cis, o que é então uma mulher? A música *Mulher*, cantada no documentário, sugere uma resposta: “*Ela tem corpo de mulher, ela tem jeito, tem bunda, tem peito, e o pau de mulher!*”. A mulher cis tem pau, essa é a sua resposta. Ora, se a travesti é mulher cis e se a mulher cis tem pau, Linn nos mostra que não há essência de gênero, gênero não se apreende, não se expressa ou se define. Gênero se performa e se nomeia.

Qual o gênero de Linn da Quebrada? Ao desconstruir o gênero feminino, ao desfazer o gênero, surgem as singularidades, existem tantos gêneros quanto pessoas. Linn é *queer*, no sentido apontado por Sedgwick (1993), de um impulso para usar o termo na primeira pessoa. De acordo ainda com Sedgwick, *queer* pode se referir a lacunas, lapsos, excessos e dissonâncias, funcionando como uma matriz aberta a possibilidades na constituição de gênero e sexualidade.

Queer, em suas raízes etimológicas, significa atravessar (SEDGWICK, 1993). Podemos concluir que se *queer* é dissonância, lapso ou excesso, pode-se dizer que não existe identidade comum a dois sujeitos. Algo sempre escapa a qualquer tentativa de indexação a uma identidade fixa, algo atravessa e fura os gêneros pré-estabelecidos. *Queer* só

poderia se referir a cada um em sua particularidade (SEDGWICK, 1993).

Em sua singularidade, Linn da Quebrada nomeia seu gênero, ela é Bixa Travesty. E o que é um Bixa Travesty? Na simulação do programa de entrevista de rádio com Jup do Bairro, em que expõe suas teorias e conceitos, Linn conversa sobre nomear e se nomear. Mais uma letrinha para o LGBTQIA+?

Bixa Travesty é como Linn se nomeia e nomeia uma nova identidade sexo-dissidente e gênero-dissidente, necessária para expressar a sua própria existência. *Bixa Travesty* fala de uma identidade que inclui o feminino, mas também o bixa, diz ela, uma identidade que tenta dar conta de sua própria história.

Quando recupera várias passagens de sua vida através de fotos e vídeos gravados por uma amiga sua, Linn comenta o caminho percorrido entre um período em que poderia ser melhor descrito como viado ou bixa, e o momento posterior, em que pode ser lido como travesti, para finalmente chegar a bixa travesty, uma mulher cis que tem pau, como ela diz, uma trava feminina.

Mas bixa também é um bicho. É isso o que mostra a cena externa no meio do mato em que Linn e Jup brincam de imitar feras e se perguntam: o que é uma bixa travesty? De que se alimenta? Como se reproduz? Quem são suas parceiras? Onde vive?

Linn explode as fronteiras do gênero. Bixa travesty é uma fera, é uma mulher cis com pau e não necessariamente é humana, é uma bixa bicho ou um bicho bixa. “*Sou uma terrorista de gênero – imagine se fosse uma boneca. Nem homem, nem mulher. Sou desconstruída*”, diz Linn.

Lembrando que gênero não se discute sem considerar as relações de poder que estabelecem hierarquia e violência de gênero, Linn denuncia o machismo em suas músicas e em suas falas e faz críticas ao patriarcado, ao

mesmo tempo em que desconstrói a categoria de mulher. “Vamos usar nossos corpos como armas”, ela diz. “Quem pode falar da mulher/pela mulher? Quem é mulher? Feminino é coisa de mulher?”.

Linn admite que as travestis eram, anteriormente, muito ligadas aos padrões do corpo feminino. Hoje considera que a travestilidade ou a feminilidade não precisam estar ligadas a coisas como depilação. Não é necessário fazer trejeitos femininos para reproduzir a “mulher”. No entanto, ela se pergunta: “Como seria meu corpo com mais feminilidade?”.

Linn explora as possibilidades de seu corpo em diálogo com o território da abjeção. Seu corpo abjeto, não inteligível e sem existência legítima torna-se o centro e a fonte de seu trabalho artístico. Linn é abjeta pelo seu gênero, pelo seu corpo, pelo seu tom de pele e pela sua origem. Bixa preta, travesti da periferia. Lixo da zona leste de São Paulo, extremo leste, ela se corrige.

“Qual é a diferença de saberes marginais e saberes periféricos?”, ela pergunta. Afinal, hoje é evidente que a periferia é rica em arte, que tem uma estética e estabelece moda. Quem pode falar e quem pode ser escutado é a pergunta que fizeram Ribeiro (2017) e Spivak (2010). Pode o abjeto falar? Tornar-se sujeito de sua própria fala? Sair do lugar de objeto? Linn mostra que sim e faz isso através de sua música e de seu corpo. “Mas penso meu próprio território geográfico a ser explorado”. Linn pensa num “corpo-arqueologia, processo de escavação, terremoto que transforma coisas”.

O que pode um corpo fazer foi a direção que tomou o raciocínio de Butler a partir de Deleuze. Existe uma morfologia ideal, existe uma essência corporal? Revendo seu passado nas fotos, no momento mais intimista do documentário, Linn fala do câncer que teve em um dos testículos, da cirurgia de retirada e do longo tratamento de

quimioterapia (três anos). Conta ao espectador como teve que se reinventar, inclusive no período de hospitalização. Doença virou arte e o confinamento no quarto do hospital virou exploração erótica dos objetos à sua volta. Linn teve que reinventar um corpo e isso virou sua bandeira: “*Tem mulher que tem pinto*”, “*Descubram novos corpos*”, “*Encontrem entre vocês*”, “*Vai vasculhando que está tudo certo, vai ser tudo de bom*”.

O que um corpo pode fazer? Linn passa batom no pinto, batom no cu, e tenta colocar o pinto dentro de uma bolha de sabão. Ao mesmo tempo, fala de seu câncer: “*células em mim que não querem morrer e continuam a crescer*”. E discute politicamente: o corpo doente, a quem pertence? Aos médicos, à família, ou ao paciente? Afinal, todos querem dar palpite em seu destino. Bixa travesty de um testículo e um peito só. E na mão, sangrando, um coração, ela canta.

Amor ou sexo? “*Sexo é sexo. Tem amor e tem orgia. Estou procurando sexo*”, canta Linn logo no início do documentário. Depois nos revela que quer se casar. Quando morava em Rio Preto, ela diz, fazia sexo anônimo, sem beijo e sem afeto. Hoje amar é uma questão política. “*Devemos ser felizes enquanto mulheres, travestis, mulheres pretas, brancas, bixas*”. Linn defende o direito à felicidade como uma pauta política. E isso inclui o amor. Mas amor também pode ser inventado. E nós a vemos discutir o poliamor. Ou apelar para o amor materno. “*Mãe, a senhora me ama?*” “*Demais*”, responde sua mãe. “*Quando estou triste coloco minhas músicas para ouvir. Preciso acreditar no meu corpo*”, diz Linn. E mais uma vez quebrando barreiras, Linn nos deixa ver a intimidade do amor mãe e filha. Vemo-las no banho, abraçam-se nuas e se ensaboam.

Através de seu medo, Linn revela a aventura que cabe a cada um quando se é honesto com o próprio desejo: “*Tenho medo de ficar sozinha, não pertencer*”. É preciso

inventar um lugar para pertencer, ela diz. “*Já que não tem lugar que me cabe, ao menos que eu inventasse um espaço que me coubesse, mas que é temporário, não quer dizer que eu vou caber aqui para sempre. Logo acho que vou precisar estar indo para outro lugar*”. Para a teoria *queer*, a identidade é instável, os gêneros binários são uma ilusão e uma camisa-de-força que não esgota nossos desejos e nem nos expressa por inteiro. É preciso inventar um lugar onde caibamos e na sinceridade com nosso desejo, existe sempre o medo de não pertencer e o medo do abandono.

Por fim, mesmo que o cerne dos temas comentados por Linn e Jup no documentário sejam as questões de corpo e gênero pensadas numa perspectiva de liberdade criativa, discute-se também a patologização das identidades trans, por exemplo, quando Linn canta que não tem nenhum distúrbio ou transtorno de identidade de gênero – termos psiquiátricos usados nos manuais internacionais de classificação de doenças, e denuncia-se as posturas preconceituosas como a transfobia e a gordofobia. Bixa Travesty é um bicho gênero que tudo pode e tudo fala.

Considerações Finais

Bixa Travesty é um documentário que contribui para compreendermos uma parte da realidade *queer* brasileira: preta, pobre, periférica. O que pode a sexualidade de um determinado corpo, nomeado com uma determinada identidade? “*Tudo*”, dirá Linn da Quebrada. Sexualidade é prazer sem fronteiras, corpo pode ter diferentes formas e variados usos, e identidade deve ser o nome que escolhemos para tentar nos traduzir. Mas no Brasil de Linn há outros ingredientes: a pobreza atravessada pelo racismo. Ainda assim, Linn quer mostrar que a periferia tem arte e essa arte faz denúncias. Linn se move de abjeto a sujeito.

Linn retoma, em certa medida, a história dos Dzi Croquettes, grupo de bailarinos de visual andrógino, maquiagem e roupas femininas, criado em 1972, que apresentava monólogos alternados com números de canto e dança. Rapidamente o sucesso os levou a apresentações internacionais. Nesse sentido, o documentário de Linn se inscreve numa tradição artística que envolve filmes, musicais e performances que botam em cena o gênero, a sexualidade e o corpo através da arte. Mas Linn, mais do que os Dzi Croquettes, parece evidenciar a teoria butleriana de que o gênero é um ato performativo, que ao ser repetido cotidianamente, pode falhar de modo subversivo e denunciar o gênero como ilusão. Não se trata de imitar o gênero feminino conscientemente, o que seria uma simples paródia. Trata-se de perceber que, na tentativa de praticar/performar um gênero (masculino ou feminino), algo escapa, foge ao controle e nos leva a construir um gênero próprio. No caso de Linn, a bixa travesty.

Vale ainda ressaltar que Linn poderia ser apenas objeto de um documentário. Mas tornar-se sujeito é assumir seu lugar de fala. Em sintonia com a teoria *queer*, Linn se faz roteirista e escolhe seu caminho. Fala em primeira pessoa. Uma pessoa que, a partir da exploração de seu corpo, busca sexo e amor, seja lá de que forma for.

Referências

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
COLLING, L. Quatro dicas preliminares para transar a genealogia do *queer* no Brasil. In: BENTO, B.; FÈLIX-SILVA, A. V. (Orgs.). **Desfazendo Gênero: subjetividade, cidadania, transfeminismo**. Natal: Editora da UFRN, 2015. p. 223-243.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução n. 1.482**, de 19 de setembro de 1997. Autoriza a título experimental, a realização de cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia, neofaloplastia e ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários com o tratamento dos casos de transexualismo. Disponível em: <http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/1997/1482_1997.htm>. Acesso em: 03 Mai. 2020.

ESPINOZA, B. **Ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009. (Original publicado em 1677).

HOCQUENGHEN, G. **A Contestação Homossexual**, São Paulo, Brasiliense, 1980. (Original publicado como *Le désir homossexuel*. Paris: PUF, 1972).

KILOMBA, G. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAURETIS, T. Queer Theory: Lesbian and Gay Sexualities. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, 3(2), p. 3-18, 1991.

LAQUEUR, T. **Inventando o sexo**. Corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

PEREIRA, M. J. A., **Traçando rotas de fuga de mulheres trans**: de suas estratégias de resistência à universidade pública. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, 2020.

PORCHAT, P. Psicanálise, gênero e singularidade. **Revista Faac**, v. 2, p. 195-202, 2013.

PRINS, B.; MEIJER, I. C., Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler. **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p.155-167, Jan.2002. (Original publicado em 1998).

RIBEIRO, D. **O que é lugar de fala?** Coleção Feminismos Plurais. São Paulo: Letramento, 2017.

RICH, A. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. **Signs: Journal of Women in Culture and Society**, 5:631-60, 1980.

SEDGWICK, E. K., Queer and Now. **Tendencies**. Durham: Duke University Press, 1993.

SIMÕES, J. de A.; FACCHINI, R. **Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT**. v.1 São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAYLOR, A. **Examined life**; philosophy in the streets. Judith Butler & Sunaura Taylor. Documentário, 87 min. Canadá, 2008. Disponível em: www.youtube.com/watch?v=k0HZaPkF6qE Acesso em Mai 2020.

WARNER, M. Introduction: Fear of a Queer Planet. **Social Text**. v.29, pp. 3-17 1991.

Capítulo 4

MALA MALA: TRANSGENERALIDADES E TRAJETÓRIAS GERACIONAIS

Maiara Cristina Pereira
Florêncio Mariano Costa Júnior

Introdução

Para Connell e Pearse (2015) o gênero é uma estrutura social que envolve a relação específica com o corpo - diz respeito a uma estrutura multidimensional de relações sociais que se centra na dinâmica entre o corpo, os processos sociais e as práticas que trazem consigo uma forma particular de lidar com a diferença.

Nesse sentido, o termo gênero se refere às formas pelas quais sociedades e culturas lidam com os corpos humanos e as consequências destas formas de lidar nas trajetórias pessoais e coletivas (CONNELL; PEARSE, 2015). Os dispositivos (saberes, práticas e costumes) que administram a forma como a cultura compreende a diferença dos corpos é ainda baseada em um sistema binário de “macho-fêmea”; “homem-mulher”, “masculino-feminino”.

Uma vez que o gênero binário que se manifesta quando os corpos são polarizados nas diversas esferas e saberes da sociedade, tal binarismo por sua vez formata os dispositivos regulatórios dos corpos e determina padrões normalizadores que tangenciam a construção das identidades sexuais. Partindo de tal pressuposto a transgeneralidade pode ser definida como uma experiência

identitária caracterizada pelo conflito em relação às normas binárias de gênero (LANZ, 2014).

A condição transgênero é um fenômeno complexo que ocorre como desdobramento subversivo de uma ordem de gênero binária “homem-mulher” que estabelece a inteligibilidade dos gêneros a partir de convenções sociais hegemônicas (BENTO, 2017; LANZ, 2014). Na transgressão aos dispositivos binários de gênero é que se engendram as identidades não normativas das pessoas transgênero (LANZ, 2014).

Butler (2016) argumenta que as identidades são produzidas mediante reiterações pragmáticas de convenções sociais. Dentro desta perspectiva, identidades de gênero não são a expressão de uma essência natural interior que se expressaria por ações e comportamentos e sim o resultado destas ações e comportamentos que repetem uma norma vigente e que pela repetição e estabilidade reiteram as convenções discursivas de autoridade.

Nas convenções atuais atribui-se o termo cisgênero (“cis”) para designar as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído no nascimento e o termo transgênero às pessoas que não se identificam com o gênero que lhes foi dado. Segundo Jesus (2012) ainda não há consenso sobre o termo no Brasil uma vez que há quem considere “transgênero” como uma categoria à parte das pessoas travestis e transexuais.

Também existem as pessoas que não se identificam com qualquer gênero e o termo “*queer*” muitas vezes é utilizado para se referir a essas pessoas que se definem com identidades não binárias. Jesus (2012, p.10) ao partilhar e ouvir os movimentos de militância e visando orientar profissionais que atuam com a população transgênero descreve que:

Reconhecendo-se a diversidade de formas de viver o gênero, dois aspectos cabem na dimensão geral que denominamos de “transgênero” como expressões diferentes da condição trans e a vivência do gênero como:

1. Identidade (o que caracteriza transexuais e travestis); OU como
2. Funcionalidade (representado por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas).

Partindo de tais premissas o termo transgênero será utilizado no decorrer deste capítulo como forma de abarcar todas as identidades que não correspondem à ótica binária embasada na correspondência sexo-gênero. Dentro do conjunto de identidades transgênero se inserem os/as transexuais, as travestis, as drag queens e as *crossdressers*.

A ciência contemporânea compreende como transexual a pessoa que não se identifica com o gênero socialmente designado ao seu órgão genital (BENTO, 2006). Segundo Jesus (2012) podemos dizer que uma mulher transexual é uma pessoa que reivindica o reconhecimento social e legal como mulher. Ainda que as transexualidades sejam um fenômeno que acompanha a história humana, elas só recebem maior notoriedade com o surgimento da ciência sexual no final do século XIX (LEITE JR, 2011; SAADEH, 2004).

A ciência sexual por se tratar de um conjunto de saberes médicos e psicológicos objetivados na classificação de patologias, desvios e normalidades relativas à sexualidade humana, se consolida a partir da cisheteronormatividade considerando como anormais todas as identidades que não correspondessem à norma dominante (BENTO, 2006; LEITE JR, 2011).

Na trajetória da ciência sexual a transexualidade é a primeira identidade transgênero a ser estudada e nesse percurso foi patologizada, mapeada e classificada para

garantir uma suposta autenticidade sobre sua ocorrência e com isso a medicina constrói o diagnóstico nosológico: “Transtorno de identidade de Gênero”.

Tomada como doença, a transexualidade passa então a ser objeto de estudo e intervenção das ciências médicas e é marcadamente vinculada às experiências de sofrimento em relação ao corpo sendo tal experiência conceituada como “disforia de gênero”. Este termo que usado para designar o sofrimento vivido pelas pessoas transgênero está predominantemente assentado em causas internas e essencialistas e negligencia como os processos de exclusão e violência contribuem para o sofrimento da pessoa transexual em relação ao próprio corpo e a sua identidade (HENRIQUES; LEITE, 2019).

Destaca-se disto as práticas que ainda requerem documentos médicos e psicológicos que certifiquem a existência da condição do “Transtorno de Identidade de Gênero” para que a pessoa possa dar encaminhamento aos procedimentos legais de alteração de nome, terapias hormonais e redesignação sexual.

Segundo Bento (2006) a categorização das identidades dissidentes à norma influencia sobremaneira a trajetória das pessoas transgênero. As classificações médicas sobre o que é ou não esperado dentro da experiência transgênero contribuiu significativamente para a busca irreal de um padrão normativo do gênero de identificação e também associa a experiência transexual ao sofrimento e à disforia.

Ao mesmo tempo em que o desejo em se adequar aos padrões de gênero garantiria que as suas identidades fossem validadas pela medicina, a disforia em relação ao corpo se torna um elemento necessário para que as pessoas transexuais pudessem acessar espaços de cuidado, bem como para produzir aceitação em diferentes espaços sociais. Desta forma o viés médico simplificou a pluralidade

da experiência transgênero e exclui a interlocução com outras estratégias diagnósticas já existentes, baseadas em modelos teóricos não biológico-estatísticos (CARVALHO, 2018; HENRIQUES; LEITE, 2019).

As tentativas em diferenciar uma pessoa transexual de uma pessoa travesti¹ em termos conceituais são imprecisas e problemáticas uma vez que podem fortalecer a falsa concepção de que as identidades transgênero são fixas ao longo do curso de vida de uma pessoa (HENRIQUES; LEITE, 2019). No entanto, segundo a ótica da ciência sexual, essa diferenciação está associada ao relacionamento com o corpo. Em linhas gerais, Jesus (2012) categoriza que as pessoas transexuais são aquelas que apresentam a necessidade tanto na adequação corporal e redesignação sexual, quanto de terem seu reconhecimento social e legal com o gênero que se identificam.

Apesar do termo “travesti” ser mais comum no Brasil do que em outros contextos culturais, ele é utilizado para se referir às pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino e que transitam em seu reconhecimento como homens ou como mulheres e, por isso, podem se reconhecer como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero (HENRIQUES; LEITE, 2019; JESUS, 2012).

Nesse sentido, as travestis são entendidas como mulheres cujo corpo possui um pênis e por esse pênis estar integrado à sua identidade, não desejam retirá-lo (LANZ, 2014; BENTO, 2006). Todo corpo apresenta uma linguagem identitária, e no caso das mulheres travestis, é no corpo e por meio dele que significados do feminino e do masculino

¹ Para maior aprofundamento acerca das categorias “transexual” e “travesti” recomendamos a leitura de: BARBOSA, B. C. “Doidas e putas”: usos das categorias travesti e transexual. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379. 2013.

se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais (BENEDETTI, 2005).

Enquanto as experiências de transexuais e travestis se aproximam em termos de identidade, as *dragqueens* e *crossdressers* compartilham em suas trajetórias a relação com o gênero a partir de sua funcionalidade. Jesus (2012) descreve que uma *dragqueen* não é necessariamente uma identidade de gênero, mas sim uma performance na qual uma pessoa faz uso de uma feminilidade estereotipada e exacerbada para fins artísticos. Santos (2017) menciona que na performance artística da *dragqueen*, a personagem e o performista não são dissociados, são o mesmo sujeito.

O termo *crossdresser* se refere às pessoas que performatizam de forma temporária o gênero oposto ao que lhe foi designado ao nascer e cuja orientação sexual pode ser diversa (AZEVEDO, 2020). São pessoas que usam vestimentas ou adereços que, por convenção, são atribuídos a gênero diverso do seu e com isso vivenciam diferentes papéis de gênero.

A pessoa *crossdresser* não realiza modificações corporais e em regra, não estruturam uma identidade transexual ou travesti, bem como a expressão de gênero não é exacerbada nem está vinculada a uma performance artística como no caso das *dragqueens* (LANZ, 2014). A vivência do/a *crossdresser* geralmente é menos pública e traz uma satisfação emocional ou sexual momentânea, diferentemente das travestis que vivem integralmente a identidade feminina.

A população transgênero comumente realiza alterações corporais temporárias (“estar montada”) ou permanentes (“ser feita”) com a finalidade de produzir aproximações físicas que lhes adequem dentro de um estereótipo de gênero com qual se identificam e com isso terem passabilidade (DUQUE, 2013). O termo passabilidade (proveniente do inglês: *passability*) traduz o quanto uma

pessoa transgênera se parece fisicamente, se veste, fala, gesticula e se comporta de acordo com os estereótipos do gênero oposto ao que lhe foi consignado ao nascer. A passabilidade se dá quando uma pessoa transgênero consegue circular pela sociedade sem que seja reconhecida/o como transgênero. Nas palavras de Lanz

Quanto mais “passável”, mais habilitada ao convívio dentro do mundo “normal” cisgênero-heteronormativo e menos a chance de ser estigmatizada e violentada como “desviante” de gênero. “Passar” teria, assim, também uma função protetora, na medida em que as pessoas transgêneras que não passam convincentemente ficam teoricamente muito mais expostas à violência real e simbólica da população cisgênera (LANZ, 2014, p. 129).

Por se tratar de um fenômeno complexo, o entendimento da transgeneralidade implica em diferentes análises acerca da corporeidade, das práticas culturais e das normas vigentes em interação com as conformações de classe social, gênero, geração, etnia e território. Esse conjunto de combinações articulam os processos de inclusão/exclusão e condicionam as trajetórias de pessoas transexuais. Por esta razão, defendemos que a experiência transgênero não é um processo puramente biológico e o entendimento de sua complexidade é impossível por via das ciências biomédicas e demanda de uma amplitude de saberes das ciências humanas. Existem diferenças e especificidades que atravessam as experiências subjetivas e sociais destas identidades e é necessário dar visibilidade para isto (PERES, 2013).

É importante ressaltar que a tentativa descritiva destas identidades não contempla os sujeitos que não se identificam conforme tais proposições e que toda tentativa descritiva precisa ser contextualizada em seu momento

histórico e pode ser ultrapassada na medida que novas práticas e saberes emergem no cenário social. Outro ponto relevante apontado por Lanz (2014) é que existe uma hierarquia silenciosa, ostensiva e muito poderosa entre pessoas transgênero, tanto dentro do próprio gueto transgênero quanto na sociedade em geral.

Marcadores de classe social, geração, raça e etnia e de gênero são condicionantes na construção das identidades e podem influenciar de forma decisiva na produção de tais hierarquias dentro da própria comunidade e consequentemente nas trajetórias de vida das pessoas transgênero.

A transfobia ilustra como classe social, raça e geração se relacionam de modo complexo com as hierarquias sociais ocasionando na distribuição desigual de oportunidades na sociedade. O estudo realizado por Pereira (2020) apresenta como mudanças geracionais marcam rupturas nas concepções e experiências de pessoas transgênero. O estudo destaca que as mulheres transexuais jovens buscam a visibilidade sem legitimar os discursos patologizantes sobre suas identidades, e almejam pelo reconhecimento de suas identidades fora de uma ótica essencialista e binária.

Mudanças geracionais são ocasionadas pelo curso das alterações nas dinâmicas sociais ao longo do tempo (WELLER, 2010; TOMIZAKI, 2010). Apesar da relevância da categoria geração para o pensamento das relações humanas, “geração” ainda é um conceito usado erroneamente e comumente vinculado ao critério etário. Tal forma de compreensão é limitante e não reflete os aspectos críticos da geração quando não considera as relações de poder entre categorias geracionais distintas em intersecção com outras categorias sociais. Entender geração como um fenômeno puramente etário é um erro similar à definição de gênero como um fenômeno exclusivamente vinculado ao sexo.

Domingues (2002) discute que geração não se refere apenas às pessoas que possuem aproximações etárias. Embora as aproximações etárias não sejam descartadas para pensar a dinâmica geracional, uma geração só faz sentido quando os sujeitos possuem similaridade em suas vivências, ou seja, quando as trajetórias dos sujeitos são atravessadas por fatores sociais que demarcam experiências em comum e que marcam um grupo geracional.

Seguindo ainda essa linha de pensamento, Tomizaki (2010) ressalta a importância de um olhar para as rupturas e continuidades que ocorrem nas dinâmicas geracionais uma vez que as gerações também estão relacionadas às relações de poder. Nos cenários sociais, jovens, adultos e idosos comumente buscam suas posições na tentativa, seus processos identitários e ideológicos.

No embate das dinâmicas geracionais se dão as rupturas e continuidades geracionais, ou seja, aquilo que é ou não transmitido e herdado de uma geração para outra. Por meio da transmissão ocorre a continuidade de valores e práticas de uma geração para outra podendo ser intencional ou não. E ao receber essas heranças culturais, as gerações posteriores interpretam, modificam e se forem relevantes, mantêm esses valores. Quando tais valores são transmitidos entende-se que houve uma continuidade geracional, caso contrário pensa-se em rupturas (COSTA JUNIOR, 2014).

Partindo deste panorama acerca da transgenerabilidade, neste capítulo analisamos o documentário *Mala Mala* e discutimos sobre os marcadores de geração, as continuidades e as rupturas geracionais nas trajetórias de pessoas transgênero do documentário.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Documentário
Título Original	<i>Mala Mala</i>
Nome Traduzido	<i>Mala Mala</i>
Gênero	Documentário
Ano	2014
Local de lançamento e Idioma original	Porto Rico, Espanhol
Duração	1h30min
Direção	Antonio Santini e Dan Sickles

Mala Mala apresenta trechos dos momentos de vida de Samantha Close, Ivana Fred, Denise “Sandy” Riviera, Jason Carrión (April Carrión) Alberic Prados (Zahara Montiere), Soraya Santiago, Paxx Moll e Sophia Voines - pessoas transgênero em Porto Rico. Em linhas gerais o documentário ilustra as experiências e o relacionamento dessas pessoas com a sociedade e aborda os desafios na conquista pela aceitação, transição de gênero e reconhecimento social.

Ao longo da narrativa, diferentes cenas ilustram o vínculo entre as pessoas apresentadas no vídeo e como as mulheres transexuais e travestis atuam na militância junto à fundação “*Butterflies Trans Association*”, uma organização sem fins lucrativos que visa lutar pelos direitos civis da população transgênero.

O documentário não indica pontualmente a idade ou classe social das participantes, mas é possível inferir que Ivana é uma mulher transexual adulta de classe média e que se destaca pelos traços femininos adquiridos por meio de intervenções cirúrgicas e hormonais feitas no Equador: “*Tenho muito orgulho em dizer que sou porto-riquenha, mas fui feita no Equador*”. Ivana se tornou uma figura pública em Porto Rico e auxilia outras mulheres transgênero,

trabalhadoras do sexo nas ruas de Porto Rico, distribuindo camisinha, lubrificantes e oferecendo suporte social.

Sandy, uma mulher travesti adulta, é casada, trabalhou na indústria de filmes pornográficos e trabalha com prostituição: *“Saí-me bem, mas, na indústria pornô, só duramos quatro ou cinco anos (...) Todos os dias sai uma e entra outra com mamas maiores, um rabo maior e torna-se impossível ganhar 40 000 dólares como antes”*. Pelos contextos de habitação pode se inferir que Sandy pertence um nível sócio econômico menos favorecido. Sandy e Ivana são militantes e atuam na fundação *“Butterflies”*

Samantha é uma mulher travesti, que por razões financeiras não realizou procedimentos cirúrgicos para feminilização e em sua história as terapias hormonais trouxeram efeitos colaterais indesejados, o que a levou a abandonar as terapias hormonais. *“Depois de ter feito o tratamento hormonal do mercado negro, passei um mau bocado. Sofri muitos efeitos secundários”*.

Alberic e Jason são jovens *dragqueens* conhecidas por suas performances nas casas noturnas da cidade. Alberic tem o desejo de cursar uma faculdade e Jason se prepara para participar do *“Raul Paul Drag Race”* (um reality show de *dragqueens*). Suas personagens *dragqueens* são compostas por elementos que consideram importantes para suas performances: *“A minha personagem é mais rude, mais forte”*; *“Sou uma rainha, mas identifico-me mais como uma diva”*.

Soraya é uma mulher transgênero idosa que não aceita ser identificada como transexual e sim como mulher, e critica outras pessoas transgênero que não se adequam a feminilidade normativa. No documentário, ela fala um pouco sobre as ideias que desejou defender em seu livro: *“Decidi escrever um livro para explicar aquilo por que uma pessoa passa quando sofre de transtorno de identidade*

gênero. Fiz para educar, ilustrar e informar. Para servir de ponto de referência”.

Sofia é uma mulher transexual de meia idade, empresária e dona de uma casa noturna em Porto Rico, e que ressalta o quanto deseja ter passabilidade para ter mais liberdade nos diferentes espaços sociais: *“o meu objetivo é a luz do dia. Ser uma rainha durante o dia. Não uma rainha que só vive de noite, que só vive no palco”.*

Paxx é um homem transexual jovem, que vive com sua namorada e compartilha sua experiência em relação aos impeditivos para masculinizar seu corpo e suas estratégias para reduzir o volume das mamas com o *binder*². Paxx almeja masculinizar seu corpo com o uso de testosterona e se queixa por não ter acesso às terapias hormonais em Porto Rico: *“ultimamente não tenho desejado usar o binder porque dói muito e não consigo respirar. Está calor. Está imenso calor hoje. Tenho três ou quatro camadas de roupa e ainda se notam (as mamas)”.*

Análise Crítica

O grupo geracional e as hierarquias de classe social que pertencemos influenciam sobre o modo que nossas interações com o mundo se dão. Com o passar do tempo e com as alterações das dinâmicas sociais, as concepções, valores, práticas e experiências dos sujeitos tendem a se alterar também. Ao representar identidades que subvertem as normas de gênero, o documentário *Mala* nos permite identificar algumas influências que a posição de classe social e de geração exercem sobre as trajetórias de vida de pessoas transgênero.

² *Binder* é uma faixa de tecido elástico utilizada em volta do torax para reduzir o volume dos seios na roupa.

O primeiro aspecto que nos pareceu significativo está relacionado à reafirmação de concepções essencialistas, binárias e patologizantes acerca da identidade transgênero entre as mulheres mais velhas. Soraya valida o uso do termo disforia de gênero que, por ser uma classificação médica utilizada para diagnosticar pessoas transexuais, categoriza a transexualidade como um transtorno a ser tratado dado os sentimentos de inadequação e repulsa ao próprio corpo.

Para ela: *“quem nasce com disforia de gênero não reconhece o sexo com o qual nasceu. [...] Então, ocorre um conflito entre o corpo, a mente e a alma”*. Ainda sobre disforia de gênero Soraya discorre que

(disforia de gênero) é o elemento ou a essência principal que faz com que as pessoas mudem de homem para mulher e vice-versa, optando por uma redesignação sexual médica, com o aval da medicina. [...] Esse transtorno pode ser curado por meio da redesignação sexual. Como não se pode operar a mente, opta-se por redesignar um novo sexo, ou uma identidade de gênero, de acordo com sua forma de pensar (Soraya).

O relato de Soraya sinaliza o quanto o grupo geracional ao qual pertence foi atravessado pelo saber médico no que se refere à legitimação das identidades não normativas. Sua narrativa reproduz o discurso patologizante sobre as identidades transexuais e permite refletir sobre as regras existentes, embasadas na ciência sexual normativa, para conseguir o reconhecimento como mulher (BENTO, 2006).

Soraya defende a transexualidade como um período de transição que tem como desfecho a redesignação sexual e que após isso você é mulher. Conforme Soraya:

Não permito que ninguém, em Porto Rico ou onde quer que seja, diga que eu sou transexual. Porque, se tenho documentos que reconhecem que sou uma mulher, por que

me chamam de transexual? [...] Ser mulher é algo que se leva no coração e na alma (Soraya).

Além disso, a percepção de Soraya descreve a feminilidade como uma essência inata, algo inerente desde o nascimento e não como um processo contínuo que perpassa a subjetividade humana (BUTLER, 2016).

A concepção de identidade como algo inerente a uma essência também aparece nas falas de Samantha: *“o meu aspeto exterior pode dizer uma coisa, mas a minha alma é uma alma feminina. E nós somos a nossa essência”* (Samantha).

Os marcadores sobre as diferentes identidades transgênero contextualizam as posições ocupadas a partir dos processos identitários ou funcionais em relação ao gênero e ao corpo. Dentro da própria população transgênero ocorrem processos discriminatórios que reproduzem as desigualdades de gênero e todos os outros dispositivos que oprimem as identidades que se aproximam da condição feminina.

Em relação à diferença entre travestis e *dragqueens*, Sandy expressa uma fala que ilustra como a relação funcional com a feminilidade protege as *dragqueens* e *crossdressers* quando estas se “desmontam”, o que não ocorre com as travestis e transexuais: *“eu não uso peruca para pagar o aluguel ou para ter uma carreira. Esta é a minha vida, isto é o que eu uso. É uma pele que nunca vai sair”* (Sandy).

A posição inflexível em relação às trajetórias não binárias, ao invalidar a experiência de outras mulheres transexuais na construção de suas feminilidades, demonstra o esvaziamento de tal concepção quanto às influências da posição de classe social e de geração no processo desta feminilização.

Já conheci muitas bonecas. Pessoas que apareceram em filmes de Hollywood. Contudo, não querem ser mulheres. Querem penetrar os homens com o quem têm no sexo. E eu nunca vi uma mulher penetrar um homem. Se te sentes como mulher, avanças para seres mulher. Uma coisa é se sentir mulher e outra é se sentir uma rainha de beleza. São duas coisas diferentes (Soraya).

Foi por isso que não avancei com a mudança de sexo, porque, sempre que alguém olhasse para a minha vagina, eu pensaria no meu pau. (...) Nenhuma mulher tem um pênis. Mas é isso que os homens procuram em mim. A verdade é essa (Sandy).

Já o relato de Sandy exemplifica relações de gênero que tangenciam a construção do corpo das mulheres travestis em um embate constante com os requisitos de normatividade cisgênero:

Tentamos ser sempre mais bonitas que as mulheres porque temos de chamar a atenção dos homens. Se as mulheres forem mais bonitas que nós, por que olharão os homens para nós? Se temos algo que os homens não gostam, precisamos de beleza para ajudar (Sandy).

As posições de Soraya e Sandy exemplificam a reflexão proposta por Barbosa (2013) quanto ao fato de que, ou se é “doída”, no caso das transexuais que por serem “doentes” precisam ser tratadas, ou se é “puta”, que no caso das travestis, por serem “quase mulheres”, só as restam vender seu corpo exuberante.

Os relatos acima não só apresentam uma concepção normativa sobre a transexualidade como também exemplificam a exclusão sofrida pelas travestis por suas práticas sexuais, seja no âmbito de trabalhadoras do sexo ou em seus relacionamentos afetivos, sendo hierarquizadas como menos mulheres, tanto por sua

aparência e práticas sexuais, quanto por sua posição de classe social que limita o acesso aos recursos para a feminilização.

O relato de Samantha ilustra o papel da posição de classe social no processo:

Quando tinha 18 anos, e comecei a tomar hormonas, queria transformar-me numa mulher, da cabeça aos pés, de um dia para o outro. E não é assim que funciona. Depois de ter feito o tratamento hormonal do mercado negro, passei um mau bocado. Sofri muitos efeitos secundários. (...) se não temos um médico competente que nos receite a medicação certa, o nosso organismo fica desregulado. Não é nada saudável (Samantha).

No relato das pessoas mais jovens ocorre uma possível ruptura em relação às maneiras inflexíveis de entender a identidade de gênero e os atributos vinculados ao corpo. Alberic e Samantha abordam as diferentes possibilidades no processo de construção corporal:

Eu tenho uma ideia de que eu posso ser quem eu quiser, e minhas ideias não precisam ser femininas ou masculinas. São apenas ideias que eu tenho. As ideias não têm gênero ou sexo (Alberic).

Há quem olhe para mim e pergunte: "É uma mulher? É um homem? É um ET? Que raio é aquilo?" E eu repondo: "Como queiras, querido. Posso ser o que tu quiseres." Acho que sou um pouco de tudo (Samantha).

As concepções sobre corpo e gênero nos relatos acima convergem com a noção de gênero como algo fluído e dinâmico e como diz Butler (2016), não existe um gênero verdadeiro ou falso, existem múltiplas possibilidades de

vivenciar o mesmo, e classificá-lo como binário é perder de vista a fluidez do ser humano.

Outras narrativas que fogem à norma binária e chama a reflexão de que isso pode ser uma mudança geracional, são as falas de Paxx e Alberic: *“não acho que me encaixo em um estilo de vida binário. Não sou nem um, nem outro. Sabe... acho que estou satisfeito com isso”* (Paxx); *“Cheguei ao ponto de me submeter a cirurgias para melhorar a minha aparência e ficar mais parecido com uma mulher”* (Alberic). Nos parece válido apresentar o contraste dos relatos dos participantes jovens e adultos, pois possivelmente isso se dá pelas mudanças nas dinâmicas geracionais contingentes aos processos de visibilidade de identidades não binárias.

Sendo assim, pessoas transexuais jovens tributam a flexibilização da norma binária que emerge pelos movimentos sociais, enquanto as mais velhas são influenciadas pela norma binária e pelo saber médico (PEREIRA, 2020).

Outra concepção que pode ser mencionada aqui, e que permite identificar uma possível ruptura geracional entre as identidades transexuais refere-se à passabilidade. Enquanto Sophia diz falar pouco para que não a identifiquem por sua voz e assim transitar sem ser identificada como uma mulher transexual, Ivana entende a transgeneralidade como motivo de orgulho.

Nas palavras de Sophia: *“Não tento ser a garota mais linda e glamourosa. Apenas tento ser passável no supermercado, passável no trabalho, passável no banco. Alguém que não chame atenção em lugar algum”*. Em contrapartida a narrativa de Ivana:

Muitas de nós não têm coragem de aparecer em locais públicos por medo de serem vistas como transexuais. O que eu respeito, mas também acho errado, porque as pessoas nos veem como transexuais, e ponto [...] pra mim, ser transexual

é motivo de orgulho, não de vergonha, não importa o que isso signifique para o resto da sociedade. E por que digo isso? Porque foi assim que senti e vivi tudo isso (Ivana).

A questão da passabilidade é algo que envolve os paradoxos entre adequação e reconhecimento e, diferença, visibilidade e violência. De acordo com Duque (2013), a passabilidade é uma forma das pessoas transexuais se encaixarem dentro de um gênero binário e se adequarem com as regras de gênero para com isso minimizar discriminação e possíveis violências da transfobia.

Ao mesmo tempo que a passabilidade reduz as agressões nos espaços de sociabilidade, ela fortalece a discriminação e outras violências de gênero que ocorrem no plano do simbólico quando não se legitima a pluralidade das identidades transexuais (PERES, 2013). As palavras de Sofia podem exemplificar esta questão:

Se não fosse tudo tão preto e branco, será que tinha feito a cirurgia? Talvez não. Sinto que modifiquei o meu aspeto exterior para aquilo que as pessoas esperavam ou queriam. A cor do cabelo etc. É tudo porque olham para mim, é tudo para me integrar (Sofia).

Um aspecto que nos parece importante destacar se refere ao desenvolvimento dos debates sobre gênero e diversidade sexual protagonizados por pessoas transgênero, que trouxeram à lume a narrativa sobre as trajetórias de vida das pessoas transexuais por elas mesmas e não mais como caricaturas ou como identidades bizarras e anormais.

A ampliação do lugar de fala deu legitimidade às lutas, direitos e necessidades desta população e critica os discursos da ciência que consolidou ao longo da história

humana supostas verdades sobre a transgeneralidade. Esse público busca pelo reconhecimento de suas identidades enquanto sujeitos que dissidiam à norma e vêm conquistando espaços cada vez mais justos nas esferas de poder.

A luta por empregabilidade, assistência em saúde e por políticas públicas que permitam acesso aos espaços sociais diferentes aos quais historicamente foram confinadas/os, ilustram alguns objetivos dos movimentos sociais da militância transgênero. Nas palavras de Sandy:

Enquanto as transexuais ficarem em uma caverna, como morcegos, e só saírem à noite, montadas, o mundo não vai saber que existimos e quais são nossas necessidades. Preciso de emprego para transexuais. Preciso de plano de saúde para transexuais. Preciso de habitação para transexuais. Sempre disse à Ivana que ela era uma ótima porta-voz das transexuais, mas que o que davam a ela como auxílio às transexuais de Porto Rico, na minha opinião, não era auxílio, era hipocrisia. Não querem prostituição, mas nos dão camisinhas (Sandy).

Nos parece relevante também mencionar as relações de poder que aparecem no documentário. Em relação ao público transgênero, por desestabilizarem o entendimento dos corpos como naturais, acabam incomodando as ideologias conservadoras.

Por isso, comumente há uma negação dessas identidades, devido a um medo delas desconstruírem um pensamento vigente na sociedade. Isso pode ser identificado pela narrativa de um padre durante a votação de uma lei contra a transfobia. Sobre a lei, ele disse: *“Apenas privilegia a comunidade LGBTT [...] este projeto vai de encontro às leis divinas. Reconhece e protege a homossexualidade como um comportamento normal. A*

homossexualidade não é um comportamento normal, bem como a prostituição”.

Essa narrativa permite identificar o preconceito social e a disputa com as ideologias conservadoras e consequentemente com antiquado entendimento do ser humano como essencialmente heterossexual e cisgênero. Tais ideologias conservadoras objetivam garantir a manutenção da ordem social que identifica, classifica e discrimina as diferenças de modo que as desigualdades sejam preservadas beneficiando aqueles que se aproximam dos requisitos normativos e empodera apenas as identidades já privilegiadas.

No tocante a luta política, é possível refletir que as identidades subversivas produzem liberdade e autonomia quando rompem paradigmas e concepções em busca pelo direito de existir, e enfrentam as disputas de classe, gênero e geração em uma sociedade hierarquizada que visa garantir que apenas algumas identidades acessem condições adequadas de vida.

Considerações Finais

Por meio do que foi descrito e analisado pode-se perceber que as identidades dissidentes à cisheteronormatividade vêm protagonizando movimentos de militância ativa, transformando as dinâmicas sociais e denunciando as desigualdades e violências vividas por esses grupos.

O próprio movimento tem advertido que as diferentes identidades transgênero sejam visibilizadas de modo que se revelem como e por que as intersecções de classe social, raça, território e gênero condicionam as trajetórias de pessoas transgênero e os seus fatores de vulnerabilidades e exclusão.

Além disso, entender a diversidade da transgeneralidade implica em também compreender as disputas de poder e legitimação dentro da própria comunidade de pares.

Também podemos analisar como a construção da transgeneralidade nas pessoas mais velhas se organizam sob forte influência do poder discursivo da medicalização e da patologia enquanto as mais jovens pautam-se na compreensão de gênero como algo pessoal, dinâmico e fluido. Pluralizar a construção da identidade de gênero e romper a norma binária parece reverberar na questão da passabilidade e como sua necessidade vem se alterando com o passar das gerações.

Ainda, com base na análise realizada, ressalta-se a existência de uma disputa entre a sociedade conservadora, que de forma transfóbica visa barrar as discussões de gênero na tentativa de preservar antigos padrões binários e essencialistas e com isso preservar o poder de identidades que atuam em correspondência aos valores conservadores.

Partindo do que foi dito e considerando a relevância em e as relações entre diferentes gerações, tem-se como entendimento que as identidades subversivas precisam de formas para acessar os espaços sociais distintos aos de marginalidade e prostituição, sendo assim, há necessidade que se olhe para a luta desse público e crie políticas que permitam acessos mais igualitários.

Referências

AZEVEDO, P. “Fazendo a linha cdzinha”: performance transidentitária de crossdressers brasileiras em Lisboa/PT. **Equatorial – Revista do Programa de Pós-**

Graduação em Antropologia Social, 7 (12), p. 1-28, 27 fev. 2020.

BARBOSA, B. C. "Doidas e putas": usos das categorias travesti e transexual. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 352-379. 2013.

BENEDETTI, M. **Toda feita: o corpo e o gênero das travestis**. Rio de Janeiro: Garamond. 2005

BENTO, B. **O que é transexualidade**. Brasiliense, 2017.

BENTO, B. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond. 2006.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, M. "Travesti", "mulher transexual", "homem trans" e "não binário": interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. **cadernos pagu**, p. 33-67, 2018.

CONNELL, R.; PEARSE, R. **Gênero: uma perspectiva global**. São Paulo: nVersos, 2015.

COSTA JUNIOR, F. M. **Geração, masculinidades e atenção primária à saúde em três cidades do Nordeste brasileiro**. Tese (Doutorado em medicina preventiva) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

DUQUE, T. **Gêneros incríveis: identificação, diferenciação e reconhecimento no ato de passar por**. Tese (doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

DOMINGUES, J. M. Gerações, modernidade e subjetividade. **Tempo Social**, 14(1), 67-89, 2002.

HENRIQUES, R. S. P; LEITE, A. F. S. A disforia de gênero como síndrome cultural norte-americana. **Revista Estudos Feministas**, 27(3), 2019.

JESUS, J.G. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião. Ebook, Brasília, DF: Protocolo EDA,

2012. Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989. Acesso em 25 de jun. de 2020.

LANZ, L. **O Corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2014.

LEITE JR, J. (2011). **Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias "travesti" e "transexual" no discurso científico.** São Paulo: Annablume, 2011.

PEREIRA, M. C. **Análise das experiências sociais e subjetivas de mulheres trans: um estudo sobre rupturas e continuidades geracionais.** Dissertação (Mestrado em Educação Sexual) – Faculdade de Ciência e Letras, Universidade Estadual Paulista. Araraquara, 2020.

PERES, W.S. Psicologia e políticas queer. In: FILHO, Fernando S.T.; PERES, Wilian S.; RONDINI, Carina A.; SOUZA, Leonardo L (orgs.). **Queering: problematizações e insurgências na Psicologia Contemporânea.** Cuiabá: Ed. FMT, 2013.

SAADEH, A. **Transtorno de identidade sexual: um estudo psicopatológico de transexualismo masculino e feminino.** (Tese de Doutorado). Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2004.

SANTOS, T. H. R. **As donas da porra toda: uma leitura polra toda: culdade de Medicina da Universidade de São Paulo, São Paudrag queens Lorelay Fox, Gloria Groove, Pablo Vittar e Rita Von Hunty.** 2017 (Trabalho de Conclusão de Curso). Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, SP, Brasil.

WELLER, W. A atualidade do conceito de gerações de Karl Mannheim. **Sociedade e Estado**, 25(2), 205-224. 2010.

TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: o estudo dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Educação & Sociedade**, 31(111), 327-346, 2010.

Capítulo 5

RARA: HOMOFOBIA, HETERONORMATIVIDADE E DISPUTA DE GUARDA EM FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS COM FILHAS/OS

Mariana de Oliveira Farias

Introdução

Heteronormatividade, Homofobia e o Uso do Termo “Homoafetiva”

Antes de iniciar a discussão sobre o tema das famílias homoafetivas com filhas/os, vale destacar o uso do termo “homoafetiva” neste capítulo e explicitar questionamentos apresentados por parte de autoras/es, alguns contrários e outros favoráveis.

O termo homoafetividade foi cunhado pela jurista Maria Berenice Dias, visando enfatizar o aspecto afetivo das relações entre pessoas do mesmo gênero (COSTA; NARDI, 2015). Rios (2013) e Coacci (2015) fazem crítica à valorização excessiva da afetividade das relações familiares entre pessoas do mesmo gênero.

No entendimento dos autores isso seria uma tentativa de afastar a homossexualidade da ideia de sexualidade, deixando de questionar o preconceito e o *status quo* vigentes, ou seja, seria um modo de se adaptar à heteronormatividade, usando, segundo Rios (2013), a exacerbação da afetividade para justificar e compensar o afastamento da norma heterossexual, por meio da “pureza dos sentimentos” (RIOS, 2013, p. 16).

Apesar das críticas sobre o termo homoafetividade, Farias (2017) destaca em sua pesquisa que alguns membros das famílias se autodenominaram “famílias homoafetivas”, utilizando o termo e, diante disso, optou-se aqui por sua utilização, em respeito à forma como se identificaram.

Para compreender tais críticas, é importante discutir a construção social da heterossexualidade como hegemônica, que a institui como a norma esperada e considerada “adequada” e “natural” para todas e todos. A heteronormatividade, isto é, a heterossexualidade colocada como norma para todas as relações, faz com que sejam produzidas socialmente expectativas de gênero, relacionamentos e família, que são sustentadas por discursos e instituições como a religião, a educação, a justiça e a mídia.

Milskolci (2009, p.157) explica que a heteronormatividade dá sustentação a processos sociais de regulação e controle e visa, historicamente, “formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e “natural” da heterossexualidade”.

Desta forma, compreende-se de que maneira o preconceito é socialmente produzido e são também estabelecidas emoções decorrentes da produção das violências, consequência do que se chamou de “homofobia internalizada”. Antunes (2016), explica o conceito como a internalização da estigmatização, um produto das relações sociais, podendo gerar sentimento de vergonha e imagem negativa de si mesmo, bem como aumento de sofrimento psíquico, depressão e estresse.

Segundo Prado e Machado (2008), o preconceito e, portanto, a homofobia, operam visando manter a hierarquia entre os grupos, de acordo com o *status quo*, promovendo exclusão e violência para os sujeitos que destoam da norma considerada socialmente como sendo a

“adequada” e esperada, a partir da lógica da subordinação das identidades que divergem da norma heterossexual.

Quando falamos de famílias homoafetivas, é preciso também discutir a influência dos fenômenos sociais. Nina e Souza (2012) e Coacci (2015) alertam para a presença de um movimento assimilacionista de família, ou seja, a reprodução de valores conservadores/hegemônicos a respeito da família ao vincular o reconhecimento de direitos sexuais ao modelo heteronormativo de relação conjugal e familiar.

Butler (2006) também considera que o reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo gênero assemelha-se ao modelo heteronormativo. Para Rios (2013), aceitar o assimilacionismo familista seria desconsiderar diversas possibilidades de novas relações que poderiam se contrapor à hegemonia heteronormativa e culminar em transformações nas instituições, por exemplo na Justiça, mais especificamente no Direito de Família.

Constata-se em estudos com casais gays e lésbicas a presença da reprodução de alguns valores considerados tradicionais por parte das/os entrevistas/os (ALMEIDA, 2012; FARIAS, 2017; SANTOS, 2004).

Por outro lado, no estudo nacional realizado por Farias (2017) com 12 famílias homoafetivas com filhos advindos de adoção, técnicas de reprodução assistida ou frutos de relacionamentos heterossexuais anteriores, concluiu-se que, apesar de constatar a reprodução de alguns valores considerados tradicionais em parte dos discursos apresentados por mães e pais, possivelmente na tentativa de se afastar dos mitos e preconceitos relacionados à homossexualidade, essas famílias contribuem para a transformação da ordem social e da visão tradicional de família.

Refletimos então se para que haja transformação não seria inevitável que o tradicional e o novo se mesclassem, até que, aos poucos, seja possível ver emergir alternativas mais distanciadas das normas hegemônicas.

Feita esta contextualização e essas reflexões, é importante abordar os estudos sobre as famílias homoafetivas com filhas/os, destacando a dinâmica, as percepções da relação com a sociedade e com os membros da família, bem como os mitos existentes sobre o tema.

O que Dizem os Estudos com Famílias Homoafetivas com Filhos/as

Farias (2017) aponta que tanto para as mães e pais, quanto para as/os filhas/os, de maneira geral, as concepções que apresentam sobre o conceito de família e sobre o seu próprio grupo familiar, dão ênfase aos laços de afeto, contradizendo a concepção tradicional/ conservadora de família que valoriza a reprodução biológica, a relação binária de gênero e a autoridade paterna/masculina, confirmando as conclusões dos autores Rodriguez e Paiva (2009).

Em outro estudo de Lira, Morais e Boris (2015), entrevistando quatro mulheres lésbicas que tinham filhas/os, quanto à dinâmica familiar, os autores registraram que, de maneira geral, sem considerar a forma como a/o filha/o foi inserido na família, as mulheres exerciam papéis de cuidado de maneira cooperativa, de acordo com a disponibilidade e habilidade de cada uma. De acordo com Martinez e Barbieri (2011), as possíveis dificuldades quanto aos cuidados com as/os filhas/os associam-se à qualidade das relações entre os membros do grupo familiar e não possuem relação com a orientação sexual das/os mães/pais.

Quanto à homofobia, verifica-se por parte das mães/pais e filhas/os, vivências ou receio de passar por situações de preconceito, porém, esse receio parece ser maior entre mães e pais mais velhos, que reportam percepção de maior preconceito no passado. Por outro lado, também citam vivências positivas e de acolhimento (FARIAS, 2017).

Baseado no preconceito, algumas crenças distorcidas ainda estão presentes no imaginário social a respeito de filhas/os que convivem com mães ou pais homossexuais, destacamos alguns: homossexuais sofreriam de um distúrbio ou desvio e por isso não poderiam criar uma criança; os homossexuais influenciaram a orientação sexual da/o filha/o; seria prejudicial para o desenvolvimento da/o filha/o, o contato com apenas um papel de gênero; as crianças criadas por casais homossexuais irão sofrer mais por terem que lidar sempre com a questão do preconceito social. Porém, estas crenças distorcidas não se sustentam, de acordo com nossos estudos anteriores (FARIAS; MAIA, 2009; FARIAS, 2017).

Lira, Morais e Boris (2015) observam que a autoconfiança das/os filhas/os pode ser prejudicada ao perceberem reprovação por parte de colegas quanto à orientação sexual das mães/pais. Citam como estratégia de enfrentamento para minimizar a homofobia sentida pelas/os filhas/os, a construção de vínculo fortalecido com as mães, dialogar sobre a orientação sexual destas, conviver com outras famílias homoafetivas com filhos, frequentar instituições de ensino que trabalhem temas de sexualidade e diferenças em seus currículos, bem como a participação ativa das mães na comunidade lésbica.

Farias (2017) reporta que algumas mães/pais apontam que a convivência com outras famílias homoafetivas pode fortalecer o sentimento de pertencimento e ademais, cita a importância da representatividade na mídia e nos livros paradidáticos. Rodriguez e Paiva (2009) apontam que a falta de rede de apoio para estas famílias é uma fonte geradora de sofrimento para os membros destas.

Apesar das vivências relacionadas à homofobia, segundo Farias (2017), a análise dos discursos das crianças e adolescentes entrevistadas/os, apontam que o preconceito não parece afetar a concepção positiva e afeto

das/os filhas/os em relação a suas famílias. Vale ressaltar que os estudos incluindo a participação das/os filhas/os ainda são poucos no Brasil.

Filhas/os de relacionamentos heterossexuais anteriores

Em especial, para as/os filhas/os advindas/os de relacionamento heterossexuais anteriores, aponta-se para dificuldades no reconhecimento e acolhimento do novo núcleo familiar homoafetivo. Porém, notou-se que essas dificuldades poderiam estar relacionadas à separação entre mãe, pai e ao medo de passar por situações de homofobia, o que pareceu ser passível de enfrentamento com a convivência e posterior reconhecimento da/o parceira/o da mãe/pai como figura de afeto e cuidado (FARIAS, 2017).

Neste mesmo entendimento, Rodriguez e Paiva (2009) e Lira, Morais e Boris (2015) concluíram que as mães biológicas tendiam a dedicar-se mais aos cuidados das/os filhas advindas de relacionamentos heterossexuais anteriores que suas parceiras que exerciam papel de cuidadoras secundária. Rodriguez e Paiva (2009) concluíram que tais relações poderiam estar associadas ao tema das famílias reconstituídas, quando consideram que as/os filhas/os podem apresentar dificuldades em reconhecer a autoridade do cônjuge da mãe/pai.

Moris (2008) ressalta o receio de homens gays, que tiveram relacionamentos heterossexuais anteriores, de contar às/os filhas/os sobre sua orientação sexual, pois se faz necessário romper com as expectativas e representações construídas sobre o ser pai e homem e a respeito da família heteroafetiva. Difere, portanto, das famílias em que as crianças são inseridas já sabendo da homossexualidade das mães/pais e constroem as expectativas a partir dessa experiência.

Separação, Litígio e Homofobia: a disputa em relação aos/as filhos/as

Percebe-se que possíveis dificuldades apresentadas por crianças e adolescentes criadas em famílias homoafetivas parecem estar relacionadas, de maneira geral, à homofobia que já vivenciaram ou que receiam passar, e outras dificuldades inerentes às relações estabelecidas em qualquer grupo familiar. No entanto, apesar deste fator, crianças e adolescentes entrevistadas no estudo de Farias (2017) demonstraram indicativos de terem visão positiva da família, destacando os aspectos afetivos das relações.

É preciso lembrar que, independentemente do novo núcleo familiar que pai e mãe possam ter construído, as/os filhas/os podem passar por momentos de luto e necessidade de elaboração dos novos papéis e dos novos arranjos familiares. Muitas vezes, os adultos acabam por depositar nas/os filhas/os os conflitos da relação conjugal que se findou, colocando-as/os como centro do litígio. Neste sentido, Alcântara (2013, p. 319) explicita que:

Os filhos em geral reagem com raiva, medo ou culpa ao divórcio e são ajudados quando se asseguram que seus pais distinguem as funções conjugais das parentais e se certificam que seu amor e cuidado não serão anulados nem interrompidos com o fim do casamento.

Neste sentido, Shine (2016) afirma que são pai e mãe quem se separam e não as/os filhas/os e, portanto, destacamos que são os adultos que devem se responsabilizar por lidar com seus conflitos.

Na mesma linha de pensamento, Soares (2015) considera que o maior desafio para os pais que se separam é conseguir exercer a parentalidade e distinguir os papéis conjugais que já findaram, do papel parental que terá

continuidade. Esse mesmo autor afirma que “essa passagem do lugar de ex-cônjuges para o de pais de filhos que são comuns é identificada como o grande desafio que envolve a família após a separação” (p. 154).

Farias (2017) aponta, a partir de seu estudo, que as crianças e adolescentes, frutos de relacionamentos heterossexuais anteriores, demonstraram tristeza ao falarem sobre a forma como pai/mãe lidava com a homossexualidade do ex-cônjuge e da/o nova/o parceira/o, de maneira negativa.

Ou seja, o desafio da separação entre mãe e pai e o exercício da maternidade/paternidade independem da configuração familiar, mas nos casos da constituição de novos núcleos familiares em que um dos cônjuges passa a se relacionar com alguém do mesmo gênero, pode acabar sendo usado como álibi, de maneira preconceituosa, para prejudicar a imagem da mãe/pai perante à/o filha/o e à Justiça. Em outras famílias, outros fatores poderiam ser utilizados.

É sobre todos esses temas que trata o filme escolhido para análise, como veremos.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Filme
Título Original	<i>Rara</i>
Nome Traduzido	Estranha
Gênero	Drama
Ano	2016
Local de lançamento e Idioma original	Chile/Argentina, Espanhol
Duração	1h30min
Direção	Pepa San Martin

Rara (título original), aborda as vivências de uma adolescente, Sara, que está quase completando 13 anos, e sua irmã, Cata, após a separação dos pais e a recomposição dos núcleos familiares do pai e da mãe. A mãe, Paula, passa a ter um relacionamento lésbico com Lia, e o pai também tem outra companheira. Sara e sua irmã moram com a mãe e Lia.

O filme apresenta a visão da adolescente e os conflitos e questionamentos que costumam ser recorrentes para adolescentes de sua idade e classe social, como a primeira paixão, pensamentos sobre o primeiro beijo, confidências à melhor amiga, atravessados por vivências ou temor de passar por homofobia.

O preconceito retratado no filme aparece em algumas situações de maneira explícita, como no discurso de um professor, e outras não, quando Sara demonstra receio de que seus amigos participem de sua festa de aniversário na casa da mãe e acaba preferindo comemorar na casa do pai.

O pai de Sara desaprova a relação lésbica da ex-esposa e entra em uma disputa judicial de guarda das filhas que, além de terem que elaborar emocionalmente a separação entre pai e mãe, precisam lidar com os conflitos entre eles, potencializados pela homofobia por parte do pai e da sociedade.

A narrativa apresenta diversas situações do cotidiano da família, como os cuidados de Paula e sua companheira com as filhas, os momentos de diversão e afeto entre elas, o apoio da irmã mais velha à mais nova na tentativa de acolhê-la diante dos conflitos entre pai e mãe e do preconceito social, os momentos de acolhimento do pai à Sara e as brigas do ex-casal, colocando as filhas no centro do litígio.

É uma história que traz cenas emocionantes e que tem relação com a realidade de muitos casais com filhas/os que se separaram, têm dificuldades para elaborar os papéis e luto do fim do casamento e, neste caso, os conflitos e

sofrimento dos membros da família são potencializados pela homofobia.

É um filme que retrata a forma como as/os filhas/os sofrem a partir do litígio entre mãe e pai e que possibilita refletir sobre o papel da Justiça no Direito de Família, para esses casos. A Figura 1 ilustra as personagens principais da família: a mãe biológica, a namorada e as duas filhas do primeiro casamento.

Figura 1. Filha mais nova (de óculos), namorada da mãe (de cima à esquerda), mãe biológica (do meio), e filha mais velha.



Fonte: Internet Movie Database (IMDB)

Análise Crítica

Heteronormatividade e Homofobia

O filme retrata algumas situações de homofobia vivenciadas pelas personagens. Na primeira cena que aborda o assunto, Paula conversa com sua companheira Lia sobre sua indignação por ter sido chamada pela diretora da escola a comparecer para uma reunião, devido um desenho feito por Cata.

No desenho, a criança representou seu gato de estimação, ela mesma, a irmã Sara, a mãe e a companheira desta. Ou seja, um desenho de sua família, situação comum de aparecer no desenho de uma criança. Porém, claramente se percebe na cena a homofobia presente no contexto escolar, a partir da fala da mãe, pois o problema estava na representação do relacionamento lésbico.

No entanto, ressalta-se que em nenhum momento os adultos conversam de maneira explícita com a criança e adolescente sobre homofobia. Por exemplo, quando indagada pela filha mais nova o motivo de ter sido chamada na escola, a mãe disfarça, esconde o tema da homofobia, respondendo que foi porque o desenho era lindo!

Nesta cena, a avó materna das crianças está presente e, apesar de não criticar o desenho da neta, expõe sua homofobia quando conversa na frente dela com Lia sobre o motivo de terem sido chamadas pela escola e, então, passa a reprovar a atitude do casal, sem ser explícita, mas aparentemente referindo-se ao fato do casal não se esconder e de mostrar-se como tal. Vejamos um trecho da fala da avó:

Mãe de Paula: Mas às vezes acho vocês ingênuas demais. Acham que estão em Nova York. Por que ir tão longe? Meu Deus! Tão longe. Não precisam testar todo mundo.

Apesar de Sara questionar Lia sobre o que estava ocorrendo, esta afirma ser “*Nada*” e novamente Sara e Cata são excluídas da conversa sobre o tema. Mas Sara escuta a avó questionando Paula sobre como as crianças irão administrar “isso”, parecendo referir-se à homofobia, afirmando que terão que lidar com a questão todos os dias, e Paula se justifica dizendo que ela e a companheira não andam “*aos beijos*” e que não há nada a ser administrado. Vejamos que Paula sente-se impelida a justificar o modo como se relaciona com sua companheira e ressalta que não demonstra afeto (beijos) publicamente.

Sara, sozinha com Cata, diz à irmã que esta não pode desenhar a mãe e sua companheira e tampouco dizer aos colegas que tem duas mães, pois “*não é legal*”. A criança pergunta o motivo e Sara não sabe explicar, mas diz que o pai não gosta e que a escola ligou para sua mãe. Cata permanece em silêncio e logo muda de assunto.

Esta cena demonstra de que forma atua a heteronormatividade e a homofobia conforme explica Miskolci (2009), na tentativa de manter a hierarquia e o *status quo*, inferiorizando as relações lésbicas, em consonância com o que dizem Prado e Machado (2008). É por meio deste mecanismo que se busca, socialmente, invisibilizar as relações homoafetivas, a ponto de até a mãe e sua companheira evitarem conversar sobre o assunto com Sara e Cata, e de Paula se “justificar” afirmando que não andam “*aos beijos*”, como se não demonstrar afeto ou explicitar a relação lésbica fosse algo mais respeitoso ou digno, sem refletir sobre a violência da invisibilidade. A cena também nos faz refletir sobre o questionamento dos autores Nina e Souza (2012) e Coacci (2015) sobre o “assimilacionismo familista” nos casos de famílias compostas por casais do mesmo gênero e filhos.

É possível compreender a fala de Paula se considerarmos o conceito de homofobia internalizada

(ANTUNES, 2016), conforme já explicitado. Podemos também compreender a postura de Paula como uma forma de proteger a si e a sua família da violência, pois se expondo menos, tende-se a ser menos vista e conseqüentemente, menos alvo de punições decorrentes do preconceito. Porém, este pode não ser um caminho que beneficie a saúde mental dos membros da família, pois não se permite viver plenamente as identidades e se orgulhar das relações estabelecidas.

O filme também aborda o enfrentamento da homofobia, quando a melhor amiga de Sara conta que chegaram quatro meninas novas na escola e que duas delas são namoradas. Relata que as duas se beijaram no pátio e que o inspetor interveio, dizendo que não podiam fazer isso.

Sara apresenta, neste momento, o primeiro enfrentamento à homofobia, tendo o apoio da melhor amiga. A protagonista diz que o inspetor “*é um idiota!*” e é apoiada pela amiga. Em seguida a amiga pergunta se a mãe de Sara e a sua companheira se beijam na rua.

Sara diz não ser muito comum e a amiga afirma que não acha isso “*nojento*” (sic.). Observemos que, mesmo apoiando Sara, a amiga nega que tenha preconceito, mas apresenta a negação de uma conotação ruim, ao invés de afirmar uma conotação positiva sobre o relacionamento lésbico. Mas em seguida faz uma comparação entre beijar um homem que considera “*nojento*” e uma mulher, e diz preferir beijar esta.

Mitos relacionados às Famílias Homoafetivas com Filhos/as

Há duas cenas do filme em que é possível discutir os mitos relacionados às famílias homoafetivas com filhos/as, em conformidade com o que apresentam Farias e Maia (2009).

Em uma delas, no banheiro do vestiário da escola, a melhor amiga de Sara pergunta a ela se acredita que “virá” a ser lésbica. Prontamente, com semblante tenso e um pouco emburrada, Sara responde que “não”. Ora, quem pergunta isto para uma amiga que pai e mãe vivenciam relacionamento (s) heterossexual (is)?

Sabemos que isto não acontece, pois a heterossexualidade é considerada “normal” e “esperada”, mas não a homossexualidade ou a bissexualidade. Faz sentido o semblante da personagem, refletindo suas emoções. A amiga, então, diz que a sua irmã havia questionado se a orientação sexual não seria hereditária.

Sara afirma gostar de meninos e a amiga insiste no questionamento, afirmando que ela nunca beijou (meninos, para saber se gosta) e a protagonista afirma já ter beijado um garoto. Nesse momento, não é possível identificar se Sara está sendo sincera ou faz esse relato na tentativa de se esquivar da homofobia e tensão diante dos questionamentos da amiga.

Na segunda cena, um professor da escola está sentado com Sara no banco, no pátio da instituição e diz à adolescente que o pai dela está muito preocupado com seu desempenho escolar e questiona se a “*situação da sua família*” estaria causando problemas para a adolescente. Ela afirma que “não” e que “*não existe nada de errado*”. O professor insiste, questiona se os colegas implicam com ela pela “*opção sexual*” de sua mãe e Sara responde que esses implicam com todos.

O educador, neste momento, não exerce seu papel de educador, pois apenas reproduz a norma do senso comum e não acolhe as diversidades a partir do ponto de vista científico, ético e da dignidade humana. O profissional parece que irá acolher a adolescente, afirmando que ela não tem motivos para se envergonhar, mas em seguida

afirma que ela tem “*todo o direito de viver em um ambiente normal. Como seus outros colegas*”.

Mais uma vez, Sara precisa lidar com a homofobia, agora vindo de um profissional da instituição escolar, que deveria acolher as diferenças e, inclusive, deveria constar no currículo escolar o tema da sexualidade, gênero e diferenças, o que sabemos, não parece ser a realidade da maior parte das instituições educacionais, como confirma o estudo realizado por Farias (2017).

Homofobia e Disputa de Guarda

Outro ponto importante que o filme contribui para discussão é sobre o litígio envolvido entre mãe, pai e filhas/os, cujo um dos genitores passa a se relacionar com uma pessoa do mesmo gênero, como é o caso de Sara e Cata.

Em um momento do filme, a adolescente pretende fazer uma festa de aniversário, mas parece ter receio de chamar as/os amigas/os para irem à casa de sua mãe e começa a ficar bastante incomodada e irritada, aparentando temor de passar por homofobia. Conversa com o pai sobre a possibilidade de fazer a festa na casa dele, mas mente e diz que o motivo seria porque sua casa é maior. Não tem coragem de dizer à mãe, demonstrando claramente conflito quanto aos afetos em relação à mãe e ao pai, atravessado pelas vivências sobre homofobia e pelas constantes discussões entre ambos.

Após a adolescente encontrar com o garoto por quem se apaixonou em um restaurante, na companhia de sua mãe e da companheira desta, Sara aparenta constrangimento e, após um jantar dado por sua mãe em sua casa com outro casal de amigas lésbicas, briga com essa e fala para o pai sobre as dificuldades na relação com Paula e sobre brigas da mãe com a companheira, deixando de

abordar as tensões reais vividas por ela. O pai então resolve dar entrada a um pedido de guarda das filhas na Justiça.

Sara demonstra conflito, pois também gosta de estar na companhia da mãe e de Lia e se mostra entristecida, ao final, em ter que ir morar com o pai, confirmando a discussão de Shine (2016) e Alcântara (2013) sobre a importância de que mãe e pai devem cuidar de seus conflitos e auxiliar as/os filhas/os a lidar com o divórcio.

Considerações Finais

São poucos os filmes que abordam com seriedade e sem estereótipos o tema das famílias homoafetivas com filhas/os e este é um deles.

O filme analisado neste capítulo é muito interessante para discutir, de maneira crítica, diversos temas que envolvem as famílias homoafetivas com filhas/os. Dentre eles, podemos citar a construção da heteronormatividade e da homofobia e o efeito do preconceito tanto para os adultos quanto para as/os filhas/os.

É possível perceber ao longo de todo o filme, diversos momentos em que Sara, a protagonista, e sob a ótica de quem a estória é narrada, demonstra um semblante tenso, com certa tristeza e preocupação. Porém, também há cenas de alegria nas vivências cotidianas, evidenciando uma relação afetuosa, com respeito, cumplicidade e cuidados.

Ademais, também é possível trabalhar as possibilidades de enfrentamento da homofobia, o que no filme aparece muito pouco. A mãe e sua companheira parecem não se sentirem fortalecidas para enfrentar o preconceito e exigir seus direitos, seja no ambiente escolar ou na Justiça, na disputa de guarda das filhas de Paula.

Uma particularidade que faz parte central da trama são os conflitos vividos por filhas/os frutos de relacionamentos heterossexuais que passaram a conviver com sua mãe ou

pai e a/o parceira/o do mesmo gênero, sofrendo a homofobia não somente social, mas do genitor que é heterossexual.

Tema bastante importante de ser abordado, ao refletir sobre o filme, são “os silêncios” e discursos implícitos sobre a orientação sexual da mãe e a homofobia. São recorrentes os olhares que dizem e o discurso que não fala. Como mostram os estudos, falar sobre a orientação sexual homossexual da mãe ou pai parece ser um fator importante para auxiliar as/os filhas/os a lidarem com possíveis situações de homofobia, possibilitando que construam uma imagem positiva de seu núcleo familiar.

Por fim, pode-se dizer que a narrativa do filme analisado contribui para a discussão em diversos espaços sobre a heteronormatividade, homofobia, relações de poder, representatividade/invisibilidade, papel da escola e da Justiça, bem como as relações mães/pais e filhas/os ao terem que lidar com o preconceito e disputa de guarda.

Referências

ALCÂNTARA, M. A. R. Transformações da conjugalidade, dilemas do casal contemporâneo, divórcio e guarda compartilhada. In: MOREIRA, L. V. de C. **Psicologia, Família e Direito: interfaces e conexões**. Curitiba: Juruá, 2013.

ALMEIDA, M. R. **Os Processos Subjetivos no Acolhimento e na Adoção de Crianças por Casal Homoafetivo: um estudo de caso**. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-22082012-113812/pt-br.php>>. Acesso em: 14 mai. 2020.

ANTUNES, P. P. S. **Homofobia Internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2016. Disponível em: < <https://sapientia.pucsp.br/handle/handle/17142>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BUTLER, J. El parentesco es siempre heterosexual? BUTLER, J. **Deshacer el género**. Barcelona: Paidós, 2006.

COACCI, T. Do homossexualismo à homoafetividade: discursos judiciais brasileiros sobre homossexualidades de 1989 a 2012. **Sex., Salud Soc. (Rio J.)**, Rio de Janeiro, n. 21, p. 53-84, Dec. 2015. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64872015000300053&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 mai. 2020.

COSTA, A. B.; NARDI, H. C. O casamento "homoafetivo" e a política da sexualidade: implicações do afeto como justificativa das uniões de pessoas do mesmo sexo. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 137-150, Apr. 2015. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2015000100137&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 24 mai. 2020.

FARIAS, M. O. **Experiências e Vivências de Famílias Homoafetivas com Filhos**: vozes de pais, mães e filhos. Tese de Doutorado em Psicologia Social. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2017.

FARIAS, M.; MAIA, A. C. B. **Adoção por Homossexuais**: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica. Curitiba: Juruá, 2009.

LIRA, A. N.; MORAIS, N. A.; BORIS, G. D. J. B. A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos. **Rev. SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 16, n. 1, p. 74-91, 2015. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100007&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 mai. 2020.

MARTINEZ, A. L. M.; BARBIERI, V. A experiência da maternidade em uma família homoafetiva feminina. **Estud. psicol.** Campinas, v. 28, n. 2, p. 175-185, Jun. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2011000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 mai. 2020.

MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 21, p. 150-182, Jun. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 16 mai. 2020.

MORIS, V. L. **Preciso Te Contar?** Paternidade homoafetiva e a revelação para os filhos. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica. São Paulo-SP, 2008. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/15773>>. Acesso em 20 mai. 2020.

NINA, A. M. S.; SOUZA, C. A. S. De Kant a Mouffe: desenvolvendo argumentos positivos acerca do reconhecimento de “famílias homoafetivas” pelo judiciário brasileiro. **Ver. NUFEN**. v. 4, n. 1, jan/jun, p. 59-72, 2012. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rnufen/v4n1/a06.pdf>>. Acesso em: 16 mai 2020.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. **Preconceito contra homossexualidades:** a hierarquia da invisibilidade. São Paulo: Cortez, 2008.

RIOS, R. R. As uniões homossexuais e a “família homoafetiva”: o direito de família como instrumento de adaptação ao conservadorismo ou a possibilidade de sua transformação e inovação. **Civilistica.com**. a. 2, n.2, 2013. Disponível em: <<http://civilistica.com/wp-content/uploads/2015/02/Rios-civilistica.com-a.2.n.2.2013.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2016.

RODRIGUEZ, B. C.; PAIVA, M. L. S. C. Um estudo sobre o exercício da parentalidade em contexto homoparental.

Vínculo, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 13-25, jun. 2009. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902009000100003&lng=pt&nrm=iso>.

Acesso em: 15 mai. 2020.

SANTOS, C. **A Parentalidade em Famílias Homossexuais com Filhos**: um estudo fenomenológico da vivência de gays e lésbicas. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2004. Disponível em: < <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-18042005-081841/pt-br.php>>. Acesso em: 10 mai. 2020.

SHINE, S. A lógica interventiva nas perícias em meio às disputas de famílias. In: BRANDÃO, E.P. (org.) **Atualidades em Psicologia Jurídica**: Rio de Janeiro: Nau, 2016.

Capítulo 6

RAFIKI: O PODER POLÍTICO, SOCIAL E RELIGIOSO NO CONTROLE DOS AFETOS HOMOSSEXUAIS

Laura Cunha Hanitzsch
Mirela Bosco

Introdução

A sexualidade humana abarca diversos fenômenos e um desses é para quem a atração sexual se destina, o que denominamos como “orientação sexual”. Há várias possibilidades de expressá-la, mas a expectativa social predominante é de que seja condizente com a heteronormatividade.

“Normatividade” refere-se àquilo que corresponde ou segue um padrão de desenvolvimento comum à maioria. O “hétero” diz respeito a uma orientação sexual que deseja o “oposto”, mais precisamente, homens atraem-se por mulheres e vice-versa. Nesse sentido, o termo “heteronormativo” é principalmente a ideia hegemônica de que a expressão da sexualidade de todos os seres humanos seja, necessariamente, de uma orientação heterossexual e heterorromântica (LOURO, 2009).

O termo envolve, ainda, a regra de que o indivíduo deve se identificar com o gênero atribuído ao nascimento de acordo com o órgão sexual e se expressar conforme o masculino ou o feminino pelas vestimentas, interesses e comportamentos (LOURO, 2009).

A normativa, enraizada na sociedade, traz como consequências a naturalização das relações heterossexuais e, por outro lado, o olhar de anormalidade e anomalia sobre

orientações sexuais que sejam diversas àquela. A homossexualidade é uma orientação comumente entendida como oposta à heterossexualidade, uma vez que além da atração ser voltada para o mesmo sexo-gênero, é uma “quebra” da ordem e das condições estabelecidas a partir do viés heteronormativo. Ao longo do tempo, devido aos movimentos e lutas sociais, a comunidade de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo e demais identidades e orientações sexuais (LGBTQI+) ganharam força e atualmente tem mais representatividade, embora a prática afetiva-sexual seja pouco validada socialmente (FREITAS, 2019).

É nessa estrutura heteronormativa e patriarcal que a sociedade se sustenta e, logo, na qual suas instituições sociais são forjadas. Essas, com base em Foucault (1988) regulam e reprimem a expressão da sexualidade por ação do poder discursivo o qual detém. Entende-se discurso não meramente como “amontoado de palavras ou concatenação de frases que pretendem um significado em si, mas como um sistema que estrutura determinado imaginário social” (RIBEIRO, 2017, p.31).

Embora diferente do que se entende socialmente como violento (por exemplo a violência física), a repressão sexual por meio do discurso, apesar de não deixar marcas físicas, é agressiva e feita de maneira sutil ao provocar “marcas” no comportamento, pensamento e ação dos indivíduos que a sofrem (CHAUÍ, 1984; FOUCAULT, 1988; RIBEIRO, 2017).

O discurso parte de um espaço dentro das interações sociais e é representado pelo indivíduo que o profere. Exprime os conteúdos, ideias e desejos de todo um grupo e de um modo de ser que os identifica e os posiciona em um lugar dentro das relações de poder na sociedade que determina um valor para sua fala com base nas normas da sua estrutura. Compreendendo o *Lugar de Fala* a partir da

perspectiva da filósofa Djamila Ribeiro (2017), as localizações dos grupos sociais ficam, dessa forma, marcadas por posições: (a) hegemônicas - o lugar dos que são autorizados a falar, em que seus discursos são validados e estes podem acessar a liberdade e cidadania ou (b) contra hegemônicas - o lugar dos que têm discursos, comportamentos e vidas subalternizadas e, portanto, não podem acessar direitos.

Com isso, o discurso repressivo da sexualidade parte de grupos credibilizados socialmente, matrizes de dominação, que replicam uma ordem discursiva hegemônica de uma sexualidade heteronormativa usada para controlar e reprimir os grupos subalternos.

Em exemplo, a religião é valorizada socialmente e tem o discurso levado como importante por toda uma comunidade. Um líder religioso que expressa que a família é glorificada em forma de um homem e de uma mulher que se amam, por consequência, afirma que dois homens ou duas mulheres não se amam e, assim, não podem ser considerados família. Esse líder, em uma posição hegemônica, utiliza-se do discurso para reprimir grupos subalternos de pessoas não-heterossexuais e por meio disso, impedi-las de acessar a liberdade de viver.

Para entendermos melhor a repressão sexual, faz-se necessário retomar o processo histórico que a endossa no ocidente, haja vista que nem em todas as sociedades o controle sobre a sexualidade era exercido. A Era Vitoriana é um marco europeu nesse sentido por caracterizar-se uma época de avanços tecnológicos e industriais, mas extremamente conservadora e preconceituosa.

Foucault, em *A História da Sexualidade I: A vontade de saber* (1988) aponta que é nesse período que o sexo é visto como função estritamente reprodutora, em que o casal heteronormativo era o modelo a ser seguido, e deveria ter a sua intimidade vivida dentro de um espaço limitado, como

o quarto da casa. Não cabia, então, comentários, especulações, orientações e educações que pudessem ter como eixo principal a sexualidade. Pelo caráter moralista e a fidelidade aos desejos *divinos* do Vitorianismo, a Igreja se incumbiu da função de justiça, regulação e repressão sexual sob vários formatos, como através de relatos feitos nos confessionários paroquiais que exerciam o controle da sexualidade masculina e de certa forma, ao desconsiderar a confissão feminina, deslegitimavam a mulher como ser desejante.

Ao longo da história, as entidades religiosas não foram as únicas instituições valorizadas socialmente. Com o Iluminismo e a Revolução Industrial, a razão e a ciência se tornaram protagonistas e responsáveis pela moderação sexual, patologizando comportamentos, desejos ou expressões da sexualidade que se afastam do “normal” (CHAUI, 1984).

Em outro momento, predominantemente, o Estado e a Justiça encarregam-se de fazer esse papel, ao executar proibições e criminalizações das “ações desviantes” (FOUCAULT, 1988). É preciso considerar, nesse ponto, que a história é dinâmica e não necessariamente linear, de forma que, se o Estado e a Justiça perderam a preponderância em um determinado período histórico, algumas regiões ainda sofrem com os desdobramentos desses instrumentos repressivos. Como esclarece o relatório *Homofobia do Estado da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais* (ILGA, 2019), em 35% dos Estados Membros das Nações Unidas as relações sexuais consentidas entre pessoas do mesmo sexo são ilegais, como no Quênia e Irã; em 18% é restrita a liberdade de expressão da minoria LGBT, como no Paraguai e na Rússia; e em 21% existem barreiras legais para a existência, registro ou operação de associações civis relacionadas à orientação sexual, como na China.

É dentro das instituições que os mecanismos de repressão se instalam e se concretizam, entretanto não se restringem às barreiras institucionais e ultrapassam e influenciam outras instituições e a sociedade em geral, ou seja, o poder transcende sua característica institucional e se constitui enquanto controle estrutural (FOUCAULT, 1988). Enquanto instituição, a família reproduz a ordem ideológica vigente ao reprimir, com ou sem intensão, seus membros com o intuito de moldá-los à expressão de uma sexualidade que satisfaça a lógica heteronormativa e patriarcal, como Foucault (1988, p. 9) disserta

A família conjugal a confisca. E absorve-a, inteiramente, na seriedade da função de reproduzir. Em torno do sexo, se cala. O casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar, reservando-se o princípio do segredo.

Ainda segundo o autor, para além da ação ou interdição, o ambiente familiar reprime através do silêncio que produz o desinteresse no saber, no ver e no dizer sobre a sexualidade.

É exatamente no “não dizer” que a sexualidade aparenta inexistente. Para tanto, a desconsideração do fenômeno como histórico, social e inerente ao ser humano endossa os dizeres repressivos que o padroniza. Os sujeitos, imersos numa ideologia - que constantemente mostra-se enquanto “normal” e, ao mesmo tempo, disfarça o poder que detém -, não compreendem as motivações estruturais de seus comportamentos, somente os reproduzem e não os identificam enquanto parte de um controle repressivo (ALTHUSSER, 1987). Como exemplo, o sujeito não entende, portanto, a origem social de “sua” concepção de que “o homem é feito para a mulher”, somente reconhece que “sempre foi assim e sempre vai

ser”, evidenciando o caráter retroalimentativo entre indivíduo, sociedade e instituições.

Em consequência dessa configuração, os indivíduos e a sociedade, ao internalizarem o discurso hegemônico da sexualidade, desempenham uma função reguladora do poder sobre os corpos e fiscalizam as práticas sexuais alheias e próprias, sem ser necessário a intervenção das instituições, antes entendidas como únicas responsáveis pela repressão sexual (CHAUÍ, 1984). Nesse sentido, é na sociedade que se condena e marginaliza a sexualidade que foge à norma, e busca-se formas de extingui-la quando expressa. No entanto, é também nesse contexto, que surgem os comportamentos individuais e movimentos sociais de resistência que revelam e concedem poder para a livre expressão da sexualidade. Diante dessas considerações, iremos analisar o filme *Rafiki*.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Filme
Título Original	<i>Rafiki</i>
Nome Traduzido	<i>Rafiki</i>
Gênero	Drama
Ano	2018
Local de lançamento e Idioma original	França (Cannes Film Festival) e Nigéria (African Movie Academy Awards), Inglês e língua suaíli
Duração	1h23min
Direção	Wanuri Kahiu

Ziki (Sheila Munyiva) e Kena (Samantha Mugatsia) são duas mulheres adolescentes que vivem no Quênia em contexto político-social contemporâneo, fundamentado no cristianismo e no conservadorismo.

Kena é filha de pais separados, mora no subúrbio somente com sua mãe que, devido à religião, a reprime. Seu pai, um comerciante, a apoia em suas decisões. Tem como amigos, em sua maioria homens, e experiencia o preconceito e a discriminação de gênero e orientação sexual a partir das brincadeiras que fazem.

Ziki, em contrapartida, é filha de um casal heterossexual, moradores de um bairro nobre da cidade, e tem amizades majoritariamente com mulheres. Em um momento de eleições locais no qual os pais de Ziki e Kena são rivais de campanha, as duas adolescentes se conhecem. Partindo de contextos sociais e econômicos diferentes, são recriminadas por amigos pela relação próxima que mantêm.

Ainda que repreendidas, se aproximam, se apaixonam e prosseguem com uma relação afetiva e sexual. Para além do contexto econômico que motivava as recriminações sofridas por ambas, emerge a repressão por razão religiosa e política que proíbe as relações homossexuais.

A população local ao ter conhecimento do envolvimento das personagens exprime, como reflexo dessas estruturas, uma violência física, psicológica e verbal sobre o casal, interrompendo a relação das protagonistas. Em decorrência das agressões, há rearranjos e movimentações familiares, sociais e políticas na cidade.

Análise Crítica

No propósito de contextualizar culturalmente o espectador do filme, e nesta análise o/a leitor/a, observa-se em uma das cenas iniciais o encontro de Kena e seus amigos em um quiosque. Enquanto jogam cartas, um homem homossexual chega ao estabelecimento para consumir e, com sua presença, a conversa concentra-se em

comentários preconceituosos sobre a sua orientação sexual, como mostra o diálogo:

Blacksta (com tom de ironia): *Pensei que você tinha dito que a sua namorada estava em casa.*

Waireri (com tom de brincadeira): *Está com sua irmã, cozinhando para mim.*

Blacksta: *Deixa de ser estúpido.*

Waireri reage com risada e direciona sua fala para o homem homossexual que chegou ao quiosque: *Está olhando para onde, bichona?*

Kena (com tom de desconforto): *Ele está te incomodando?*

Waireri (com revolta): *Acha que Deus quer assistir homens transarem uns com os outros?*

Waireri levanta da mesa bravo, encerra o jogo e tromba propositalmente com o rapaz.

É possível perceber que a realidade moral da cidade se funde com os preceitos religiosos existentes, o que é explicitado por Waireri sobre a relação homossexual como errada aos olhos de “Deus”. A moral sexual, característica do cristianismo - religião preponderante do Quênia -, entende o corpo como “sagrado” e “casa de Deus”, instaura a culpa para regular a expressão da sexualidade e a punição àquele que peca ao seguir os desejos da carne (RIBEIRO, 2005).

Embora o discurso dos personagens reprima as relações homoafetivas, em seguida, Kena direciona o olhar para Ziki, demonstrando interesse e curiosidade, o que se desenrola ao longo do filme em uma aproximação gradual entre as duas.

Ao ser informada, a mãe de Kena a questiona sobre a proximidade com Ziki, e tem como resposta que elas têm passado tempo juntas, porém não explicita o caráter amoroso em desenvolvimento. Em outro momento, Kena,

ao ir à casa de Ziki, logo se apresenta como sua amiga para a mãe que lhe abre a porta.

Apesar do resultado dessas constantes aproximações ser uma relação afetivo-sexual, é evidente que as protagonistas a nomeiam como “amizade”, correspondente ao nome do filme *Rafiki*¹, bem como a compreensão dos outros personagens que não identificam o aspecto amoroso do relacionamento.

Ao partir do pressuposto de que a linguagem é um processo de organização do pensamento e uma forma de autoidentificação (VYGOTSKY, 2000), a não-nomeação e não-reconhecimento enquanto um vínculo amoroso caracteriza, sobretudo, a invisibilidade lésbica, que é a soma de opressões sofridas devido ao gênero e a orientação sexual, mais precisamente o “ser mulher e gostar de mulher”. Condição que provoca obstáculos na materialização de uma individualidade por romper com as normas patriarcais e heteronormativas que nela veem a impossibilidade de reprodução, continuidade geracional e propriedade (BARBOSA, NASCIMENTO, CARVALHO, CAVALCANTE, 2014).

Como compreensão global do que é “invisibilidade”, o dicionário online (HOUAISS, 2020) define como: qualidade, condição, atributo do que é invisível, do que não apresenta visibilidade. Enquanto o termo “invisível” tem como um dos conceitos: “que não é manifesto, que não deixa acontecer” (HOUAISS, 2020, s/p).

Nesse sentido, a sociedade invisibiliza a prática homoafetiva, impossibilita o desejo da mulher e reprime as vivências lésbicas em um constante tensionamento entre as normas pressupostas para as feminilidades, colocadas pelos valores sociais cis-heteronormativos, e as

¹ A palavra “Rafiki”, influência da cultura Árabe no continente africano, significa “Amigo” (NYEMBO, 2016).

transgressões que as lesbianidades, seus desejos e práticas, trazem como um novo horizonte de significados e possibilidades para o amor e as relações (FREITAS, 2019; BARBOSA *et al.*, 2014). De acordo com Barbosa *et al.* (2014, p. 3012), essa lógica “impõe dificuldades para a afirmação e construção da identidade lésbica, sendo que um dos instrumentos mais fortes utilizados pela sociedade patriarcal e cisheteronormativa é a invisibilidade”.

Rafiki retrata o impedimento social dos relacionamentos entre duas mulheres em várias de suas cenas, ao demonstrar a tentativa de enquadramento dos desejos femininos sempre direcionados ao homem. Para exemplificar, em um diálogo entre mãe e filha, a mãe de Kena aponta que há “*alguma coisa diferente*”:

Mãe: *Tem alguma coisa diferente em você, Kena!*

Kena: *Nada está diferente.*

Mãe: *É um rapaz?*

Kena: *Mãe! Não.*

Mãe: *É aquele Blacksta?*

Kena: *Não.*

Em outro momento, a personagem é questionada por Blacksta – que desconfia de uma aproximação amorosa da amiga com outro homem – no intuito de persuadi-la a vivenciar uma relação heterossexual com ele, devido ter a percepção de ser a pessoa “certa” para Kena. Há a insistência e incompreensão por parte de Blacksta do porquê é negado como um par romântico para ela.

Novamente, como manifestação da invisibilização lésbica, em um encontro entre Kena, sua mãe e Ziki, é enunciado o desejo recorrente da mãe de Kena de que a filha encontre um homem com quem possa se relacionar e sair da realidade da cidade em que vive.

Kena entra na sala em um vestido, colocado com a ajuda de Ziki.

Mãe: *Ziki, ela não está parecendo uma mulher de verdade?*

Ziki: *Muito sensual.*

Mãe: *Só precisamos de um médico bom e rico, e todas as minhas preces terão sido atendidas hoje.*

Os discursos retratados no longa são reflexos da estruturação de uma sociedade hostil, pautada na exclusão das diferentes possibilidades de orientação sexual e na prática brutal, sutil e/ou profunda de opressões vivenciadas cotidianamente por identidades lésbicas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2019).

Para evitar tamanha violência, as mulheres escondem suas parcerias amorosas, como vemos no filme quando Kena e Ziki têm a primeira relação sexual em uma Kombi abandonada, afastada da cidade, em um lugar escondido, onde costumeiramente se encontravam. A necessidade de terem que recorrer a um esconderijo para poderem vivenciar o romance, evidencia as consequências que a invisibilidade lésbica e a repressão sexual trazem para as personagens.

Apesar do controle social ser visível, é no aspecto invisível do discurso em que pode ter grande ação. Com base em Chauí (1984), o entendimento de que o sentir é inadequado perante o juízo social, resulta na ação de camuflar e abafar os sentimentos e práticas que lhe são divergentes.

Como explorado anteriormente, a repressão sexual permeia a estrutura das amizades e relações familiares, mas também das instituições maiores como o Estado, a religião, a ciência médica e a sociedade como um todo (FOUCAULT, 1988). O poder repressor presente nas instituições religiosas é visto no filme em uma cena de culto em que o líder religioso, figura de influência a toda uma comunidade, condena as relações homossexuais.

Líder religioso (em tom de pregação): *O que me surpreende é que há quenianos que estão desafiando o governo, ao defender o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Elas dizem que isso é um direito humano. O que é um direito humano? Não é Deus quem decide o que é certo ou errado? Vamos ignorar Deus? Não escolham se perder, pois as leis de Deus não mudam como as leis humanas ou as do seu país.*

Os integrantes da comunidade influenciados pela fala, endossam-na e a tornam uma repressão visível nas cenas que se sucedem no filme. Kena é seguida, agredida verbal e fisicamente; a relação é ameaçada de ser exposta pela mãe de Ziki que a descobre; parte da população ao saber da relação seguem-nas até a Kombi, em que as garotas correm para se esconder e, sem sucesso, são espancadas; mesmo após serem detidas pelo entendido crime de prática homossexual no país em que vivem, sofrem agressões por parte dos policiais e das próprias famílias.

A repressão sexual, nesse momento, adere ao formato explícito, físico e violento sentida pelas personagens e praticada pela comunidade. Embora tenha sua construção arraigada nas relações sociais, é justamente o processo arbitrário de naturalização desses discursos e comportamentos que mantêm o controle sobre os “corpos desviantes”. Assim como afirma Chauí (1984, p. 13) “a repressão perfeita é aquela que já não é sentida como tal, isto é, aquela que se realiza como auto repressão graças à interiorização dos códigos de permissão, proibição e punição de nossa sociedade”, como é visto nos autores da agressão, que não questionam suas ações violentas, ou até mesmo por parte de Kena e Ziki que escondiam a relação.

Os mecanismos repressivos, como as instituições do Estado, da Igreja, Justiça e Família, interseccionam e revezam o poder coercivo, e como consequência, potencializam a influência que exercem nas sociedades e individualidades. No

entanto, é justamente este caráter volátil que evidencia as falhas existentes nos ideais hegemônicos de controle. Ainda que os indivíduos detenham a função da manutenção do sistema, é por serem estruturados e ao mesmo tempo estruturantes das instituições que têm possibilidade de resistência e transformação.

As resistências estão incluídas em uma dinâmica de poder e preconizam a favor da liberdade e emancipação da diversidade sexual humana, com base em Foucault (1988, p. 91-92) são “o outro termo nas relações de poder; inscrevem-se nestas relações como o interlocutor irredutível”, e em um lado oposto estão as repressões sexuais que propagam a violência e opressão.

O resistir, na prática, são ações de visibilidade das identidades lésbicas, reafirmação e defesa da multiplicidade das orientações sexuais e a luta pela garantia de condições de vida dos homossexuais que abrem caminho para as resistências efetivamente serem existências. No filme, são os enfrentamentos das personagens ao final do longa, mais presente em Kena, que além de assumir a homossexualidade, performa com maior precisão uma lesbianidade entendida como não-feminina e, por fim, o reencontro das protagonistas, apesar de uma sociedade repressora (FREITAS, 2019).

Considerações Finais

Rafiki expressa, de forma realista, a repressão sexual como um mecanismo fortemente presente no contexto social que prejudica a vivência de uma sexualidade posta à margem. Com as transformações históricas-culturais, percebe-se que há, ainda, a reprodução de um modelo antiquado de controle perante os corpos, com justificativas de ordem judicial, religiosa ou médica, que condenam

práticas ditas como desviantes, na tentativa de enquadrar e limitar as experiências sexuais.

Com isso, a homossexualidade feminina é recriminada, mas em uma tentativa de existir, contempla os padrões estabelecidos pela norma vigente para o reconhecimento de uma relação: uma figura com características percebidas socialmente como mais “masculinas” e outra com aspectos mais “femininos”.

Considera-se que uma base conservadora é relevante na manutenção das estruturas que sustentam a repressão sexual, seja de formas explícitas ou veladas, a ponto de atualmente manter a criminalização das relações homossexuais em alguns países e altas taxas de mortalidade das minorias sociais em outros.

Atenta-se para a forma como os relacionamentos homossexuais são abordados, de forma geral, com o foco nas dificuldades, no sofrimento e no julgamento que os pares sentem, enquanto muito pouco é exposto sobre o prazer, o bem-estar e a liberdade de vivenciar a sexualidade desejada para si mesmo.

Entretanto, o filme é um movimento importante de resistência por simbolizar através do amor e da vinculação, uma relação, que no dia-a-dia, é vista como ultrajante. Possibilita representatividade e um caminho para aqueles que encontram identificação em uma projeção esperançosa de sexualidades possíveis.

Referências

ALTHUSSER, L. **Aparelhos Ideológicos do Estado**. 3 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1987.

BARBOSA, B. R. S. N.; NASCIMENTO, E. T. do; CARVALHO, I. A. F. de; CAVALCANTE, J. C. D. Invisibilidade lésbica e a interseccionalidade de opressões. In: 18º REDE FEMINISTA

NORTE E NORDESTE DE ESTUDOS E PESQUISA SOBRE A MULHER E RELAÇÕES DE GÊNERO, novembro, 2014, Universidade Federal Rural de Pernambuco. **Anais[...]** Pernambuco: UFRPE, 2014. Disponível em: <<https://www.paradoxzero.com/zero/redor/wp-content/uploads/2015/04/2269-4704-1-PB.pdf>>. Acesso em: 08 jun. 2020.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FREITAS, R. V. Tesouradas. Gênero e sexualidade nas representações das lesbianidades. In: FERRÃO, D.; CARVALHO, L. H. de; COACCI, T. (Org.). **Psicologia, gênero e diversidade sexual: saberes em diálogo**. Belo Horizonte: Conselho Regional de Psicologia Minas Gerais, 2019.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Grande Dicionário Houaiss**. 2020. Disponível em: <<https://houaiss.uol.com.br/pub/apps/www/v5-4/html/index.php#0>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

ILGA. Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Intersexuais. **Homofobia do estado - Análise mundial das leis: criminalização, proteção e reconhecimento do amor entre pessoas do mesmo sexo**. 8.ed. México: Ilga, 2013.

LOURO, G. L. Heteronormatividade e homofobia. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.). **Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

NYEMBO, A. **“Sabe o que significa rafiki? Alphonse explica a escolha da palavra para batizar o blog”**. 2016. Disponível em: <<http://adus.org.br/adus-rafiki/2016/11/08>>. Acesso em: 14 jun. 2020.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. 1.ed. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, P. R. M. Sexualidade também tem história: comportamentos e atitudes sexuais através dos tempos. In: MAIA, A. C. B.; MAIA, A. F. (org). **Sexualidade e infância** (pp.17-34). Bauru, Faculdade de Ciências: Cecemca; Brasília: MEC/SEF. (Cadernos CECEMCA n. 1), 2005.

VYGOTSKY, L. S. **A construção do Pensamento e da Linguagem**. 1.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

Capítulo 7

DENTE CANINO: (R) EXISTÊNCIAS NA OPRESSÃO

Leilane Raquel Spadotto de Carvalho
Ana Paula Machado Bonora

Introdução

Quando pensamos em desenvolvimento humano de forma geral, temos que levar em consideração que cada e todo sujeito está inserido em uma sociedade e consequentemente em uma cultura. Essa varia de lugar para lugar, porém, é dentro de um contexto específico que os sujeitos se desenvolvem e aprendem (formal e informalmente).

Segundo Papalia e Feldman (2012) a própria divisão do ciclo de vida em fases específicas (período pré-natal, infância, adolescência, vida adulta, velhice etc.) é uma construção social e varia conforme a cultura.

A **cultura** refere-se ao modo de vida global de uma sociedade ou grupo, que inclui costumes, tradições, leis, conhecimento, crenças, valores, linguagem e produtos materiais, de ferramentas a trabalhos artísticos – todo comportamento e todas as atitudes aprendidas, compartilhadas e transmitidas entre os membros de um grupo social. A cultura está em constante mudança, geralmente mediante contato com outras culturas (PAPALIA; FELDMAN, 2012, p.45, grifo dos autores).

A cultura influencia direta e indiretamente no desenvolvimento das pessoas, tendo em vista que se relaciona com a formação familiar, as relações sociais, os

modos de aprendizagem etc. É dentro do contexto cultural que cada indivíduo aprenderá os valores sociais, morais e éticos de cada aspecto de vida, que são “postos” na cultura (SANTOS, 1987). Um dos aspectos importantes da vida que sofre influência da cultura é a sexualidade (LOURO, 2000).

A sexualidade, enquanto um conceito amplo, envolve as relações, afetos, desejos, emoções, valores etc., além do ato sexual em si (MAIA, 2010; MAIA *et al.*, 2015; MAIA; RIBEIRO, 2011). Essa é fator fundamental do desenvolvimento de todo ser humano (COSTA *et al.*, 2001; BASTOS; DESLANDES, 2005), sendo influenciada pela cultura e pela história de cada indivíduo. A sexualidade não deve ser pensada limitada estritamente ao ato sexual ou aspectos biológicos, mas como parte inerente do ser humano durante seu desenvolvimento (SAITO; LEAL, 2000; MAIA, 2010).

Atravessada por questões culturais em que esse indivíduo está inserido, a sexualidade será “composta” pela sociedade, nas maneiras de expressar, vivenciar, (entre outras), por meio de práticas, ideias e simbolismos presentes na cultura. Ademais, a sexualidade abrange também as questões de vida individuais ao longo do desenvolvimento, mediada sempre pelos valores e modelos culturais pessoais (LOURO, 2000; MAIA, 2010a).

Família, cultura e sexualidade

A família pode ser definida como um grupo social complexo inserido em um contexto mais amplo (sociedade), com o qual se relaciona constantemente (PRATTA; SANTOS, 2007). Além de exercer forte influência em seus membros (DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998; PRATTA; SANTOS, 2007), ela é essencial no processo de desenvolvimento desses (na determinação das personalidades e dos comportamentos de cada um), por

meio do processo educativo dentro do grupo (DRUMMOND; DRUMMOND FILHO, 1998), sendo na família que ocorre o processo de socialização de crianças e de adolescentes (SCHENKER; MINAYO, 2003).

Maia (2010b) define família como uma aliança estabelecida entre adultos para realização do cuidado com os mais novos (ou crianças), visando garantir a esses a sobrevivência e o desenvolvimento sadio (que abarca educação, estabilidade socioeconômica e emocional, segurança e transmissão de normas sociais e culturais).

O conceito de cultura dentro do contexto familiar é subjetivo. A transmissão cultural por parte da família pode tanto respeitar e embasar-se nos conteúdos derivados do mundo externo, como pode, ao máximo, tentar desvencilhar-se dele. As tradições culturais familiares possuem simbolismos, como crenças, valores, mitos e rituais, que caracterizam a identidade da família, que por vezes podem ser extremamente rígidas e inflexíveis (LISBOA; FÉRES-CARNEIRO; JABLONSKI, 2007) a fim de não se deixarem abalar pelas influências externas. Ainda segundo os autores:

A cultura de uma família pode construir novos significados diante das vicissitudes da sociedade ou compreender uma maneira de conservação dos pontos de vista, a fim de que a preservação e a sustentação da tradição do grupo sejam garantidas (LISBOA; FÉRES-CARNEIRO; JABLONSKI, 2007, p.54).

A família influencia intensamente o sujeito, sendo a primeira responsável pelo o que será ensinado e passado a ele, o que conseqüentemente molda parte de sua personalidade. É a família a responsável pela socialização primária, tendo dever fundamental no desenvolvimento biopsicossocial (PRATTA; SANTOS, 2007). É considerada a

instituição social básica, a qual é um componente que garante não só a sobrevivência biológica do indivíduo, mas também é a responsável pela sua proteção e socialização, transmitindo assim práticas culturais, relações sociais e de gênero e sendo a principal mediadora do sujeito com o mundo externo (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

Sendo assim, entender a família o qual o sujeito está inserido é essencial para se entender a origem de sua personalidade e de seus comportamentos, pois sua realidade dita sua forma de desenvolvimento (GAGLIOTTO; LEMBECK, 1981). A família, enquanto instituição primária de relação interpessoal da criança, será quem faz o “papel de base” no seu desenvolvimento e aprendizagem. Essa é responsável pela transmissão dos valores morais, culturais, sexuais etc., socialmente aceitos ou reprovados, e se delimita a partir da ideia que cria sobre si própria, que se torna seu conceito oficial. Sendo assim, cada família é passível de construir suas próprias crenças e criar sua própria realidade, baseada nos elementos acessíveis a ela (SARTI, 2004).

Ao refletir, portanto, sobre o papel familiar na constituição do sujeito, considera-se então a influência da família na constituição sexual do mesmo, afinal, a sexualidade se inicia na infância, nas atitudes e curiosidades infantis, conseqüentes da necessidade instintiva de satisfazer os desejos do corpo (COSTA *et al.*, 2001).

Em geral, o diálogo sobre sexualidade no ambiente familiar é limitado, quando não inexistente, ou até repressor, pois se considera que os filhos não têm sexualidade e que a mesma é exclusiva do mundo adulto, fazendo com que os pais e/ou responsáveis, muitas vezes, reprimam qualquer manifestação sexual de seus filhos (GONÇALVES; FALEIRO; MALAFAIA, 2013).

De acordo com Borges, Latorre e Schor (2006) existem fatores que influenciam a decisão da iniciação sexual na

adolescência. Dentre esses, estão os fatores individuais - idade, gênero, raça, escolaridade etc.; os fatores familiares - a relação estabelecida entre os jovens e seus pais, a estrutura familiar e supervisão parental; e a influência dos pais.

Borges, Latorre e Schor (2006) analisaram os aspectos individuais e familiares relacionados ao início da vida sexual em adolescentes entre 15 e 19 anos na capital de São Paulo, entrevistando 383 adolescentes solteiros (203 mulheres, 180 homens). Ao considerarem os dados dos participantes homens isoladamente, notaram que os fatores significativos associados à iniciação sexual incluíam (entre outros) a concordância das mães de que tenham vida sexual e a aprovação paterna da iniciação sexual independentemente do casamento. A idade média geral da primeira relação sexual dos participantes foi de 17 anos, tal como aparece na literatura. Já nas mulheres, os fatores associados a pais e mães não se relacionaram à iniciação sexual.

As opiniões dos adolescentes revelaram, portanto, que há uma diferença de atitudes e expectativas maternas e paternas em relação à conduta feminina e masculina frente à sexualidade, ou seja, os garotos parecem sentir-se mais liberados a iniciar a vida sexual independentemente do casamento, ao passo que as garotas pressentem que tal prática está em desacordo com o desejo de seus pais e mães (BORGES; LATORRE; SCHOR, 2006, p.12).

Ou seja, existe uma diferença cultural no que tange à iniciação sexual e ao seu incentivo, baseada em uma perspectiva de gênero. De acordo com Reis (1984) a sexualidade, principalmente feminina, ainda é alvo de controle por parte da família, sendo preservada a virgindade.

De acordo com Costa *et al.* (2001, p. 218) o “o papel sexual ou de gênero é um dos atributos sociais que o indivíduo interioriza no processo de socialização e refere-se ao desempenho do comportamento específico de acordo com o sexo biológico.” O desenvolvimento do papel sexual (que se determina na adolescência) necessita de pessoas complementares, a fim de que outros papéis possam ser desempenhados e vínculos afetivos possam ser formados, para que no futuro, seja possível estabelecer relações profundas de afeto.

Salienta-se então a importância da interação com outras pessoas para que haja a identificação com papéis sexuais e posterior estabelecimento de relações afetivas, pois esse se “constrói” através das relações familiares, interpessoais, valores morais, culturais, religiosos etc.

As relações interpessoais e consequentemente afetivas e sexuais são prejudicadas quando, de acordo com Chauí (1984), consideramos contextos familiares e sociais em que há a repressão sexual, definida como um conjunto de normas, leis e regras estabelecidos socialmente no que se refere à permissão ou proibição de práticas sexuais, que são definidas levando em conta os valores da família e/ou da sociedade como um todo.

No que diz respeito a repressão familiar, a mesma se habitua a controlar a sexualidade dos filhos, principalmente das mulheres. O sentimento de culpa derivado de atos sexuais vem, geralmente, da criação familiar que aborda o sexo como sendo algo errado e condenável (REIS, 1984).

A família como uma instituição que sofre influência cultural e ao mesmo tempo influencia cultural e sexualmente seus membros, será discutida em seguida utilizando-se como base para análise o filme *Dente Canino*.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Filme
Título Original	<i>Kynodontas</i>
Nome Traduzido	Dente Canino
Gênero	Drama, Thriller
Ano	2009
Local de lançamento e Idioma original	Grécia, Língua Grega
Duração	1h37min
Direção	Yorgos Lanthimos

O filme conta a estória de uma família que vive em uma casa isolada em uma zona rural. Essa é composta pelo pai (Christos Stergioglou), mãe (Michele Valley), filha mais velha (Angeliki Papoulia), filha mais nova (Mary Tsoni) e filho (Christos Passalis). O Pai é a figura de autoridade nesse núcleo familiar e o único membro a sair da residência, indo trabalhar e comprando tudo que essa precisa do lado externo.

Os filhos não têm nomes próprios, e são ensinados em casa através de um gravador de fitas, que toca as lições do dia, não tendo contato nenhum com o meio externo. A única pessoa de fora que frequenta a casa é Christina (Anna Kalaitzidou), uma moça que trabalha na mesma empresa que o pai, e é paga para ir à residência regularmente fazer sexo com o filho.

De acordo com os ensinamentos dos pais, um indivíduo só pode sair de casa após um de seus dentes caninos cair, o que significa que foi atingida a fase adulta, porém, a única maneira segura de deixar a casa é utilizando um carro, sendo permitido aprender a dirigir apenas quando o dente canino que caiu crescer novamente.

Análise Crítica

Família: educação ou autoritarismo?

O filme se inicia com os três irmãos sentados em um banheiro. Um deles coloca uma fita em um aparelho de reprodução e essa toca:

As novas palavras do dia são: Mar, Estrada, Excursão, Carabina. “Mar” é a cadeira de couro com braços de madeira, como a da sala de estar. Exemplo: Não fique de pé, sente-se no mar para que conversemos; “Estrada” é um vento muito forte; “Excursão” é um material muito pouco duradouro usado para fazer pisos. Exemplo: O lustre de cristal caiu, mas não danificou o piso, porque é 100% de excursão; “Carabina” é um lindo pássaro branco.

Somos, de imediato, apresentados a um universo à parte. As palavras que conhecemos não têm o mesmo significado. Apresenta-se ali uma outra cultura? Uma sociedade separada? Essas questões vão se desvelando ao longo da narrativa. A família, comandada pelo pai e pela mãe, funciona similarmente ao que conhecemos na realidade, porém eles criam uma nova cultura para dentro dos muros de sua residência, cultura essa composta de normas, regras e linguagem diferentes, ensinadas e impostas aos três filhos (aos quais ao longo do filme fica pouco claro se realmente são).

A família, nesse caso, funciona como uma instituição repressora em todas as instâncias para os jovens, cerceando suas existências como seres relacionais, sociais e sexuados (CHAUI, 1984; MAIA, 2010).

Os três irmãos aparentam ser jovens adultos, porém, seus modos de falar, se comportar e se relacionar é infantilizado e pouco desenvolvido. Eles competem entre si

em jogos inventados, agem de maneira agressiva (se batem por “brinquedos”), entre outros comportamentos que podem ser considerados infantis e incompatíveis com a idade que aparentam ter.

Podemos perceber aqui que o estilo parental autoritário realizado pelos pais tem o intuito de controle de seus filhos, não os direcionando à autonomia (BAUMRIND, 1966). Segundo o modelo da autora de estilos parentais

O pai autoritário tenta moldar, controlar e avaliar o comportamento e atitudes da criança de acordo com um padrão definido de conduta, geralmente absoluto, motivado teologicamente e formulado por uma autoridade superior. [...] valoriza a obediência como uma virtude e favorece medidas punitivas e vigorosas para frear a vontade própria em pontos em que as ações ou crenças da criança entram em conflito com o que ela acha que é uma conduta correta. [...] acredita em manter a criança em seu lugar, em restringir sua autonomia e em atribuir responsabilidades domésticas para inculcar o respeito pelo trabalho. [...] considera a preservação da ordem e da estrutura tradicional como um fim altamente valorizado em si. [...] não incentiva o dar e receber verbalmente, acreditando que a criança deve aceitar sua palavra pelo que é correto (BAUMRIND, 1966, p. 890).

Mesmo considerando que a autora trata de estilos parentais com crianças, notadamente o exercício desse dentro do contexto retratado no filme funciona perfeitamente, no sentido de repressão da autonomia dos filhos, tendo em vista os comportamentos infantilizados e ausência de questionamentos à realidade presente.

Os pais afirmam que a única maneira de sair é ao atingir a fase adulta, demarcada pelo evento da queda de um dos dentes caninos. Porém, sendo o mundo lá fora perigoso, só se deve sair de carro - mas aprender a dirigir requer que o canino cresça novamente.

Por não terem acesso ao mundo externo, todo o aprendizado é criado pelas figuras parentais (incluindo o significado de palavras, objetos e seres vivos). Os vídeos assistidos são caseiros (sempre filmagens da própria família), e quando escutam um disco de vinil em uma vitrola - que canta em outro idioma -, o pai traduz a canção com frases como “*Meus pais estão orgulhosos de mim porque faço o melhor que posso*” e “*Minha casa você é linda, eu te amo e nunca vou te deixar*” que pouco se relacionam com o sentido verdadeiro da música.

Observamos uma “doutinação” por parte da família, que sempre gira em torno do controle (mascarado como uma necessidade de proteção). Autores como Ceconello, De Antoni e Koller (2003), De Oliveira, Hornung e Wisniewski (2019) apontam que o estilo parental autoritário é prejudicial no desenvolvimento dos jovens, sendo as consequências negativas refletidas ao longo de todo o desenvolvimento.

Na realidade retratada, a família então funciona como única e exclusiva fonte educacional e relacional desses jovens, servindo como um agente repressor: da liberdade, da sexualidade, do acesso ao mundo externo e à realidade. Não é incentivada ou permitida a liberdade e autonomia, tendo em vista que são colocados diversos obstáculos e perigos para que os três filhos permaneçam na “redoma” criada por seus pais. Não existe mundo para além dos muros da residência, e fora desses não há chance de sobrevivência diante dos perigos.

A necessidade da interação interpessoal externa

A total falta de contato com o mundo externo imposta pelos pais, leva as irmãs a criarem um grande interesse pela única pessoa autorizada a visitar a casa: Christina. A irmã mais velha é a que mais se aproxima de Christina e,

consequentemente, recebe maiores influências externas, não só no quesito sexual, mas também descobrindo palavras, objetos e imagens até então desconhecidos.

As cenas evidenciam uma grande necessidade e animação das irmãs em estabelecer relações interpessoais com pessoas externas. Isso fica claro na cena em que Christina, após se relacionar com o irmão, vai à sala da casa esperar que o pai a leve de volta para a empresa. Ambas as irmãs estão sentadas ao seu lado no sofá. Ao dizer que precisa ir embora, o pai sugere que façam um vídeo delas. Imediatamente, as irmãs se curvam para ficar mais perto de Christina e encostá-la. A cena segue:

Irmã mais nova: *Papai, posso sentar ao lado de Christina?*

Pai: *Pode, querida.*

A Irmã mais nova troca de lugar com a mais velha, sentando ao lado de Christina e colocando seu braço em volta do dela. O Irmão chega na sala e se senta no sofá junto com elas e o pai segue a filmagem.

Também fica evidenciada a necessidade do contato com o outro (fora do contexto familiar), assim como o interesse por coisas externas (quando vemos que Christina fala de assuntos e objetos que os irmãos não conhecem, como “*pedras fosforescentes*” e “*zumbis*”). A aprendizagem dos irmãos sobre o mundo externo ocorre de maneira mínima, mas ela acontece, exclusivamente por meio dessas relações.

Ausência de identidade e opressão pelo medo

Por ser a que recebe maior influência do mundo externo através das trocas e conversas com Christina, a irmã mais velha acaba sendo também a que se “rebelar” contra o estilo de vida e cultura impostos pelos pais.

Christina leva filmes de locadora para dentro da casa, trocando-os com a irmã mais velha por sexo oral. À noite, sozinha na sala, a irmã assiste a um deles e, posteriormente, apresenta o comportamento de imitar cenas e diálogos de lutas de boxe quando está sozinha, mas ao mostrar as fitas de vídeo ao seu pai, ele a agride batendo uma das fitas em sua cabeça. Na sequência uma cena mostra um diálogo entre as irmãs

Irmã mais velha: quero que me chame de Bruce.

Irmã mais nova: quem é Bruce?

Irmã mais velha: um homem. Quando me chamar de Bruce eu responderei.

Irmã mais nova: Eu também quero um nome assim.

Irmã mais velha: Escolha um. O que quiser.

Irmã mais nova: Quero me chamar coluna vertebral.

Irmã mais velha: Não pode se chamar assim. Uma coluna vertebral é uma coluna vertebral.

A cena segue com a irmã mais nova repetidamente chamando “Bruce” e a irmã mais velha andando pelo quarto e olhando a cada chamado da irmã.

Dos Santos, Da Silva e De Souza (2019) afirmam que a família possui um papel importante na formação identitária dos adolescentes, e nessa cena observamos que na realidade criada pelos pais, os jovens eram criados sem identidades próprias a fim de manter a “realidade” construída.

Eles não possuíam nomes, não sabiam nada do mundo externo e o temiam – medo esse reforçado pela fala de que o irmão mais velho (personagem que nunca apareceu no filme) ter saído e nunca mais voltado, sendo posteriormente encenado pelo pai como morto, quando esse rasga suas roupas e se cobre de tinta vermelha, dizendo que o filho foi atacado por um gato (nessa

“realidade” definido como um animal muito feroz e perigoso).

Essa narrativa, somada a punições morais e físicas, fazia com que os filhos não tentassem sair para descobrir o que havia lá fora com medo de morrerem, mantendo assim a estrutura familiar intacta. Podemos dizer então que a repressão dos filhos era feita através do medo.

Para Foucault (1987), a repressão e autoridade mantida pelo medo é embasada em uma conduta na qual os reprimidos testemunham a punição daquele que agiu contrário a lei, o qual o soberano (no caso, o pai), mostra o castigo dado àquele que descumpriu as regras e o que espera caso outros decidam fazê-lo. O autor afirma também que esse tipo de conduta auxilia no controle pelo fato do sujeito relacionar a transgressão ao castigo e, assim “para quem a contempla, ela será infalivelmente o sinal do crime que castiga; e para quem sonha com o crime, a simples ideia do delito despertará o sinal punitivo” (p.125).

Levando em conta a narrativa, o pai abusa de sua autoridade e mostra em diversas ocasiões - tanto por meio dos castigos físicos ou verbais que dá aos filhos em seus pequenos delitos, quanto ao relatar a vida no "mundo externo" -, como será para eles caso decidam fugir, para que, conseqüentemente, os filhos associem uma possível fuga a um castigo cruel, ou até a morte.

Autoridade e gênero

Este não é o único momento de autoridade presente no filme. É visível que, hierarquicamente, o pai é superior à mãe, sendo considerado o chefe da família. Ademais, percebe-se que o pai também se coloca superior à Christina, que faz o que lhe é mandado e não questiona nada que ocorre na casa, mesmo que tudo que se passe aos olhos dela esteja fora do comum. Podemos entender que, no

momento em que Christina começa a estabelecer uma “relação” com a irmã mais velha, ela passa a ser a imagem de autoridade, já que exige que a mesma faça suas vontades em troca de objetos, entrando na lógica do oprimido se convertendo em opressor, conforme também expressa Andrade (2020)¹, ao fazer uma análise do mesmo material.

No caso de Christina, ela se torna a opressora, tendo em vista que a filha mais velha se encontra em situação hierarquicamente inferior, cuja posição vem do fato dela não ter acesso ao mundo externo, sendo que qualquer estímulo vindo deste seria para ela algo de extrema importância. Porém, o foco de opressão da narrativa está no gênero, pois é o pai que configura maior autoridade como um todo, e apesar do filho possuir a mesma criação das irmãs, é ele quem detém a autoridade sexual, por ser o único aprovado a praticá-la, e ser aquele que escolherá com quem irá se relacionar em seguida.

Podemos analisar a situação acima colocada sob a perspectiva de Louro (2000), que aponta que as mulheres são consideradas o “segundo sexo”, pois existe uma “norma” que se constitui pelo homem, heterossexual, branco (e cristão), mesmo que essa não seja explicitamente colocada. Ou seja, os homens ocupam posição social e cultural superior às mulheres, existindo uma dominação masculina em nossa sociedade.

Além disso, historicamente o homem deve sempre evidenciar sua masculinidade, enquanto a mulher deve ser submissa a ele (TORRÃO FILHO, 2005), o que é, de certa forma, evidenciado no filme, em que o filho mais velho é influenciado a manter relações sexuais e as filhas apenas devem seguir sua escolha.

¹ Em ANDRADE, C. A. O. Dente canino e Miss Violence: a “estranha onda grega” e a violência dos afetos (2020).

A (r)existência da sexualidade em uma realidade alternativa

A sexualidade é um ponto muito presente na trama, no sentido relacional - com a ausência de relações interpessoais, afetivas e eróticas externas -, e de prática em si - externa ou intrafamiliar.

Entre os irmãos, o único a manter relações sexuais desde o início do longa é o filho (em que a ação é feita de maneira “mecanizada”, como se voltada para uma suposta “necessidade biológica”), que regularmente recebe a visita de Christina em seu quarto, trazida por seu pai.

Para Altmann (2007), há um entendimento social de que homens possuem mais necessidades sexuais do que as mulheres, fato presente na narrativa, pois o irmão é o único incentivado ao ato sexual, mesmo que não demonstre satisfação em realizá-lo, já que aparenta ser sempre repetitivo e restrito a penetração vaginal.

Ademais, uma vez que Christina não pode mais comparecer para essa tarefa, o pai (após discutir com a mãe a melhor alternativa) deixa a critério do filho decidir com qual das irmãs esse quer manter relações sexuais (nesse caso, incestuosas). Para realizar a escolha, o filho é vendado e colocado dentro de uma banheira vazia, juntamente com as irmãs, utilizando o tato para escolher qual delas prefere (apalpando os corpos nus de cada uma).

Nessa e em outras cenas fica evidente a objetificação da figura feminina. O termo objetificação carrega sentido pejorativo, de acordo com Nussbaum (1995) *apud* Schmitz e Tramontina (2016), quando se refere a situações em que as “mulheres deixam de ser vistas como um ser humano e passam a ser consideradas objeto sexual” (p. 233), explicitadas principalmente nas ações do pai, em que observamos o “tratamento conferido às mulheres, no sentido de considerá-las meros objetos sexuais, a disposição dos desejos masculinos” (p. 233).

Os pais também aparecem em uma cena mantendo relações sexuais, em que cada um coloca seus fones de ouvido e realizam o ato igualmente de forma mecanizada. Além dessa cena, fica claro que não há a intenção de ensinar propriamente e adequadamente sobre sexualidade para os filhos, não existindo nenhum diálogo ou tipo de educação sexual (informal) desde a infância, como propõe Maia e Ribeiro (2011) e Nunes e Silva (2000).

De acordo com Maia e Ribeiro (2011) e Nunes e Silva (2000), família é fonte de educação sexual (informal) desde a infância, sendo essa quem ensina sobre o tema. Nesse caso, a família retratada não aparenta disponibilizar informações sobre o assunto aos filhos, e quando acontece, é propositalmente equivocada, buscando atender à propósitos próprios, como observamos nas cenas:

Os pais estão assistindo um vídeo pornô com a TV sem som.

Mãe: *Estou grávida. Um menino e uma menina. Gêmeos.*

Pai: *Meninos?*

Mãe: *Não. Um menino e uma menina.*

Pai: *Tem certeza?*

Mãe: *Tenho.*

Pai: *Trigêmeos.*

Mãe: *Seria muito.*

Pai: *Você tem razão. Gêmeos.*

Segue para outra cena. Todos estão na sala juntos:

Pai: *Logo a mãe de vocês vai dar à luz a duas crianças e um cachorro. Eu sei que algum deles vai incomodar vocês por ter que dividir o quarto, roupa ou inclusive brinquedos. Mas vocês têm que ver o lado bom: terão mais duas pessoas para cuidar. A família vai crescer e quero que aplaudam esse grande presente da mãe de vocês.*

Os filhos então têm um total desconhecimento de questões da sexualidade, pois, além de não vivenciá-la - seja através de relacionamentos interpessoais e/ou afetivos,

masturbação, sexo em si etc. -, também não sabem informações básicas sobre o assunto (como reprodução). Esse tipo de desconhecimento e repressão é muito prejudicial, tendo em vista que a sexualidade é inerente a todos os seres humanos e o esclarecimento sobre o assunto é um direito de todos (MAIA; RIBEIRO, 2011).

No que tange à iniciação sexual dos jovens, observa-se que é realizada de maneira socialmente inadequada, quando Christina, que é paga para fazer sexo com o filho, introduz a vivência da relação sexual através de “troca”, sugerindo à irmã mais velha que lamba sua vulva em troca de uma tiara que brilha. Nessa cena fica claro que a Irmã mais velha nunca havia feito isso, mas se interessa por ganhar um objeto que não tem acesso dentro de seu cárcere. Ela aceita a troca e ganha o objeto desejado, porém em nenhum momento fica claro o entendimento por parte dela de que o ato é sexual.

Figura 1. Irmã mais nova oferecendo troca de presentes por “lambidas” à irmã mais velha



Fonte: Internet Movie Database (IMDB)

A sexualidade, apesar de interditada, passa a ser alvo de interesse, mesmo que implícito, como por exemplo, nas cenas em que a filha mais velha tenta trocar a tiara com sua irmã, pedindo que ela lamba seu ombro; quando a filha mais nova deita entre as pernas da irmã, a morde na coxa; a irmã mais

nova oferece lambidas em troca de objetos e a irmã mais velha aponta locais para essa lambe (coxa, quadril e barriga).

As relações afetivas e sexuais mostradas no longa são um retrato dos papéis sexuais construídos socialmente desde o nascimento e fortemente regulado na adolescência (Costa *et al.*, 2001), influenciado por fatores culturais, parentais, sociais, religiosos etc., isto é, impostos socialmente enquanto “normas”.

Sendo assim, mesmo que os jovens nunca tenham tido contato com o mundo externo, “reproduzem” os papéis socialmente esperados (influenciados pelos ensinamentos dos pais), em que o filho é incentivado a manter relações sexuais, simplesmente por ser homem e possuir “necessidades biológicas”, e as filhas são desconsideradas enquanto seres sexuados.

Afinal, o que é a realidade?

É exposto em uma das cenas o motivo pelo qual os pais acreditam que reprimir seus filhos é a melhor alternativa. Após descobrir que Christina deu uma fita de vídeo para a filha mais velha, o pai vai até a casa dela e lhe agride, dizendo ao sair *“Tomara que seus filhos recebam os piores estímulos e se tornem maus. Desejo isso de coração. Que esse seja seu castigo por seus erros com minha família”*. Para ele os elementos externos poderiam “corromper” seus filhos e torná-los maus. Porém vemos a contradição: os pais acreditam que as coisas externas à casa são ruins e podem fazer seus filhos serem más pessoas, mas para isso fazem de tudo - inclusive coisas prejudiciais e socialmente condenáveis - para que esses permaneçam “bons” (estímulo à competitividade excessiva e violência, relações sexuais intrafamiliares, privação de liberdade, educação e interação com pessoas).

O filme já foi relacionado anteriormente à Alegoria da Caverna de Platão². Essa alegoria, feita em forma de diálogo entre Sócrates e Glauco, consiste em uma conversa sobre a situação de homens que vivem no fundo de uma caverna desde a infância, acorrentados pelas pernas e pescoço, podendo ver apenas a parede à sua frente e impossibilitados de se mover ou ver uns aos outros. A única visão possível é das sombras de homens carregando diversos tipos de objetos, projetadas pelo fogo atrás deles, e hora ou outra o som das vozes desses transeuntes.

Para esses homens prisioneiros, as sombras seriam a realidade (versão real dos objetos e pessoas), pois seria tudo que eles conhecem. Se um desses homens fosse libertado e obrigado a ver a verdade, esse possivelmente retornaria ao fundo da caverna, acreditando que, aquilo que outrora via, era a realidade verdadeira. Porém, se fosse obrigado a sair da caverna e ver a realidade, a luz do sol, o céu e o fogo, ele acreditaria que na verdade aquilo que via antes era apenas parte do todo. Ficaria então com pena de seus companheiros da caverna, que lá permaneciam na ignorância. Entretanto, se retornasse à caverna para avisar aos outros, cegado pela escuridão da caverna, e possivelmente taxado como equivocado, louco ou cego, seria executado pelos que lá permaneceram³.

² FIGUEIREDO (2018), disponível em <https://www.academia.edu/36873323/An%C3%A1lise_ao_filme_Canino_de_Yorgos_Lanthimos>; ANDRADE (2020), disponível em <<http://www.asaeca.org/imagofagia/index.php/imagofagia/article/view/1916/1674>>.

³ Resumido de: MARCONDES, D. A Alegoria da caverna: A Republica, 514a-517c. Em: MARCONDES, D. Textos Básicos de Filosofia: dos Pré Socráticos a Wittgenstein. 7a ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2007, p. 49-53; e de PORFÍRIO, F. Mito da Caverna. História do Mundo, disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/curiosidades/mito-da-caverna.htm>

O material analisado relaciona-se imensamente com essa alegoria, se pensarmos que os filhos são como os homens acorrentados no fundo da caverna. Tudo que conhecem e vivem é apenas parte da realidade. Essa relação fica ainda mais clara quando pensamos em dois pontos: (1) que durante o filme é citado um irmão que saiu da casa e acabou morrendo (que para nós é evidente que deve ter fugido). Se esse retornasse após ver o mundo real para avisar aos outros, possivelmente também seria tido com louco; (2) quando Christina, que é alguém externo à “caverna”, começa a inserir elementos da realidade dentro da família, é agredida pelo pai (que representaria os que, tomado pelo desconhecimento ou desprezo pela realidade, quer se manter e aos outros na ignorância).

As irmãs começam a ter condutas violentas com o irmão, demonstrando que o equilíbrio outrora presente naquela realidade está em declínio. A filha mais velha, mais exposta ao mundo externo através de suas conversas e “trocas” materiais com Christina, é a que se rebela.

Figura 2. Irmã mais velha após quebrar o dente canino propositalmente para atingir a fase adulta.



Fonte: Revista Desvio

Em determinado momento lhe é exigido que ocupe o lugar de Christina, por escolha do irmão, devendo ter relações sexuais com ele. Após isso, ela decide adiantar o processo de “atingir a fase adulta”, e no aniversário de bodas dos pais, vai ao banheiro e quebra seu dente canino propositalmente. Sem ser vista, ela entra no porta malas do carro do pai para esperar que esse vá trabalhar, para assim poder sair da casa.

O filme termina com a visão do carro do pai estacionado em frente à empresa, e o porta-malas fechado, sem explicitar se a filha mais velha consegue ou não sair do carro. Várias questões são consequentes a esse final: será que ela verá o mundo real? Será que, após ver que existe algo fora da sua (até então) realidade, voltaria para casa? Como se dariam suas relações após ter acesso à realidade de fato?

Considerações Finais

O filme nos possibilita pensar como a família exerce papel fundamental no desenvolvimento de seus membros, pois essa, ao mesmo tempo que é um produto, é também (re) produtora da cultura em que está inserida. Quando falamos de família, desenvolvimento e cultura, estamos voltando nosso olhar também para a sexualidade, pois essa perpassa e está presente em todas as pessoas, em suas escolhas, modos de se relacionar, se comportar e vivenciar no cotidiano.

O contexto colocado no filme é, claramente, um extremo, em que os jovens são privados da realidade e tudo que dela faz parte, porém, podemos observar que mesmo em um contexto de controle, a sexualidade (r) existe e é vivenciada de formas diversas.

As questões referentes ao gênero foram destacadas na medida em que, mesmo em um ambiente isolado do mundo externo, a hierarquia do homem em relação à mulher se fez presente, seja na ordem da casa, nas regras e

na tomada de decisões, seja nas questões sexuais, sendo reservada a esse o poder de escolha.

Além disso, podemos refletir também até que ponto a família tem poder em relação ao desenvolvimento emocional de seus membros. Qual o limite entre a proteção e o controle? Que direito têm os pais de exercer em relação aos seus filhos, de privá-los de conhecimentos de aspectos diversos da cultura? De impedir suas experiências sexuais, amorosas e afetivas? De proibi-los do direito de viverem os seus desejos eróticos e de construir a sua identidade?

Na verdade, o filme mostra uma narrativa exagerada do que os mecanismos de repressão sexual tentam fazer a todo momento, pois é sabido que em todas as instituições e contextos não é possível a construção de uma subjetividade que desconsidere a influência social e cultural em que vivemos.

Referências

- ANDRADE, C. A. O. Dente Canino e Miss Violence: a “estranha onda grega” e a violência dos afetos. **Imagofagia**, n. 21, p. 35-56, 2020.
- BASTOS, O. M.; DESLANDES, S. F. Sexualidade e o adolescente com deficiência mental: uma revisão bibliográfica. *Ciência & saúde coletiva*, v. 10, n. 2, p. 389-397, 2005. Disponível em: < <https://www.scielo.org/pdf/csc/v10n2/a17v10n2.pdf>>. Acesso em: 12 Jun. 2020.
- BAUMRIND, D. Effects of authoritative parental control on child behavior. **Child development**, p. 887-907, 1966.
- BORGES, A. L. V.; LATORRE, M. R. D. O.; SCHOR, N. Adolescência e Vida Sexual: estudo dos fatores individuais e familiares associados ao início da vida sexual de adolescentes da cidade de São Paulo. Em: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS

POPULACIONAIS, Set., 2006, Caxambu-MG, **Anais [...]**, Caxambu-MG, p. 1-16, 2006. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/issue/view/35>>.

Acesso em: 14 Jun. 2020.

CECCONELLO, A. M.; DE ANTONI, C.; KOLLER, S. H. Práticas educativas, estilos parentais e abuso físico no contexto familiar. **Psicologia em estudo**, v. 8, n. SPE, p. 45-54, 2003.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual: essa nossa (des) conhecida**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

COSTA, M. C. O.; LOPES, C. P. A.; SOUZA, R. D.; PATEL, B. N. Sexualidade na adolescência: desenvolvimento, vivência e propostas de intervenção. **Jornal de Pediatria**, v. 77, n. 2, p. 217-224, 2001. Disponível em: <<http://www.jped.com.br/conteudo/01-77-s217/port.pdf>>. Acesso em 23 Mai. 2020.

DE OLIVEIRA, A. R.; HORNUNG, C. D.; WISNIEWSKI, M. As Implicações Dos Estilos Parentais No Desenvolvimento Do Sujeito. In: JORNADA CIENTÍFICA DOS CAMPOS GERAIS, Out., 2019, Ponta Grossa-PR. **Anais [...]** Ponta Grossa-PR, 2019.

DOS SANTOS, F. M.; DA SILVA, S. K. D. B.; DE SOUZA, B. A Influência Da Família E Das Relações Sociais Na Identidade Do Adolescente. In: JORNADA CIENTÍFICA DOS CAMPOS GERAIS, Out., 2019, Ponta Grossa-PR. **Anais [...]** Ponta Grossa-PR, 2019. Disponível em: <<https://csantosanhos.com.br/revista/index.php/jornada/article/view/1301/422>>. Acesso em 10 Jun. 2020.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, Vozes, 1987. 288p

GAGLIOTTO, G. M.; LEMBECK, T. Sexualidade e adolescência: a educação sexual numa perspectiva emancipatória. **Educere et Educare**, v. 6, n. 11, 1981.

GONÇALVES, R. C.; FALEIRO, J. H.; MALAFAIA, G. Educação sexual no contexto familiar e escolar: impasses e desafios. **Holos**, v. 5, p. 251-263, 2013.

MAIA, A. C. B. Conceito amplo de Sexualidade no processo de Educação Sexual. **Psicopedagogia On Line**, 2010a.

MAIA, A. C. B. A importância das relações familiares para a sexualidade e a autoestima de pessoas com deficiência física. **Psicologia.com.pt**, 2010b. Disponível em: <<http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A0515.pdf>>. Acesso em: 15 Jun. 2020.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação Sexual: princípios para a ação. **Doxa Revista Paulista de Psicologia e Educação**, v. 15, n. 1, p. 41-51, 2011.

NUNES, C.; SILVA, E. **A Educação Sexual da Criança: polêmicas do nosso tempo**. Campinas: Autores Associados, 2000.

PAPALIA, D. E.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. Artmed Editora, 10 ed, 2013.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. dos. Família e adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. **Psicologia em estudo**, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007.

REIS, J. R. T. Família, emoção e ideologia. Em: LANE, S. T.; CODO, V. **Psicologia social: o homem em movimento**, v. 8, p. 99-124, 1984.

SANTOS, L. J. dos. **O que é cultura?** Coleção primeiros passos, Ed. Brasiliense, São Paulo, 6 ed., 1987, 73p.

SARTI, C. A. A família como ordem simbólica. **Psicologia usp**, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004.

SCHMITZ, G. A. P. D.; TRAMONTINA, R. A sociedade da informação seus reflexos na objetificação da mulher. **Revista de gênero, sexualidade e direito**, v. 2, n. 2, p. 229-242, 2016. Disponível em: <<https://indexlaw.org/index.php/revistagsd/article/view/1375/1804>>. Acesso em: 18 Jun. 2020

TORRÃO FILHO, A. Uma questão de gênero: onde o masculino e o feminino se cruzam. **Cadernos pagu**, n. 24, p. 127-152, 2005.

Capítulo 8

REPULSA AO SEXO: A OPRESSÃO SOBRE A FEMINILIDADE

George Miguel Thisoteine
Brenda Sayuri Tanaka
Andre Luiz Gellis

Introdução

Há inúmeras concepções sobre a sexualidade (CHAUÍ, 1984), o que já de início permite constatar sua relevância. Mas tal relevância se torna mais explícita quando, ao recorrer a um exemplo atual de *conceito amplo de sexualidade* (MAIA, 2010), a abrangência de campos que dialogam com a ideia de sexualidade fica mais nítida. Representações sociais, valores, modelos culturais, prazeres e disposições orgânicas, todos fazem parte de uma compreensão ampla da sexualidade, o que mostra que para se delimitar sua dimensão, não apenas cabe incidir sobre o átomo individual da relação sexual, mas sobre a relação entre indivíduo e sociedade, e mesmo de suas determinações, sobredeterminadas por estritas condições históricas.

Ainda, para se pensar sobre a sexualidade, torna-se relevante mencionar o advento da psicanálise, a partir da qual a sexualidade tornou-se realmente mais abrangente do que em outras teorias até então estabelecidas, e que contribuiu tanto para a consolidação da sexologia e até para o reconhecimento da sexualidade como um tema fundamental para a organização da vida em sociedade, do

trabalho e mesmo da construção da reflexão científica e moral (BAKHTIN, 1927; CHAUÍ, 1984).

A noção de sexualidade constituiu-se ao longo dos séculos XIX e XX como inauguração de um novo objeto de estudo para a medicina e, em especial, da psiquiatria (DAVIDSON, 2019; FOUCAULT, 2019). Assim, a sexualidade torna-se uma interessante chave para pensar o surgimento de diversos paradigmas e ideologias desse período, onde despontam teorias voltadas para a captura e descrição das personalidades, subjetividades e doenças mentais (BAKHTIN, 1927; DAVIDSON, 2019).

Nesse sentido, não se exclui a existência de uma ontologia de prazeres (FOUCAULT, 2019) particulares ou mesmo - o que seria absurdo de se afirmar - da vida sexual dos indivíduos em outros momentos. Porém, é ao se deter, mesmo que brevemente, para esse momento que será caracterizado como anterior ao surgimento da psicanálise, que se poderá isolar a categoria da sexualidade e tornar mais possível ressaltar algumas de suas características fundamentais relacionadas à psicanálise, no caso a *repressão sexual*.

Ao recorrer a Michel Foucault (2019), é possível constatar o campo histórico da sexualidade moderna. Essa constatação poderia ser resumida na relação conhecimento/experiência, ou saber/prazer, como um tipo específico de produto do poder que se institui e o qual seria dado por meio do que Foucault chamou de *hipótese repressiva*, baseada em três questões, por ele levantadas:

(1) Uma histórico-política, que levanta até que ponto mesmo os discursos críticos sobre a repressão, tidos como formas de contestação, fariam parte da rede-histórica que denunciam; (2) histórico-teórica, onde a mecânica do poder sobre a repressão é colocada como modal, onde poderiam, portanto, serem encontrados outros mecanismos além dos negativos (censura, interdição, negação, eliminação etc.)

que determinam o controle da sexualidade; (3) e, a propriamente histórica, da qual decorre a origem de uma ideologia que instaura um poder, no caso do ocidente a partir da *repressão da sexualidade*.

Desse modo, a sexualidade poderia ser pensada, de modo genérico, a partir da determinação da ordem de poder-saber-prazer presentes nos discursos de cada época. Para Foucault, o que estaria em jogo na modernidade é como a repressão sexual se constitui como o maior paradigma da narrativa sobre o indivíduo moderno. Por meio da interdição, censura e negação das formas de expressão da sexualidade é que se constituiriam as bases normativas da sociedade moderna, que se deram a partir da teologia, do direito e da medicina (FOUCAULT, 2019).

Assim, seria essa a ordem pela qual se estabeleceria o que seria e o que não seria aceito pela normatividade jurídico-social, levando a reboque, desde então, uma quantidade desbaratada de pessoas a estar em conflito e desvio em relação a esta nova instituição do imaginário social e do gozo (FOUCAULT, 1985).

Os primórdios da denúncia sobre a repressão sexual relatada por Foucault remontam a Freud em seu texto (1895[1894]) “Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada ‘neurose de angústia’”. Nele, ao analisar as possíveis causas da neurose de angústia, menciona seis possíveis casos: (1) angústia virginal, que acomete adolescentes por conta de um primeiro contato com questões sexuais; (2) angústia da recém-casada; (3) angústia de mulheres cujos maridos sofrem de ejaculação precoce; (4) bem como aquelas cujos maridos praticam coito interrompido; (5) angústia das viúvas e mulheres voluntariamente abstinentes; e, por fim, (6) angústia de climatério.

Ao observar essas seis possibilidades de situações, pode-se concluir que um importante aspecto que está em

questão na determinação de um caso de neurose de angústia é a satisfação sexual feminina. Como afirma o próprio Freud, “analisando um grande número de exemplos, é fácil nos convenceremos de que eles dependem simplesmente de a mulher obter ou não satisfação no coito” (p. 118). Ele também afirma que “não há dúvida de que, no caso das mulheres, existe ainda a questão do recalçamento intencional do círculo às representações sexuais, à qual a mulher abstinente deve estar atenta com frequência em sua luta contra a tentação” (p.130).

Assim, antes da própria consolidação da Psicanálise, Freud já se preocupava com a repressão social que incide sobre o feminino e sua sexualidade, bem como com suas consequências para a saúde e bem-estar das mulheres e a ocorrência de possíveis patologias.

No entanto, foi sobretudo a partir do texto “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade” que Sigmund Freud (1905), ao desenvolver estudos psicanalíticos sobre a constituição do sujeito a partir da origem do sexual e do erótico, elaborou uma compreensão diferente sobre sexualidade, ao discutir o fundamento inconsciente e irrefreável da sexualidade infantil. Além disso, apontou que as pessoas experienciam, desde a sua mais remota infância, a dicotomia prazer-desprazer, que possuem como finalidade o prazer ou a evitação do desprazer.

Freud também apresentou o que viria a ser uma das pedras angulares de sua teoria e de sua clínica com neuróticos, o Complexo de Édipo, fase que coincidiria na constituição da pulsão sexual, quando o cuidador que representa a função materna é tomado como objeto, o que gera a identificação mais primitiva com o sexo. Segundo Freud, essa identificação seria fundamental para a determinação do sujeito enquanto homem ou mulher. Assim, Freud não apenas estudou a sexualidade infantil,

como também a sexualidade feminina e masculina, ambos tabus sociais pouco debatidos cientificamente até então.

Freud mostrou de forma argumentativa e prática – pois curava neuróticos – que, em todos os momentos da vida o sujeito apresenta pulsões sexuais, desejos sexuais vindos do inconsciente, sobre os quais esse não tem controle, e cujo objetivo é sua realização e consequente satisfação. Inicialmente, durante a infância, as pulsões sexuais são auto eróticas, isto é, não possuem um objeto sexual externo com o qual se satisfarão. Posteriormente, a pulsão sexual adere a um objeto através do qual atinge seus objetivos.

Porém, é importante ressaltar que graças à descoberta da condição perverso-polimorfa da pulsão, Freud também pôde perceber que não há uma forma de expressão universal da sexualidade e sim uma série de modos culminantes dessa dimensão. O médico vienense investigou também a presença dos processos contingentes à constituição pulsional que poderiam, entre outros, inibir, recalcar, sublimar e inverter o objeto da pulsão, fixando-a a um determinado objeto em detrimento de outro, reiterando o caráter de grande plasticidade da pulsão. Dessa maneira, Freud rompe com a tradição médica, que vinha se desenvolvendo — e que fora largamente investigada por Foucault —, ao desvelar os elementos de uma sexualidade determinante e não mais apenas determinada, e, logo reificada.

É sabido o quanto as condições de surgimento da psicanálise se deram no afloramento de um novo campo da medicina, onde a modernidade já a todo vapor criou um novo *locus* do humano, que poderia ser visto dissociado do social, algo como um subjetivismo individualista. No entanto, os limites das teses freudianas ultrapassam as da sua época, as elaborações feitas por Sigmund Freud rompem com o compromisso ideológico (BAKHTIN, 1927)

atribuído ao próprio movimento que ficará conhecido como freudismo.

De fato, o campo psicanalítico por muito tempo não seguiu o mesmo rumo, se alinhando à ideia de que a *“consciência do homem, não é determinada pelo seu ser histórico, mas pelo ser biológico, cujo aspecto fundamental é a sexualidade”* (BAKHTIN, 1927, p.6; grifos do autor), que constituiu uma perspectiva onde por muito tempo as descobertas e argumentos de Freud sobre o inconsciente sofreram grandes reducionismos e desvios. Esses problemas só puderam ser revistos e então redirecionados a partir do que ficou conhecido no lacanismo como *retorno a Freud*.

Jacques Lacan, psicanalista francês, levando em consideração as discussões quanto ao momento histórico no qual a psicanálise se desenvolveu, bem como as questões sociais que a envolviam e as críticas feitas ao campo psicanalítico, não apenas promoveu uma leitura da experiência e articulações freudianas, como também elaborou o que pouco foi aprofundado na psicanálise até então: a clínica das Psicoses. Para ele, a psicose seria causada em decorrência da forclusão do Nome-do-Pai¹, impossibilitando que o desejo da mãe seja barrado e que uma falta seja instaurada para o sujeito, falta necessária para a base da constituição do neurótico. Além disso, a ausência do Nome-do-Pai também impediria o acesso ao campo do Simbólico (LEITE, 2010).

Nome-do-Pai e Simbólico são ideias desenvolvidas para explicar como os sujeitos falantes se relacionam com o Real

¹ Segundo Lacan, o significante foracluído seria o significante do pai, não o pai biológico, mas o pai como aquilo que apresenta o significante da Lei do Outro, denominado Nome-do-Pai. No caso da estrutura psicótica, tal significante, fundamental para a organização dos demais significantes, não advém ao campo do Simbólico. Por esta razão o psicótico seria incapaz de formar cadeias significantes (LEITE, 2010).

e o Imaginário, mas também com a função da fala e o campo da linguagem, que entre outras coisas é o meio de acesso à cultura. A principal consequência dessas ideias, portanto, é que as pessoas se relacionam com a linguagem a partir de elementos mais ou menos regulares, porém, por meio de posições diferentes, que se dividiriam em pelo menos três estruturas: neurose, psicose e perversão, cada qual fundada por relações particulares com o campo da linguagem, respectivamente: recalque, foraclusão e denegação.

Na visão da psicanálise, para um sujeito qualquer, uma organização mínima de significantes é constitutiva de seu mundo. Essa organização não é dada de entrada, ela é dada a partir de uma estrutura mínima que Freud chamou de Complexo de Édipo. A tese de Lacan é que no psicótico essa perturbação dos sentimentos de realidade, das relações com o outro, desse delírio comum que funda o sentido comum, encontra a sua razão num acidente dessa organização significativa (LEITE, 2010, p. 149).

Posteriormente, Márcio Peter aponta que Lacan propõe um modelo para se pensar a alucinação, oposto aos demais existentes

Está implícito na proposta de Lacan que o perceptum alucinatório seria anterior ao Sujeito, destituindo dessa maneira o percipiens do lugar central que antes ele ocupava na mentalidade ocidental. Assim, se são os significantes que condicionam a realidade, e não o contrário, como é a posição da psiquiatria, alguém poderá até sentir “cheiro de diabo”, fato que poderá tanto ser uma metáfora como o retorno pelo Real do que foi foracluído no Simbólico (LEITE, 2010, p. 157).

O perceptum seria um fenômeno da linguagem, cujos efeitos recairiam sobre um Sujeito (LEITE, 2010). Dessa forma, tanto a percepção considerada normal, quanto as alucinações estariam localizadas no campo da linguagem e seriam efeitos da divisão do significante, isto é, a alucinação poderia ser aferida apenas nos falantes. Enquanto, efeito induzido pela fala, a alucinação não seria determinante da psicose, como argumenta a psiquiatria, ao contrário, é mais um elemento comum e instituído pelo campo da linguagem e da sexualidade.

Além da realidade percebida, outro efeito gerado no sujeito diz respeito à sua própria constituição, que também é perpassada pelo campo do Outro. É por se identificar com algum ou alguns dos elementos por ele percebidos que o sujeito é de uma dada forma; percepção dependente de sua participação no simbólico, a qual se define pelo percurso da criança no Complexo de Édipo.

A princípio, o neurótico obtém um lugar no simbólico e a perspectiva de uma escolha entre os sexos (ser homem, ser mulher). Mas e o psicótico? Na psicose, o trajeto é o contrário. Ela mostra que a divisão não lhe serve, que o simbólico instituído não será seu caminho e por isso suas identificações, se houverem, serão mais tênues e sutis do que na neurose.

Dessa forma, a partir de uma obra cinematográfica e tendo como referencial teórico a Psicanálise, esta análise busca mostrar como as considerações construídas acerca dos gêneros são transpassadas não apenas por questões meramente biológicas, mas principalmente por elementos psíquicos e socioculturais. Além disso, também serão explicitados alguns dos elementos que corroboram para a discussão sobre a repressão social sofrida pelo gênero feminino em sua sexualidade, apresentados na década de 60, mas relevantes mesmo no século XXI.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Filme
Título Original	<i>Repulsion</i>
Nome Traduzido	Repulsa ao Sexo
Gênero	Drama, Mistério
Ano	1965
Local de lançamento e Idioma original	Reino Unido, Inglês.
Duração	1h46min
Direção	Roman Polanski

Repulsa ao sexo, como traduzido para o português no Brasil, retrata a vida da protagonista Carol, uma jovem tímida e recatada que trabalha como manicure em um salão de beleza. Carol vive com sua irmã, Helen, com quem passa a ter alguns conflitos por conta da constante presença de Michael, namorado de Helen, na casa em que as irmãs moram juntas.

Carol não aprova o relacionamento de Helen com Michael, uma vez que ele é um homem casado. Além da relação com a irmã, outra situação conflituosa pela qual a protagonista passa é com Colin, personagem que se mostra atraído por ela e constantemente tenta chamar sua atenção, inclusive convidando-a para sair. Porém, Carol não demonstra nenhum interesse em se relacionar com Colin ou com qualquer outro homem de modo geral.

Após sua irmã sair em viagem com o namorado, Carol começa, inicialmente, a ter alucinações, cujo tema é a presença de alguém em sua casa e, posteriormente, passa a ter delírios com um homem entrando em seu quarto e a estuprando. Ao mesmo tempo, ela tenta continuar frequentando seu trabalho e tendo que lidar com a presença de Colin, da qual tenta se desvencilhar, até o momento em que não consegue mais sair de casa.

Análise Crítica

Para a análise, serão destacadas três categorias temáticas: “Ser Homem e Ser Mulher na sociedade”, “Os dois polos existentes entre o Ser Mulher” e “A opressão e oposição sobre o Ser Mulher”, apresentadas e discutidas a seguir.

Ser Homem e Ser Mulher na sociedade

A partir dos personagens existentes na trama em discussão, como já foi brevemente mencionado, leva-se em conta: (1) Carol, a protagonista; (2) Helen, sua irmã; (3) Michael, namorado de Helen; (4) e Colin, enamorado por Carol. Tendo em vista que o filme fora idealizado e produzido na década de 1960, as personagens Carol e Helen correspondem à representação de mulher de sua época, bem como Michael e Colin à representação de homem. Nesse sentido, um exame desses personagens pode elucidar aspectos das representações de homem e mulher, socialmente construídas naquele dado período histórico.

Considerando os personagens Michael e Colin, observa-se manifestações mais ativas, caricatas e também altivas, quando em comparação às personagens do gênero feminino. Os personagens masculinos podem ser descritos como impulsivos, sem nenhum grau de inibição, o que também pode ser dito sobre sua sexualidade, que busca se realizar na sequência, na intenção desses personagens em satisfazer-se.

Algumas cenas em que essas características podem ser percebidas são aquelas em que Colin é incisivo com relação a seus encontros com Carol, sendo muito insistente e sempre tentando impor sobre a jovem sua perspectiva sobre as situações que ambos vivenciam juntos. O mesmo pode ser dito sobre Michael que, de forma mais agressiva

que Colin, facilmente consegue convencer Helen sobre as decisões que ela deve tomar. Ambos os personagens masculinos invadem o espaço e a privacidade de Carol de maneira constante, como é o caso da presença inconveniente de Michael que persiste em sua casa.

Porém, essa aparente atividade e falta de inibição são, na verdade, a forma como o regime de repressão discutido por Foucault (2019) incide sobre as pessoas do gênero masculino, que são levadas socialmente a performar em um tipo de sexualidade de maneira coercitiva para, assim, serem consideradas pelos demais como homens de fato (SAFFIOTI, 2019).

Isso pode ser percebido na cena em que Colin encontra-se no bar com um par de amigos que o estão a zombar por ter se apaixonado por Carol e ainda não a ter conquistado sexualmente. Percebe-se que, a partir do momento em que Colin não apresenta o padrão sexual esperado por seus colegas para um homem, introduz-se um elemento de coação que, inclusive, leva Colin a visitar e arrombar a porta da casa de Carol, invadindo ainda mais sua privacidade.

A expressão da sexualidade individual, tanto em homens quanto em mulheres, é orientada pelo que Freud chamou de identificações, produzidas ao longo de toda a vida. Segundo Laplanche e Pontalis (1991), a identificação é um “processo psicológico pelo qual um sujeito assimila um aspecto, uma propriedade, um atributo do outro e se transforma, total ou parcialmente, segundo o modelo desse outro (p. 226)”. São as identificações que compõem o ego de cada pessoa e, assim, permitem dizer que a sexualidade de cada um é constituída socialmente, na interação com o outro, como é o caso de Colin na interação com seus amigos.

Também é o caso de Helen, que parte para um outro, como uma referência, mas sempre se supõe um valor maior

(um Outro), o que explicita a ideia de Freud de que “o que leva os homens [e também as mulheres] a compartilhar de interesses importantes produz essa comunhão de sentimento, essas identificações. E a estrutura da sociedade humana se baseia nelas (FREUD, 1933[1932], p.255)”. Mas, seria esse o caso de Carol?

Os dois polos existentes entre o Ser Mulher

Com relação à representação feminina, pode-se dizer que os elementos de inibição em relação não apenas à sexualidade, mas também em outros âmbitos da vida pessoal, são mais evidentes do que com relação à representação masculina. A inibição não necessariamente é uma manifestação patológica e seria, nas palavras de Freud (1926), uma “*restrição normal de uma função*”, sendo a função sexual uma das quais pode vir a sofrer inibição de variadas maneiras, inclusive as patológicas.

No filme de Polanski, é possível identificar dois polos do *ser mulher*, representados pelas duas irmãs. A partir da personagem Helen, pode-se constatar uma tentativa de ser sexualmente mais ativa, característica fortemente presente no ser homem. Helen namora com Michael, um homem casado que frequenta sua casa e com quem inclusive planeja uma longa viagem, o que demonstra certa independência por parte da personagem. Ela com frequência usa vestidos e maquiagem para se mostrar sensual aos olhos de seu parceiro, em uma tentativa de se tornar aquilo que pensa ser para ele a mulher ideal, fantasia por ela criada e que acaba a colocando em uma competição simbólica com a esposa de Michael.

Além disso, Helen demonstra não se incomodar em deixar sua sexualidade explícita aos demais, como é o caso das cenas em que suas relações sexuais com Michael podem ser ouvidas por Carol durante a noite, colocando-a

em uma posição de superioridade como mulher adulta e irmã mais velha.

Dessa forma, Helen representa a tentativa feminina de expressão e libertação de uma sexualidade que é constantemente negada e reprimida pela sociedade (CHAUI, 1984). Porém, ao se analisar melhor a expressão da sexualidade de Helen, nota-se que ela é contingente aos desejos de Michael, que já possui uma presença mais impositiva por sua posição social de homem.

Helen tenta se manter constantemente desejável para Michael, na tentativa de não o perder, e com isso não perder a si mesma, já que ele possui outro relacionamento de maior estabilidade do que aquele que ambos possuem juntos. Além disso, seu lado sensual é mais expressivo no ambiente doméstico, isto é, em sua casa e na presença de Michael, não havendo cenas em que expresse sua sexualidade em ambientes mais públicos.

Acrescido de tais análises é possível notar também que Helen mostra-se insatisfeita em alguns momentos, ao empreender tantos esforços que poderiam levar a se emancipar sexualmente, mas acaba sempre encontrando barreiras relacionadas à figura de Michael, por ter se identificado como seu objeto de desejo e por não conseguir satisfazê-lo a todo momento.

Contribui também para sua insatisfação o fato de Michael não demonstrar retribuição tentando satisfazer os desejos dela, indicativo de que ela constantemente não consegue alcançar a fantasia de mulher ideal que tanto deseja se tornar para ele, como é o caso da cena em que ele não fica em sua casa para tomar o café que ela havia preparado para agradá-lo; quando Michael a convida para jantar fora e na verdade ela gostaria de ter cozinhado para ele, ou nos momentos em que Helen precisa insistir para que viagem juntos.

Já quanto a Carol, ela é uma bela jovem que trabalha e anda sempre bem vestida, sem mencionar o fato de ela corresponder ao padrão de beleza eurocêntrico: jovem magra, loira e de olhos claros. Esta personagem poderia ser descrita como mais “recatada” do que Helen, isto é, Carol corresponde mais às expectativas sociais majoritárias da época com relação à sexualidade feminina do que a irmã.

Assim, a inibição aparenta estar muito mais presente em Carol do que em Helen e, segundo Freud (1926), o abandono da função sexual pode estar relacionado ao desencadeamento da angústia no caso de sua realização, levando a um sintoma defensivo de *repulsa ao sexo*, que inclusive é a tradução do nome do filme para o português.

Carol não demonstra interesse por assuntos que envolvem sexualidade e relacionamentos, mostrando até mesmo aversão a eles, como quando está conversando com sua amiga de trabalho e repentinamente interrompe suas manifestações de alegria, mudando para uma expressão neutra que parece demonstrar incômodo, após a moça mencionar sobre seu namorado à protagonista.

A jovem em vários momentos também atua como elemento de censura com relação à sexualidade de sua irmã, que para ela é tão explícita, a partir de demonstrações de desaprovação com relação ao relacionamento de Helen com Michael, bem como quando pergunta quanto tempo ele ficará em sua casa e também pedindo à irmã para não viajar com o namorado.

A indiferença de Carol diante de questões sexuais não a impede de ser alvo de várias investidas por parte de homens, desde flertes (como é o caso de Colin) até assédios sexuais (por parte de pedreiros na rua), situações em que não se mostra ativa para responder ou expressar qualquer emoção.

Nessas situações, a jovem tenta seguir seu caminho e afazeres rotineiros, mantendo a postura passiva que

socialmente se espera de uma mulher. Por esse mesmo motivo ela acaba tendo problemas com Colin que, ao não se sentir correspondido afetiva e sexualmente, torna-se mais incisivo em conquistá-la, levando a experiências cada vez mais desagradáveis para a jovem, que passa a tentar se esquivar.

Assim, por meio das duas personagens, percebe-se que ambos os polos do ser mulher e sua sexualidade, apesar de diferentes, estão relacionados a uma opressão que equivale à objetificação feminina imposta socialmente, em benefício dos desejos masculinos. No caso de Helen, isso fica explícito em sua tentativa de realização antecipada dos desejos sexuais de Michael por meio de sua sensualidade, para mantê-lo atraído por ela. Já no caso de Carol, suas atitudes recatadas e as dificuldades que encontra com relação a Colin, que a tem como seu objeto de desejo e tenta a objetificar sexualmente, podem não representar só o que aparentam.

A opressão e oposição ao Ser Mulher

Carol, apesar da representação a que está ligada - o que num primeiro momento poderia ser captado como sua feminilidade ou o seu modo de ser mulher -, também mostra que é uma forma de resistir a essa mesma imposição imaginária de feminino que a sociedade tenta imputar sobre as mulheres através do regime de repressão. Considerando as alucinações e delírios que a jovem passa a apresentar, uma interpretação que seria possível é dada a partir da obra já mencionada de Freud (1895[1894]), “Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada ‘neurose de angústia’”.

Carol poderia ser mais uma ilustração de um quadro de “angústia virginal”, no qual, segundo Freud (1895[1894]), “os grupos de representações aos quais a excitação sexual

somática deveria ligar-se ainda não estão suficientemente desenvolvidos (p.129)”. Esse tipo de histeria se desenvolveria em adolescentes ou jovens adultas a partir de seu primeiro contato com questões sexuais, como por exemplo a visão do ato sexual.

Isso está diretamente relacionado às experiências recentes de Carol que, além de presenciar o relacionamento de sua irmã e ouvir suas relações sexuais com Michael, também passa a ser paquerada por Colin. Porém, ao se pensar na psicanálise lacaniana, o caso da protagonista poderia ser visto a partir de outra ótica, sendo interpretado como o de uma *estrutura psicótica*.

Como já se afirmou, a sexualidade é constituída socialmente e, por isso, a psicanálise, mais especificamente a psicanálise lacaniana, consegue sustentar que ela se constitui a partir do Outro (LEITE, 2010), afinal, não há sociedade que não tenha por base o simbólico. As cantadas e abusos de homens, as ordens e cuidados que recebe no trabalho e também de sua irmã mais velha são cenas nas quais, apesar de fazerem parte do que corresponde ao lugar ocupado pela mulher naquela sociedade, são parte de um contexto mais amplo do conflito enfrentado por Carol, que visivelmente luta com os recursos objetivos e subjetivos que possui.

Nesse sentido, as cenas de alucinações, que poderiam ser vistas como expressão de uma doença mental, podem ser vistas de outra forma, a partir de uma posição mais crítica e orientada pela psicanálise. As expressões *psicóticas* de Carol são também formas de elaborar a violência da linguagem sobre o indivíduo.

Ou seja, as representações sobre gênero e sexo, bem como as regras de comportamento sociais relacionadas aos gêneros, são instituições da cultura que, por meio da linguagem, tornam-se condições ontológicas inexoráveis para a vida de Carol, e de todo indivíduo moderno. Com

isso, e após conhecer os conflitos vividos pela protagonista do filme, fica evidente que no mínimo essa ordem instituída não a serve.

Destaca-se a possível *condição psicótica* da personagem, pois permite uma análise de que as alucinações e os delírios apresentados pelo filme mostram-se relacionados a tudo que é aversivo e insuportável para a jovem. São, antes de qualquer condição de juízo de morbidez médica, as construções do inconsciente por meio das quais Carol tenta lidar com a cultura americana da década de 60 que, em sua estrutura e elementos essenciais, muito se assemelha a dos dias de hoje (DAVIS, 1981; SAFFIOTI, 2004).

Com a constante presença de Michael em sua casa, que corresponde ao ambiente mais íntimo de Carol, e a aproximação de um contexto da vida sexual que se torna mais explícito (indiretamente pela relação que possui com Helen), a protagonista começa a ter alucinações. As paredes de sua casa, que simbolicamente costuma representar um lugar no qual as pessoas se recolhem consigo mesmas e se sentem seguras, começam a rachar até que, por fim, dos buracos das rachaduras saem mãos para tocar o corpo de Carol, podendo ser interpretada como uma cena de forte invasão.

As vulgaratas de Colin também são um fator de construção da realidade, a partir de Carol no filme, à medida que ele se torna mais incisivo, mais presente fisicamente e direto em suas intenções com Carol. Ao invés de ela reagir, rejeitando-o, essa relação passa a acontecer consigo mesma, a partir de delírios em que se vê perseguida por um homem que adentra a sua casa, após se encontrar sozinha em decorrência da viagem de Helen e Michael.

Não à toa, esse homem é representado pelo pedreiro que lhe dirige uma cantada na rua ainda no início do filme e também não por acaso chega inclusive a estuprá-la mais de

uma vez ao longo das noites, o que para os espectadores fica evidente como clímax da construção do delírio.

Para a psicanálise, essas situações podem ser entendidas como a forma da construção da sexualidade e da realidade na *psicose*. É o mecanismo de identificação o principal meio de construção da realidade interna (LAPLANCHE; PONTALIS, 1991).

No entanto, na *psicose*, poder-se-ia apontar que essas ligações são mais tênues (QUINET, 1997). Para o *psicótico*, o mundo se daria em referência a seu corpo e, por isso, seria representativamente reconstruído a partir do autoerotismo pulsional. A fragmentação que o corpo na *psicose* experiencia é indissociável da própria construção da sua personalidade, pois esse seria um fator quase que inevitável do mecanismo do delírio (meio de seu acesso à linguagem).

No entanto, independentemente da estrutura que apresenta, uma vez que todo sujeito possui sexualidade, ele está posicionado de alguma forma em relação à cultura. Dessa maneira, apesar da civilização fortemente repressiva na qual se insere, que tenta destituir das mulheres um atributo tão importante que é o reconhecimento da sexualidade, não se pode excluir o fato de que Carol também apresenta desejos sexuais, inclusive inconscientes. No caso de Carol, a presença de seus desejos sexuais inconscientes aparece através de um conflito representado em seus delírios.

Este conflito começa a se explicitar no momento em que Carol — após já haver alucinado de que havia sido estuprada pelo homem que invade sua casa — no dia seguinte vai até o quarto de sua irmã e passa um de seus batons vermelhos antes de anoitecer, alucinando novamente com outra cena de estupro logo em seguida.

A cena do batom mencionada tem um duplo valor, sendo o primeiro o de demonstrar uma possível e frágil

identificação de Carol com Helen, já que a irmã utiliza de maquiagens como elemento simbólico de sua sexualidade, indicando uma manifestação da sexualidade reprimida de Carol e que é reproduzida pela via do imaginário.

Em segundo lugar, tal cena revela o conflito interno de Carol, pois não podendo realizar seus desejos sexuais por conta das barreiras sociais, o delírio da violência sexual — presente ao longo do filme com diferentes intensidades com os homens — insere Carol em uma vivência sexual, que não possui de outras formas. Entretanto, esse conflito também tem relação com a necessidade ideológica da repressão sexual de manter as mulheres em uma posição feminina de sujeito não desejante e de objeto do desejo masculino.

O teor violento desta forma de realização dos desejos encontrada pelo inconsciente da protagonista para conciliar duas demandas distintas se relaciona com a forma também violenta que o campo da linguagem invade a subjetividade ao impor um lugar social a ser assumido pelo sujeito.

Nota-se, ainda, que o delírio foi desencadeado pela frequente presença de representações ligadas ao masculino em sua vida atual e para a qual, após não mais conseguir manter atitudes passivas, ela em geral apresenta duas reações: uma tentativa de distanciamento, ou uma tentativa mais radical de eliminação dessas representações. Ambas as reações demonstram a aversão que Carol passa a sentir por tais representações, que se caracterizaram cada vez mais como invasivas em sua vida e até em seu corpo.

Quando o delírio não é mais suficiente para que Carol consiga lidar, à sua maneira, com a imposição imaginária de seu lugar social como mulher e com a invasão masculina, ela tem passagens ao ato, que podem ser consideradas uma tentativa real de eliminação do masculino. Para ilustração,

podem ser citadas as cenas em que agride Colin até a morte após ter a porta de seu apartamento arrombada por ele, bem como o assassinato do cobrador de aluguel, que tentou estuprá-la em sua própria casa.

Segundo Laplanche e Pontalis (1991, p.390), a determinante da estrutura psicótica na psicanálise:

é numa perturbação primária da relação libidinal com a realidade que a teoria psicanalítica vê o denominador comum das psicoses, onde a maioria dos sintomas manifestos (particularmente a construção delirante) são tentativas secundárias de restauração do laço objetal.

Prova disso presente no filme é o fato de, nas cenas finais, Carol ser encontrada em situação de extrema fragilidade, sem condições até mesmo de falar, após ter cometido dois assassinatos em sua casa. Portanto, o conflito presente no delírio de Carol revela como a protagonista não consegue se manter e sustentar por muito tempo a posição na qual foi colocada, o que acarretou à protagonista consequências psíquicas, mas também a forma singular como se relaciona com a ideologia repressiva implícita ao filme.

Considerações Finais

Certamente, essas questões só podem ser compreendidas ao se levar em conta que a sexualidade possui categorias próprias e, por isso, exige um tratamento epistemológico rigoroso, de modo que seja reconhecido o viés de cada abordagem que se aproxima dela (históricos, teóricos, antropológicos, entre outros), a fim de não reduzi-la a uma ideia única de sexualidade ou de suas determinantes. A psicanálise, que além de uma teoria é uma clínica, oferece elementos de intersecção com a

sexualidade, além de elementos teórico-metodológicos suficientes para investigações na área.

Apesar de muitas críticas pertinentes que são desenvolvidas à psicanálise pelos estudos de gênero, esse trabalho mostra o quanto a apreciação que a psicanálise faz sobre a relação do sujeito humano com o seu gênero não é inata ou um dado biológico. Existe sim uma condição de estruturação do sujeito que a psicanálise preconiza que, assim como no gênero dramático (ROSENFELD, 1985), poderia ser resumida pelo conflito do Eu e o mundo. Um conflito no qual a psicanálise busca por regularidades de elaboração e resolução, mas do qual jamais reduzirá as singularidades e idiosincrasias de cada indivíduo.

O filme de Polanski pode ser visto de fato como as vicissitudes trágicas da vida de uma jovem doente mental. Entretanto, pouco após explorar alguns conflitos idiossincráticos da personagem de Carol, chega-se a uma complexidade de relações. Apesar de a narrativa se passar por uma subjetividade tida como desviante, ela também mostra que a sexualidade, o prazer e o desejo não têm um lugar único, como a civilização e as grandes narrativas objetivam naturalizar.

Dessa forma, *Repulsa ao sexo* permite pensar: (a) a ordem subjetiva, uma vez que a psicose não como um problema, mas um elemento que leva a refletir sobre que outros caminhos pode se tomar a existência particular; (b) sobre a complexidade da organização da sexualidade, que por parte do sujeito, é intrínseca a todas as formações originárias do psiquismo, pois depende da ordem pulsional sobre o corpo e que parte também de elementos culturais com os quais, o mesmo sujeito, entrará em contato por toda a sua vida.

A psicose, se considerada como uma categoria subjetiva, e não apenas neuroquímica ou neurológica, permite materializar um novo viés: no qual a realidade

partilhada convive com diferentes modos de relação com o corpo, com os objetos e sobretudo, que isso se dá por meio dos prazeres.

Como a psicose não mais se encontra apenas por perspectivas retrógradadas, como um elemento refratário, ela torna-se uma condição de existência da qual decorre uma oposição direta aos padrões estabelecidos. No entanto, uma nova forma de viver pode ser mais do que antagonismo, pode ser tornar outra via, não para uma, mas para milhões de pessoas que não encontram mais em suas vidas significado, sentido e futuro.

Não é leviano que essa discussão tenha sido proporcionada a partir de um filme hollywoodiano, de um diretor acusado e condenado por inúmeros casos de violências, abusos e que seria marcado por uma violência irreparável alguns anos depois pelo assassinato de sua mulher, então grávida.

Assim, as questões que foram levantados se deram *in locus* do que é idiossincrático à vida do indivíduo moderno: a subjetividade e o seu meio social; os elementos que puderam ser levantados mostram que essa pertinência é de onde se partiu para pensar sobre a sexualidade do sujeito, sempre a partir de sua cultura e de seu tempo, onde nada será tão impertinente quanto o inconsciente, nem tão existente quanto o real para seguir a investigação.

Referências

BAKHTIN, M. **O freudismo**: Um esboço crítico, 1927. São Paulo: Perspectiva, 2011.

CHAUÍ, M. **Repressão sexual**: essa nossa (des) conhecida. São Paulo: Editora Brasiliense, 1984.

- DAVISON, A. **O surgimento da sexualidade: epistemologia histórica e a formação de conceitos.** Belo Horizonte: Editora Âyné, 2019.
- DAVIS, A. **Mulheres, Raça e Classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.
- FOUCAULT, M. **História da sexualidade 1: A vontade de saber.** Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Guerra, e. 9, 2019.
- FREUD, S. **Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud.** Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- FREUD, S. **Sobre os critérios para destacar da neurastenia uma síndrome particular intitulada 'neurose de angústia'.** v.3, 1895[1894].
- FREUD, S. **Três ensaios sobre a teoria da sexualidade.** v.7, 1905.
- FREUD, S. **Inibição, sintoma e angústia.** v.20, 1926.
- FREUD, S. **Por que a guerra?** v.22, 1933[1932].
- LAPLANCHE, PONTALIS. **Vocabulário de Psicanálise.** São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- LEITE, M. P. S. **Psicanálise lacaniana: Cinco seminários para analistas kleinianos.** São Paulo: Iluminuras, 2010.
- MAIA, A. C. B. **Conceito amplo de sexualidade. Psicopedagogia online: Educação e Saúde,** 2010.
- QUINET, A. **Teoria e Clínica da Psicose.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- ROSENFELD, A. **O teatro épico.** São Paulo: Perspectiva, 1985.
- SAFFIOTI, H. I. B. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2019.

Capítulo 9

BROOKLYN NINE-NINE: DISCUSSÕES SOBRE A BISSEXUALIDADE DE ROSA DIAZ

Ana Beatriz Venturin
Bianca Longhitano

Introdução

Partimos de um local privilegiado a respeito do entendimento e definição da sexualidade como fluida, presente no corpo, influenciada pela cultura e sociedade e, cheia de seus pormenores, o estudo sobre bissexualidade e pansexualidade¹ não se faz fácil de ser encontrado e, muitas vezes, não é presente. Diversos estudos apontam como a categoria bissexual se faz marginalizada, mesmo dentro de estudos de sexualidade e gênero (KLESSE, 2018; ANGELIDES, 2001; ROSA, 2017).

Uma das hipóteses mais aceitas dentro dos estudos sobre o tema é que a bissexualidade apresenta um grande problema que a faz mais desinteressante ou menos compreensível: ela não se encaixa perfeitamente em binarismos. Nossa sociedade é guiada por uma lógica binária, e o campo da sexualidade e gênero não conseguiu se desamarrar totalmente dessa lógica. Dessa forma, pensa-se em gay ou hétero, homem ou mulher, colocando a bissexualidade, pansexualidade, o não-binarismo de gênero etc., em um lugar perto da invisibilidade.

¹ Atração por pessoa independentemente de seu gênero, muitas vezes utilizado para inclusão de pessoas *queer*, não-binárias, gênero fluido etc. O uso do prefixo “pan” apareceu como proposta que rompe com a lógica binária de gênero.

Nesse tópico, Lewis (2012) aponta que o apagamento da bissexualidade tende a se apresentar de três maneiras: a negação da existência da bissexualidade, a noção de que a bissexualidade consiste em uma fase e a insistência em classificar as pessoas ou como heterossexuais ou como homossexuais voltando-se, portanto, para a questão da lógica binária.

Além disso, ainda segundo essa autora, as performances identitárias bissexuais são constantemente vistas como ameaças às identidades homossexuais, que por si só são muito difíceis de legitimar na opinião pública. Dessa forma, bissexuais podem sofrer uma discriminação específica vindo tanto de heterossexuais como de homossexuais (LEWIS, 2012).

Para esses grupos serem incluídos, utiliza-se com cada vez mais frequência a *teoria queer*, criada por Judith Butler. A *teoria queer* propõe visões menos categóricas da sexualidade, trazendo para a discussão a própria construção do corpo, de gênero e de sexualidade. Para Louro (2004), a *teoria queer* é o estudo do que é estranho, incomum, do que não se encaixa em regras pré-existentes. A maioria dos estudos utilizados no presente capítulo se debruça sobre essa teoria de forma a embasar as discussões sobre as identidades não binárias, como a bissexualidade.

A bissexualidade não tem uma definição fácil e concreta (KLESSE, 2018; SANDFORT, DODGE, 2008). Alguns estudos preferem definir, portanto, o comportamento bissexual ao invés da categoria bissexual, de forma que pessoas que não se consideram bissexuais, mas possuam comportamentos bissexuais, possam ser incluídas em algumas análises.

Segundo Sandfort e Dodge (2008), uma pessoa com comportamento bissexual é um indivíduo que participa de atividades de cunho sexual com homens, mulheres e, às vezes, parceiros trans² em um certo período de tempo. Essa definição

² Pessoas que não se identificam pertencentes ao gênero designado a partir do sexo biológico.

leva em conta a dificuldade de se estabelecer dentro de uma identidade bissexual, assim como a fluidez da sexualidade.

Porém, essa definição desconsidera pessoas não-binárias, *queers*³, gêneros fluidos⁴ etc., utilizando-se do sexo biológico (homens e mulheres) e não o gênero (masculino e feminino) dos indivíduos. Dessa forma, utiliza-se no presente estudo a seguinte definição: o comportamento bissexual é um comportamento de cunho sexual e/ou romântico direcionado aos gêneros feminino, masculino e possivelmente outras possibilidades de identificação de gênero. A vantagem da utilização dessa forma de descrição é a inclusão de pessoas trans, *queers*, não-binárias etc., de forma não preconceituosa.

Lago (1999) apresenta que a bissexualidade não é homogênea, possuindo diversas formas de expressão, que variam de pessoa para pessoa, não sendo correto afirmar que pessoas bissexuais sentem atração em níveis iguais entre homens e mulheres. Bissexuais podem apresentar preferências por um determinado gênero, e ter formas específicas de se relacionar com cada um dos gêneros, sendo, portanto, um grupo extremamente heterogêneo e cheio de particularidades.

Outra questão se refere a duas grandes divisões sobre a bissexualidade durante a sua história. Uma delas afirma que, na verdade, a bissexualidade é universal, de forma que todo mundo se encaixaria nessa identidade. Essa hipótese foi trazida por Freud e teve grande disseminação na comunidade científica. A outra concepção se refere a bissexualidade estar ligada à dificuldade de se decidir ou a dificuldade de se assumir

³ Pessoa estranha, que não deseja ser integrada. Isto é, que não “cabem em uma caixinha”; Sujeito da sexualidade desviante - homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, *drags* (LOURO, 2004).

⁴ Pessoa que não se restringe a um gênero dominante, podendo expressar gêneros de diversas formas.

homossexual, taxando esse grupo como uma farsa, uma população “em cima do muro” (KLESSE, 2018).

Klesse (2018) tem um importante apontamento a respeito da posição de alguns ativistas bissexuais. Enquanto alguns deles exploram a possibilidade de tomar a bissexualidade como um ponto de partida para a quebra de relações dualísticas e do poder hetero-patriarcal dentro de gênero e relações sexuais e românticas, outros ativistas querem estabelecer a bissexualidade como uma terceira categoria dentro das orientações sexuais. Vemos que além das diferenças sobre as definições e ao expressar a sexualidade, o grupo tem diferenças também ao se posicionar de forma política.

Na prática, o binarismo de gênero e as estruturas patriarcais de relacionamentos ainda aparecem constantemente na cena bissexual como modelos a serem seguidos. Dessa forma, é esperado que mulheres tenham comportamentos sexuais - mas não românticos - com outras mulheres, de forma a satisfazer o desejo masculino, e homens bissexuais são invisibilizados e, muitas vezes, tratados e discriminados como homens gays (GUSMANO, 2018).

Ao falarmos de saúde, Feinstein e Dyar (2017) apontam que a bissexualidade se apresenta como fator de risco para problemas de saúde como transtornos psicológicos (distúrbios de humor e ansiedade), uso de substâncias, problemas de cunho sexual, sendo que a população monossexual (heterossexuais e homossexuais) apresenta menores taxas desses problemas. Sandfort e Dodge (2008) apontam também o papel da raça como aumentativo para a ocorrência desses problemas, implicando na interseccionalidade da questão.

Diante do exposto, é compreensível que a população bissexual esteja sujeita a um tipo de discriminação específico, chamado de bifobia, que se refere aos fenômenos apontados anteriormente, causando a

invisibilidade bissexual. Além disso, Rosa (2017) aponta que bissexuais estão sujeitos à homofobia quando apresentam comportamentos homoeróticos, mas também a exclusão da comunidade LGBTQIA+⁵ pela falta de aceitação da possibilidade de um indivíduo nutrir desejos por dois ou mais gêneros. Rosa também aponta que a bifobia pode ser tão danosa quanto a homofobia.

Considera-se então, que essa população constantemente sofre homofobia e bifobia, resultando em diversos problemas de saúde mental e discriminação e preconceito. Além disso, no meio social e acadêmico, acaba sendo uma categoria invisibilizada ou marginalizada, por isso a elegemos para dar o destaque que merece e incentivar outros/as pessoas e pesquisadores/as a aprofundar a reflexão e o estudo dessa categoria, assim como as demais dissidentes.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Série
Título Original	<i>Brooklyn Nine-Nine</i> (Temporada 5, episódio 10: <i>Game Night</i>)
Nome Traduzido	<i>Brooklyn Nine-Nine: Noite de Jogos</i>
Gênero	Comédia
Ano	2017
Local de lançamento e Idioma original	Estados Unidos, inglês
Duração	21 minutos e 52 segundos (episódio)
Direção	Tristram Shapeero

⁵ Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans (Transsexuais, Transgêneros, Travestis), Queer, Intersexo, Assexuais e Arromânticos. + (inclui demais pessoas “desviantes”).

A série se trata de uma comédia sobre uma delegacia policial. Neste episódio, a personagem Rosa Diaz se assume bissexual para seus colegas de trabalho e, no decorrer do episódio, para seus pais. Ao se assumir para seus colegas, ela menciona o quanto é difícil falar sobre sua vida pessoal, já que Rosa é uma personagem extremamente reservada, do tipo “dura”. A reação dos seus colegas, porém, é bastante tranquila.

Rosa decide que contará aos seus pais depois de uma conversa com Jake, seu amigo de trabalho. Ela decide contar aos seus pais na presença de Jake em um restaurante, mas seus pais dizem saber o que está acontecendo, supondo que ela está em um relacionamento amoroso com Jake. As coisas se complicam quando a noiva de Jake liga para ele e os pais de Rosa percebem que ele está em outro relacionamento, contudo, os pais de Rosa dizem que entendem, que relacionamentos são complicados, e que eles estão aliviados pois acharam que Rosa iria se assumir gay no jantar. Com essa informação, Rosa fica enfurecida, revela sua sexualidade e sai do restaurante.

A trama continua quando seus pais a chamam para a tradicional noite de jogos em sua casa, para o qual ela também leva Jake. Nessa noite, apesar de Rosa ter recebido uma mensagem dos pais dizendo que estava “tudo bem”, eles fazem diversos comentários preconceituosos, implicando que, não só bissexualidade não existe, mas que ela casaria com um homem no final, teria filhos com ele, e que, portanto, não teria problema ela passar por essa “fase”. Rosa de novo tenta explicar o que ela sente, mas ao perceber a relutância de seus pais, sai novamente do local.

No dia seguinte, seu pai vai até a delegacia para conversar com Rosa, afirmando que, apesar de ser difícil para ele, ele fez as pazes com a informação, mas não pode

dizer o mesmo sobre a mãe da personagem. O pai também cancela a tradição de noites de jogos por causa do incômodo de sua esposa.

O episódio acaba quando os colegas do trabalho aparecem na casa de Rosa para uma “noite de jogos em família”, dizendo que aconteceria toda a semana. O Capitão de Rosa, abertamente gay, conversa com ela de forma a se demonstrar orgulhoso e grato pela coragem de assumir quem realmente é.

Análise Crítica

Rosa Diaz é uma personagem com descendência latino-americana, nascida nos Estados Unidos. Seus pais, portanto, carregam em seus valores e costumes a cultura latino-americana e esse é um ponto imprescindível para a análise do contexto em que a personagem está inserida. Muitas vezes durante a série, Rosa traz sua etnia para questões da trama e o faz com muito orgulho e sensatez. A série, de modo geral, inclui personagens de diferentes realidades para falarem de suas vivências e dar visibilidade, sem satirizar e estereotipar como as comédias norte-americanas comumente fazem. Neste sentido, quando *Brooklyn Nine-Nine* colocou em evidência a bissexualidade de Rosa, o fez com muita responsabilidade e cuidado.

Rosa, quando conta a seus colegas que é bissexual, depara-se com perguntas muito comuns sobre esse assunto e se mostra preparada para isso. Scully, detetive mais velho e que, muitas vezes, fetichiza mulheres, tentou perguntar, mas foi rapidamente ignorado por Rosa, que se atentou a perguntas como: “*desde quando sabe?*”, “*por que decidiu nos contar?*” etc. Rosa demonstrou lidar com a bifobia de forma a ignorar uma possível pergunta bifóbica.

Embora seja uma personagem “durona”, que não compartilha seus sentimentos e repulsa demonstrações de

carinho, mostrou-se vulnerável para Jake ao perguntar se havia sido esquisita ao se assumir bissexual para os colegas. Jake a acolhe e a faz sentir compreendida e, assim, ela se sentiu mais confortável ao levá-lo para a conversa com os pais.

Entende-se que, nesse momento, Rosa precisou de uma rede de apoio para lidar com o momento de “sair do armário” e, já que Jake havia sido tão compreensivo, levou-o como forma de se sentir segura. Jake, porém, não sabia que o convite de Rosa era para essa situação em específico e se sentiu, a princípio, desconfortável, mas depois entendeu a importância de seu papel como amigo para apoiá-la e tentou ajudá-la.

A primeira reação preconceituosa dos pais foi manifestada antes mesmo de Rosa se revelar bissexual. Ao presumirem que a notícia era que Rosa estava em um relacionamento com Jake, e depois notarem no telefone de Jake que ele tinha uma noiva, disseram que “*relacionamentos são complicados mesmo*” e se mostraram compreensivos, que se sentiam aliviados, já que achavam que ela iria contar que era gay.

Essa fala representa muito os padrões heteronormativos impostos, já que os pais de Rosa se mostram mais satisfeitos com a possibilidade da filha estar engajada em um relacionamento heterossexual extraconjugal, do que com a chance de a filha estar feliz com outra mulher. A felicidade de Rosa não foi levada em conta e, sim, seguir ou não o imposto por uma cultura lgbtfóbica. Então, Rosa enraivecida “sai do armário” e deixa os pais jantando sozinhos.

A próxima conversa com os pais é na tradicional noite de jogos da família, na qual Rosa acredita estar resolvida a situação de conflito familiar, uma vez que recebeu uma mensagem dos pais dizendo que estava “tudo bem”. Na noite, o pai de Rosa começa falando que estão bem, pois

acreditam que bissexualidade não existe e que, assim, Rosa ainda poderia se casar com um homem e ter filhos. O “tudo bem” dos pais tem mais a ver com o fato deles acreditarem que a bissexualidade não existe, do que aceitá-la em si, respeitarem a filha, acolhê-la, vê-la feliz.

Os pais de Rosa fazem uso das duas primeiras formas de invisibilizar a bissexualidade, postas por Lewis (2012), ao falarem que a bissexualidade não existe e logo depois, defini-la como “apenas uma fase”. As falas dos pais de Rosa trazem, de forma implícita, a religião católica quando, por exemplo, mencionam a importância de casar-se e “ter filhos” com um homem, ou seja, procriação.

A América Latina é casa de aproximadamente 40% dos católicos do mundo (FAUS, 2014) e, assim, muitos valores do catolicismo estão presentes na cultura latino-americana, descrevendo a norma de comportamento e desejo para homens e mulheres por meio do discurso, influências, referências etc. Podemos supor que o casal em questão possui esses valores de acordo com suas falas, contudo, é necessário apontar que pesquisas sobre a especificidade da mulher bissexual latino-americana são inexistentes.

Ainda, durante um jogo de adivinhação, diante de um desenho de Rosa em que duas mulheres davam as mãos, a mãe da personagem dizia que eram amigas, sócias, mas não mencionou em nenhum instante a possibilidade de serem um casal. Rosa se irrita novamente, explica sua posição frente à bissexualidade, dizendo que não havia contado antes por medo que os pais reagissem exatamente da forma como reagiram e, então, deixa a sala.

Assim que se depara com a reação dos pais, Rosa fica brava, chora, mas não se retrai em nenhum momento, fala com firmeza e se faz ouvida. Isso diz muito sobre o momento da sua vida: é uma personagem de 30 e poucos anos com emprego fixo, amigos compreensivos, renda

suficiente para morar sozinha e não depende financeiramente dos pais.

Esse cenário é muito importante para explicar a confiança e firmeza de Rosa ao falar com os pais e se retirar da sala/restaurante quando a conversa não é mais produtiva, já que uma rede de apoio e possibilidades de se reinventar são muito maiores nesse contexto. Entendemos tal atitude como um meio de enfrentamento e não como uma fuga, já que, aparentemente, Rosa tentou dialogar, mas a conversa não teve como continuar diante do preconceito dos pais e a forma que eles demonstraram não estarem abertos a ouvir tudo que a filha tinha a dizer. Rosa se retirou para não ficar mais estressada e retomou contato quando estava mais calma.

Na cena em que o pai de Rosa vai ao local em ela trabalha falar com a filha, vemos uma tentativa de compreensão por parte do pai, que reconhece que entender a bissexualidade pode ser um processo difícil, mas está disposto a enfrentá-lo. Ele pediu, ainda, mais paciência de Rosa com a mãe, uma vez que essa ainda não estava preparada para entender a situação e, por fim, cancelou a tradicional noite de jogos com a filha.

Esse movimento: o estranhamento, a reflexão e a tentativa de reaproximação com ressalvas, ainda causaram muito sofrimento em Rosa, já que ela não se vê como uma pessoa diferente, mas é privada da companhia dos seus pais exclusivamente por ter contado a eles que era bissexual. Os pais da personagem ainda demonstram o incômodo de estar perto da filha depois da revelação, como se a detetive fosse outra pessoa a partir daquele momento, uma pessoa que não é bem-vinda.

A série reconhece a importância do acolhimento da família para a pessoa LGBTQIA+, como é possível ver na cena final. Ao verem a amiga triste e decepcionada com o desenrolar da situação, seus colegas de trabalho se

organizam e planejam uma surpresa para Rosa: noite de jogos semanalmente, como ela costumava ter com seus pais. Essa nova tradição entre amigos demonstra a possibilidade da resignificação e pertencimento a uma “nova família”, a delegacia número 99 de Brooklyn/NY.

Considerações Finais

Apesar de *Brooklyn Nine-Nine* fazer um excelente trabalho na apresentação de uma personagem bissexual, nos dando representatividade de forma responsável, podemos entender que o assunto apresenta muitas questões das quais o meio midiático ainda não tem capacidade de se debruçar a fundo. Entendemos que o assunto não está nem perto de esclarecido, e incentivamos mais pesquisas brasileiras sobre o tema.

Apesar disso, Rosa Diaz se mostra como uma personagem dinâmica, forte, assertiva, e nem um pouco confusa sobre sua sexualidade, quebrando o estereótipo de bissexuais como seres confusos ou da bissexualidade como algo propício da fase adolescente, antes do indivíduo “se encontrar”.

A série também apresenta um certo nível de veracidade: os acontecimentos poderiam ter se dado na vida de qualquer pessoa bissexual real. Isso é importante porque a mídia verossimilhante se apresenta como um bom retrato da situação social presente. Claro que há variáveis importantes que devem ser consideradas: trata-se de uma personagem de boas condições sociais e econômicas e isso também lhe proporcionou condições de esclarecimento sobre questões de gênero e empoderamento sobre o se assumir para si mesma e para o mundo, o que em outros contextos poderia exigir investimentos de setores políticos e educacionais.

Brooklyn Nine-Nine, neste episódio, mostra-nos uma imagem: apesar da situação social referente à população LGBTQIA+ estar melhorando (devagar, mas com constância), essa população não está livre de discriminação, passando por situações dolorosas constantemente. Mais importante, essa população sempre encontrou redes de apoio e acolhimento nas suas “famílias escolhidas”, algo do qual a população LGBTQIA+ se orgulha, ao proporcionar conforto e alívio para a comunidade.

As autoras incentivam o consumo de mídia representativa da população LGBTQIA+, assim como conteúdo criado pela mesma. Dessa forma, trazemos cada vez mais para a realidade de todos e todas a existência dessas pessoas, diluindo o preconceito. Também se faz indispensável que pesquisadores e pesquisadoras se debrucem sobre o assunto.

Assim sendo, escolhemos uma fala do capitão da delegacia para promover reflexão e finalizar:

[...] Devia se orgulhar. Sei que as coisas não estão como queria, mas prometo que vão melhorar. Sempre que alguém assume quem é, o mundo fica melhor e mais interessante (BROOKLYN NINE-NINE, 2017).

Referências

ANGELIDES, S. **A History of Bisexuality**. Chicago: University of Chicago Press. 2001.

FAUS, J. **Catolicismo perde força e um em cada cinco é protestante na América Latina**. 2014. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2014/11/13/internacional/1415854297_029972.html Acesso em: 28/06/2020

FEINSTEIN, B. A.; DYAR, C. Bisexuality, minority stress, and health. **Curr Sex Health Rep.**, vol. 9, n. 1, p. 42-49, 2017.

GUSMANO, B. Coming out Through an Intersectional Perspective: Narratives of Bisexuality and Polyamory in Italy. **Journal of Bisexuality**, vol. 18, n. 1, p. 15-34, 2018.

KLESSE, C. Dancing on the waves or being washed away? Representations of bisexualities in Liquid Modernity. **Sexualities**, vol. 21, n. 8, p. 1360–1367, 2018.

LAGO, R. F. Bissexualidade masculina: uma identidade negociada? In: HEILBORN, M. L. (Org.) **Sexualidade: O olhar das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999. p. 157-174.

LEWIS, E. S. “EU QUERO MEU DIREITO COMO BISSEXUAL”: A marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do movimento LGBT e propostas para fomentar sua aceitação. In: III SIMPÓSIO NACIONAL DISCURSO, IDENTIDADE E SOCIEDADE, 02, 2012, Campinas. **Anais[...]** Campinas, 2012. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/LEWIS_ELIZABETH_SARA.pdf Acesso em 28 de jun. 2020.

LOURO, G. L. **Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora Ltda. 2004.

ROSA, L. **A LGBTfobia como Fenômeno Cultural e seus Impactos Psíquicos**. Brasília: UNICEUB. 2017.

SAGER, J. B.; SCHLIMMER, E. A.; HELLMANN, J. A. Latin American Lesbian, Gay, and Bisexual Clients: Implications for Counseling. **Journal of Humanistic Counseling, Education and Development**, vol. 40, p 21-33, 2001.

SANDFORT, T. G. M.; DODGE, B. “...And Then There was the Down Low”: Introduction to Black and Latino Male Bisexualities. **Arch Sex Behav.**, vol. 37, n. 5, p. 675–682, out, 2008.

Capítulo 10

OS FLINTSTONES E A REPRESENTAÇÃO DA MULHER EM UM DESENHO INFANTIL DOS ANOS 1960

Paulo Eduardo Aragon Marçal Ribeiro
Paulo Rennes Marçal Ribeiro

Introdução

Os anos 1960 são um marco na História Contemporânea quando se fala em Sexualidade e Gênero. É a década da Revolução Sexual e da 2ª Onda do Feminismo, que a partir de Betty Friedan e seu livro clássico de 1963, *A mística feminina*, estabeleceu o caminho de transformações em relação a até então enraizada desigualdade entre homens e mulheres (FRIEDAN, 1971).

Questões como a patriarcal família nuclear (pai – mãe – filhos), a submissão feminina, a forma como as mulheres eram vistas e retratadas nos meios de comunicação, a impossibilidade de ascensão da mulher nas diversas esferas de trabalho e poder, limitando-a ao lar e à função doméstica, tornaram-se bandeiras de luta para erradicar a desigualdade e a opressão.

O Movimento *Hippie* e o advento da pílula anticoncepcional contribuíram para uma mudança dos padrões de comportamento sexual, valores libertários foram incorporados e desde então a sociedade ocidental caminhou para o fortalecimento e consolidação de uma nova ordem sexual, que mesmo com alguns reveses, como o surgimento da AIDS nos anos 1980 e o ressurgimento de ideologias totalitárias de extrema direita nos últimos anos,

continua sendo a opção consciente para a maioria da população (RIBEIRO, 1990). Liberdade sexual, liberdade de expressão e igualdade de gênero são valores atuais que tiveram seu despontar e fortalecimento a partir dos anos 1960.

Nessa década, filmes, séries e desenhos oriundos dos Estados Unidos retratavam a mulher e a família a partir dos padrões de comportamento e valores vigentes na sociedade americana, sendo que o universo do entretenimento ainda sofria alguns resquícios do *macarthismo*.

Vídeo Analisado

Tipo de Material	Série
Título Original	<i>The Flintstones</i>
Nome Traduzido	<i>Os Flintstones</i>
Gênero	Comédia para Adultos (estilo <i>sitcom</i>)
Ano	1960-1966
Local de lançamento e Idioma original	Estados Unidos da América, Inglês.
Duração	23 min (episódio)
Direção	William Hanna & Joseph Barbera

O seriado de desenho animado *Os Flintstones* (*The Flintstones*, em inglês) ficou famoso por satirizar o cotidiano da classe média americana por meio de uma família típica da Idade da Pedra, e originalmente foi apresentado entre 1960 e 1966, totalizando 166 episódios em seis temporadas.

Criado por William Hanna (1910-2001) e Joseph Barbera (1911-2006), foi produzido pelo estúdio de desenho animado *Hanna-Barbera Productions, Inc.* fundado em 1957. Os personagens principais são os casais Fred e Wilma

Flintstone e Barney e Betty Rubble, e seus filhos, respectivamente Pedrita (*Pebbles*, no original inglês) e Bam-Bam (*Bamm*). Todos vivem na cidade de *Bedrock*.

Figura 1. Barney, Betty, Wilma e Fred



Fonte: DVD *Os Flintstones*. 4ª Temporada, Ep. 91, Warner Vídeo.

Análise Crítica

O maior apelo do desenho é, em grande parte, devido às semelhanças dos enredos com o “nosso” mundo, ainda que ele se passe na Idade da Pedra: Fred reclama do trabalho, vive sem dinheiro e está sempre irritado ou cansado, descontando em sua mulher e seus amigos.

O cotidiano dos personagens se assemelha ao dia-a-dia de qualquer família de classe média, cujas histórias revelam conflitos, diálogos, atitudes e valores correntes nos anos 1960, já se percebendo, no entanto, a manifestação do pensamento de liberdade e de igualdade entre homens e mulheres trazido pelo movimento feminista, entrelaçado a atitudes machistas que faziam parte da sociedade de então.

Na 1ª Temporada os episódios se alternavam entre algumas fórmulas episódicas recorrentes, em que predominavam histórias em que Fred e Barney brigavam, se metiam em confusão por esconder algo de suas mulheres, ou então se davam mal ao tentarem melhorar de vida e Fred perder o controle da situação ao se apresentar como ambicioso demais. Fred e Barney são trabalhadores – empregados de empresas, operários – enquanto Wilma e Betty são donas de casa.

A 2ª Temporada mantém a narrativa episódica da temporada anterior, e dá maior destaque ao trabalho de Fred e a sua relação com seu chefe, o Sr. Pedregulho (Mr. Slate, no original). Alterna entre *sitcoms* (comédia de situação) e episódios em que Fred & Cia se metem em alguma confusão. A personalidade dos protagonistas agora está bem definida e os roteiristas sabem o que fazer com seus personagens, ainda que também tenha episódios genéricos e insossos, que fogem um pouco do gênero *sitcom* que alavancou o desenho animado.

Figura 2. Betty dona de casa



Fonte: DVD Os *Flintstones*. 2ª Temporada, Ep. 46, Warner Vídeo.

Ainda não há preocupação com cronologia, e os episódios continuam ignorando completamente fatos ocorridos em episódios anteriores. De qualquer forma, assim como na temporada de estreia, os roteiristas conseguem inserir pequenas tiradas que brincam com situações típicas da classe média do século XX, fazendo com que o seriado seja uma excelente diversão. Curiosamente, as quatro primeiras temporadas são voltadas para o público adulto, mesmo sendo desenho animado. Na 1ª Temporada, a maneira que as mulheres são retratadas nos remete a um machismo bem significativo.

Nesta segunda temporada aparecem com mais frequência os aparelhos, ferramentas e engenhocas envolvendo dinossauros e outros animais que substituem seus equivalentes mecânicos do século XX, roubando a cena durante os episódios. Fred está particularmente ranzinza em alguns dos episódios que fecham a temporada, e Wilma, que era uma personagem feminina forte no ano de estreia, perdeu um pouco da força nesta temporada.

Apesar de criticarmos a primeira temporada pela maneira de tratar as mulheres, lembramos que o ano de estreia foi 1960. Mesmo assim, Wilma era uma protagonista feminina até muito forte para os padrões da época. Porém, Wilma e Betty são donas de casa com atribuições domésticas e é bem nítida a divisão de trabalho de homens e mulheres. As mulheres são figuras do lar, completamente subordinadas e sempre acatam a palavra final do homem.

A herança do *machartismo* se faz presente, a censura moral ainda é rígida e camas de casal não podem aparecer na TV. Este pequeno detalhe é mostrado na figura a seguir e faz parte de todo o seriado:

Figura 3. Camas de solteiros para casais, mesmo sendo casados.



Fonte: DVD Os Flintstones. 6ª Temporada, Ep. 144, Warner Vídeo.

A 3ª Temporada começa diferente, apesar de manter a narrativa episódica. Se antes a maior parte dos episódios brincava com situações típicas de uma família de classe média, esta temporada começa com vários episódios que destoam dessa premissa, e não soam como *Flintstones*: abandona-se a pegada adulta de *sitcoms* e abraça-se narrativas ao melhor estilo de desenho animado, com enredos dos mais “viajados” possíveis: por exemplo, Fred inventando uma poção da invisibilidade, ou então Barney ser exposto a um excesso de gás do riso e sair voando por Bedrock, se metendo em altas confusões, dentre outros. Porém, os episódios continuam autênticos por conta dos protagonistas, muito bem desenvolvidos a essa altura da série, e, com o tempo, você se acostuma a essa nova abordagem, e se pega gargalhando com as sempre divertidas *gags* visuais.

Além disso, as invenções malucas envolvendo dinossauros e ferramentas analógicas, que no início não se faziam tão presentes, explodem neste terceiro ano, mostrando o enorme grau de criatividade dos autores, e podemos até dizer que efetivamente roubavam a cena durante os episódios. Como descreve Furquin (2010, p. 1),

todos os itens de consumo do mundo moderno, como telefone, chuveiro, liquidificador, jornal, entre outros, são feitos de pedra, muitos deles operados por animais. As moradias situam-se no interior de grandes rochas e os automóveis movem-se por tração exercida pelos pés dos próprios passageiros e motorista.

Por fim, apesar de no início parecer que a série ia continuar completamente despreocupada com a própria cronologia, somos surpreendidos na metade deste 3º ano quando a revelação da gravidez de Wilma vira a série de ponta cabeça. As histórias melhoram exponencialmente de qualidade após o anúncio da gravidez e o terço final desta temporada concentra alguns clássicos episódios.

Pedrita é uma excelente adição ao já ótimo rol de protagonistas e seu nascimento consegue renovar o desenho, literalmente roubando a cena sempre que aparece, além de ser o motor de alguns dos melhores cenários dessa temporada.

Furquin (2010, p. 1) explica que o seriado *Os Flintstones*

inicialmente, foi pensado como um sitcom, formato de série focado no cotidiano e no humor, para o público adulto. Tanto que, nos primeiros anos, os personagens apareciam em comerciais fumando e eram relacionados à marca de cigarros Winston. Aos poucos, com a introdução de personagens crianças, passou a abranger o público infantil e jovem. Neste período, os temas tornaram-se mais familiares, abordando os problemas típicos de uma família de classe

média. No dia 30 de setembro de 1960 estreava pelo canal ABC a primeira série animada adulta da TV exibida em rede nacional no horário nobre.

Na 4ª Temporada surge Bam-Bam, o bebê que será adotado pelos Rubble e tem como característica sua força física. Ele e Pedrita ficam muito amigos e, ao longo dos episódios a distinção entre o comportamento que se espera de meninos e meninas fica muito definido: Pedrita geralmente chora ou faz birra pra conseguir o que deseja, enquanto Bam-Bam usa seu clássico porrete.

Igualmente, a ideia da “princesa” sendo salva pelo “príncipe encantado” é reproduzida como nestas duas figuras. Inicialmente Pedrita se depara com um perigo iminente:

Figura 4. Pedrita ameaçada pelo gato do vizinho



Fonte: DVD *Os Flintstones*. 4ª Temporada, Ep. 91, Warner Vídeo.

Imediatamente chega Bam-Bam, que domina a fera:

Figura 4. Bam-Bam socorrendo Pedrita



Fonte: DVD Os *Flintstones*. 4ª Temporada, Ep. 91, Warner Vídeo.

Cenas interessantes aparecem quando Fred se vê obrigado a realizar tarefas domésticas e aparece com fisionomia séria e emburrada, demonstrando como o trabalho considerado feminino não é atribuição para o homem. Ainda assim, o seriado é provocativo porque tenta, em um contexto cronológico dos anos 1960, mostrar que é possível que os homens desempenhem trabalho doméstico. Mesmo com *cara de raiva!*

Figura 5. Fred limpando o chão



Fonte: DVD Os *Flintstones*. 2ª Temporada, Ep. 54, Warner Vídeo.

Uma das características principais de Fred é a rabujice, que ele demonstra nas caras que faz quando está insatisfeito ou fazendo algo que não deseja, como as atividades domésticas que aparecem nas Figuras 5 e 6. Nesta história, ele é obrigado a cuidar da casa porque Wilma está com problema no joelho.

Figura 6. Fred em atividades domésticas



Fonte: DVD *Os Flintstones*. 2ª Temporada, Ep. 54, Warner Vídeo.

Nas 5ª e 6ª Temporadas o seriado ganha uma nova orientação, incorporando o público infantil e juvenil, o que faz com que haja modificações nos comportamentos e atitudes dos personagens, no entanto sem perder as características já identificadas pelos fãs. É no último ano da série que surge o minúsculo extraterrestre Grande Gazoo, que conhece Fred e Barney e os leva a viverem situações engraçadas.

Figura 7. O Grande Gazoo



Fonte: DVD Os *Flintstones*. 6ª Temporada, Ep. 147, Warner Vídeo.

Além das imagens, há vários diálogos com conteúdo discriminatório que retratam o pensamento cotidiano do período em que a Série foi produzida, tanto em contextos domésticos e corriqueiros, quanto em histórias que Fred e Barney buscam escapar das esposas para se divertirem sozinhos.

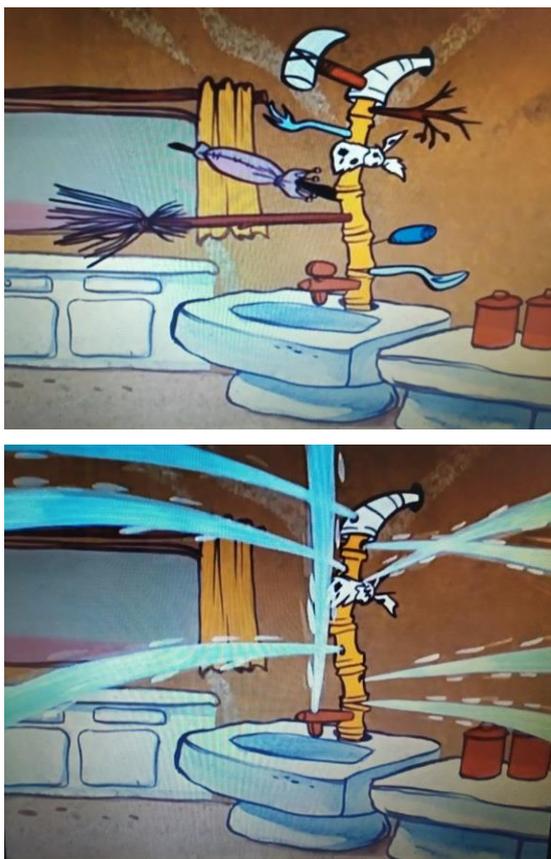
Por exemplo, na 2ª Temporada, Ep. 52, (*Fred stikes out/Compromisso dobrado*) a história está centrada em Fred e suas artimanhas para conseguir driblar Wilma e poder fazer o que quer, no caso, jogar boliche (“coisa de homem”), pois Wilma quer comemorar o aniversário de casamento (“coisa de mulher”).

Para ilustrar este contexto, selecionamos alguns diálogos mais marcantes de diferentes episódios da 2ª Temporada.

Na história *The house guest/Uma questão de hospitalidade* (Episódio 42), o foco da história é um problema com o encanamento na casa de Barney e Betty. Betty quer chamar um bombeiro para consertar o

vazamento, mas Fred a impede e diz que poderá fazer o serviço e Betty irá economizar. Fred diz: “As mulheres são assim, elas pensam que dinheiro cresce em árvores”. A questão marcante é a típica atitude masculina de teimar e insistir em fazer algo mesmo sem ter o conhecimento necessário, como ilustram as figuras abaixo.

Figura 8. O conserto de Fred e o resultado



Fonte: DVD Os *Flintstones*. 2ª Temporada, Ep. 42, Warner Vídeo.

Quando Betty questiona o que Fred está fazendo para consertar o vazamento, ele diz para ela: “*Ouça, Betty, isto é assunto de homens, negócios para homem!*” E a atitude de Betty é concordar pra não brigar... Ao final, o estrago feito por Fred é tão grande que somente um profissional poderá resolver, e a casa inundada faz com que Betty e Barney se hospedem na casa de Fred e Wilma.

Na história *The Entertainer/Relações Públicas* (Episódio 46) Fred é incumbido por seu patrão, o Sr. Pedregulho, para sair com uma possível investidora da empresa, Greta Gravel, levando-a para jantar e dançar. Fred fica dividido entre agradar seu patrão e não provocar Wilma, o que o leva a mentir e dizer à esposa que iria trabalhar à noite. Sempre azarado nas histórias, Wilma, Betty e Barney acabam indo ao mesmo restaurante em que Fred se encontra.

Para piorar, Greta e Wilma são amigas de escola quando jovens, e ao se reconhecerem, vão conversar. Fred se esconde e foge. Wilma leva Greta para casa e a confusão se instala quando todos se encontram e a verdade é revelada. Em um primeiro momento, Wilma briga com Fred, mas acaba entendendo que o marido estava apenas atendendo a um pedido do patrão. O desfecho é muito interessante: pois reforça a subserviência e o machismo quando, após a justificativa de Fred para suas trapalhadas, Wilma faz *mea culpa* para valorizar o marido e tenta compensar a injustiça cometida. E temos o seguinte diálogo:

Greta diz que elas (Wilma e Betty) devem agradecer pelos maridos que possuem. E explica o que Fred buscava com aquela atitude: “*Um aumento para pagar todos esses luxos para que a esposa tivesse uma vida melhor*”. E acrescenta: “*Vocês mulheres que têm maridos trabalhadores não sabem a sorte que possuem*”. Em seguida, Barney

complementa: “Maridos como nós não crescem em árvores”!!!!

Na história *Latin Lover/Tipo Latino* (Episódio 59), ao chegar do trabalho Fred espera que Wilma o receba com carinho e uma refeição suculenta. No entanto, Wilma e Betty estão fixadas em um filme na TV, em que um ator de nome Roberto Rochaline é um grande conquistador latino e as duas estão encantadas com ele. Consequentemente, para elas, naquele momento a prioridade é o filme. Dá-se, então, o seguinte diálogo: Fred grita “Wilma, eu quero o meu jantar!!!” e Wilma responde que fará o jantar durante o intervalo. Com ciúme do ator, Fred diz para si mesmo, reclamando em voz alta: “Esta é minha casa, ela é minha mulher e vai cozinhar o meu jantar...”.

Há outras situações menores que podem ser citadas, como na história *The beauty context/Concurso de beleza* (Episódio 39), em que Fred e Barney são jurados de um concurso de beleza. Sem saber o motivo, Betty e Wilma não entendem o assédio recebido pelos maridos por moças bonitas participantes do concurso, o que leva Betty a reclamar: “Sou sua esposa, a que cozinha, lava, mantém a casa limpa”...

E na história *Trouble-in-law/A sogra* (Episódio 54) logo vemos o trocadilho *Trouble-in-law* com *Mother-in-law* (sogra em inglês), sugerindo que sogras sempre causam transtornos. E, em um diálogo, quando Betty diz “Às vezes não sei o que se passa com vocês homens”, Barney responde: “Mulheres! Hahahaha...”.

São concepções correntes na época em que a série foi produzida, e que fazem parte da construção e desconstrução históricas de valores, conceitos, percepções, representações e atitudes relativas a gênero e sexualidade. Ao mesmo tempo em que detectamos diálogos e posicionamentos discriminatórios e machistas, também verificamos uma tentativa de provocar reflexões e

apresentar a mulher ante uma sociedade que estava iniciando seu processo de transformação.

Os atributos que foram apresentados como características ou dons precisam ser questionados e revistos se queremos transformar a sociedade androcêntrica e preconceituosa à qual estamos inseridos:

[...] ser mulher é uma construção social que nunca finda. Essa ideia contraria concepções como a de “dom” e de “essência”, uma vez que nega o inatismo de características atribuídas a homens e mulheres e recorre aos processos sociais e históricos para explicar a constituição dos gêneros masculino e feminino (COSTA; RIBEIRO, 2011, p. 479).

Acreditamos que a reflexão feita neste capítulo deva

fornecer criticidade [...e] questionamento de atitudes, comportamentos e estereótipos sexuais diferenciados e direcionados a homens e mulheres. É necessário proporcionar certo desconforto em nosso olhar, provocando-o ao ponto de enxergar além daquilo que o rodeia e espantar-se com o que já se apresentou como óbvio, como exemplo a produção de mulheres “recatadas” e “prendadas”, um olhar que ao promover reflexões sobre as questões de sexualidade e gênero possa nos dar subsídios para formularmos uma realidade mais igualitária entre homens e mulheres... (COSTA; RIBEIRO, 2009, p. 43).

Considerações Finais

O seriado *Os Flintstones* fez história, é um dos desenhos de animação mais famosos e até hoje diverte crianças, jovens e adultos. Não podemos nos esquecer de que cada momento histórico tem uma percepção de mundo e das relações, e quando questionamos as concepções de gênero não o fazemos como uma crítica

gratuita ou sem sentido, e tampouco tratamos o pensamento corrente de cada época como uma aberração.

O fazemos porque é importante, ou melhor, essencial que tenhamos certeza que análises, críticas e reflexões de atitudes e contextos históricos e atuais podem eliciar movimentos de luta e transformações para a erradicação de preconceitos de gênero, tabus sexuais e discriminações sociais existentes tanto nos anos 1960 quanto hoje.

Para concluir, lembramos que a Educação Sexual é essencial enquanto campo de saber e aprendizado, constituindo espaço didático necessário para fazer avançar a desconstrução de valores, comportamentos e atitudes que reprimem e condicionam os sujeitos. É uma questão de cidadania e direitos, como têm discutido Maia e Ribeiro (2011) e Ribeiro (2013).

Filmes, séries e desenhos animados podem ser utilizados como recursos didáticos voltados para a discussão de temas sociais relevantes que integram o currículo escolar. Em *Os Flintstones* podemos aproveitar seu direcionamento para o público adulto em suas quatro primeiras temporadas e explorar os conteúdos envolvendo relações de gênero, preconceitos, tabus, relações de trabalho, construção de identidade, empoderamento feminino, estabelecendo diálogos eficazes com os (as) alunos (as) e analisando criticamente a desigualdade entre homens e mulheres tão presente em nossa sociedade.

Referências

COSTA, A. P.; RIBEIRO, P. R. M. Como se produz mulheres recatadas e prendadas? Alguns questionamentos sobre sexualidade e relações de gênero. In: RIBEIRO, P. R. M. (Org.) **Gênero, sexualidade e educação sexual em debate**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 33-44.

COSTA, A. P.; RIBEIRO, P. R. M. Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de Pedagogia. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 475-489.

FRIEDAN, B. **A mística feminina**. Petrópolis: Editora Vozes, 1971.

FURQUIN, F. Yabba Dabba Doo: 50 Anos de Os Flintstones. **Revista Veja**, 30/09/2010. In: <https://veja.abril.com.br/blog/temporadas/yabba-dabba-doo-50-anos-de-os-flintstones/> Acesso em 29/06/2020.

MAIA, A. C. B.; RIBEIRO, P. R. M. Educação sexual: princípios para ação. Araraquara: DOXA – **Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, v. 15, n. 1, 2011, p. 75-84.

RIBEIRO, P. R. M. **Educação sexual além da informação**. São Paulo: E. P. U., 1990.

RIBEIRO, P. R. M. A educação sexual na formação de professores: sexualidade, gênero e diversidade enquanto elementos para uma cidadania ativa. In: RABELO, A. O.; PEREIRA, G. R.; REIS, M. A. S. (Orgs.) **Formação docente em gênero e sexualidade: entrelaçando teorias, políticas e práticas**. Petrópolis: De Petrus et Alii Editora; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2013, p. 7-15.

SOBRE OS (AS) AUTORES (AS)

Ana Beatriz Venturin. Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Experiência de estágio na *University of British Columbia (UBC)* - Vancouver, na área da saúde sexual da mulher. Áreas de atuação principais: Saúde, Sexualidade, Mídia e Gênero.
E-mail: anabventurin@gmail.com

Ana Paula Machado Bonora. Psicóloga. Mestre em Psicologia de Desenvolvimento e Aprendizagem pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP, Bauru. Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual de Londrina. Participante do Grupo de Estudos GEPDI - Grupo de Estudos e Pesquisa em Deficiência e Inclusão. Áreas de atuação: Psicologia Humanista, Gerontologia, Deficiência e Inclusão, Psicologia Clínica.
E-mail: anapaula.machadob@gmail.com

Andre Gellis. Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia Clínica pelo Instituto de Psicologia da USP. Professor Assistente Doutor, junto ao Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Bauru. Atua na graduação no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências (FC) da UNESP (Bauru) e na Pós-Graduação no Curso de Educação Sexual da Faculdade de Ciências e Letras (FLar) da UNESP (Araraquara). Também é Supervisor do Centro de Psicologia Aplicada (FC, UNESP, Bauru) e Professor Visitante do *Département de Psychanalyse de l'Université Paris 8, Vincennes - Saint Denis*. Possui experiência na área de Psicologia Clínica, com ênfase em Psicanálise, atuando

principalmente nos seguintes temas: Clínica Psicanalítica, Teoria e Técnica da Psicanálise, Psicanálise e Sexualidade.
E-mail: andre.gellis@unesp.br

Bianca Longhitano. Graduanda em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Membro do Grupo de Estudos em Sexualidade, Educação e Cultura- GEPESSEC. Pesquisadora nas áreas: Gênero, Sexualidade e Psicologia do Desenvolvimento.
E-mail: bianca.longhitano96@gmail.com

Brenda Sayuri Tanaka. Graduanda em Psicologia, Faculdade de Ciências. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" – Campus Bauru. Áreas de atuação principais: Desenvolvimento infantil no primeiro ano de vida, desenvolvimento psicossocial na adolescência, sexualidade feminina e violência sexual. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura (GEPESSEC).
E-mail: brendastanaka@gmail.com

Fernando Teixeira Filho. Psicólogo. Mestre e Doutor em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Livre-Docente em Psicologia Clínica pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Atualmente é professor adjunto (nível I) na Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras Júlio de Mesquita Filho (UNESP), *campus* Assis, atuando na graduação e na pós-graduação. Tem experiência na área de Psicologia com ênfase em clínica e social, trabalhando principalmente com os temas: processos de estigmatização; produção da violência; diversidades sexuais; minimização da LGTBfobia; prevenção às DSTs e HIV/Aids; Psicologia e Estudos de Gênero; Psicologia e Teoria Queer. Desde o ano de 2010

desenvolve a pesquisa sobre a representação da personagem gay no cinema.

E-mail: fsteixeirafilho@gmail.com

Florêncio M. da Costa Júnior. Docente no Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista (UNESP- Araraquara) e no curso de Psicologia das Faculdades Integradas de Bauru (FIB). Psicólogo clínico no Instituto de Análise do Comportamento de Bauru (IACB). Doutor em Medicina Preventiva (USP – São Paulo). Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem (UNESP – Bauru). Graduado em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Bauru. Áreas de atuação: gênero e sexualidades; psicoterapia comportamental e psicoterapia de queixas sexuais.

E-mail: mcostajunior@gmail.com

George Miguel Thisoteine. Psicólogo pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP, *campus* Bauru). Áreas de atuação principais: Clínica psicanalítica e fundamentos teórico-técnicos da clínica psicanalítica; acompanhamento Terapêutico da clínica das psicoses e uso de drogas. Atualmente atua como psicólogo clínico e AT na cidade de São Paulo.

E-mail: georgemtcmf@gmail.com

Laura Cunha Hanitzsch. Graduanda em Psicologia. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, Faculdade de Ciências. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Educação e Cultura (GEPESEC). Áreas de atuação: Estudos de sexualidade e gênero; Psicologia Escolar e Psicologia Social Comunitária.

E-mail: laurahanitzsch@gmail.com

Leilane Raquel Spadotto de Carvalho. Psicóloga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP Bauru. Membro e coordenadora de reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura (GPESEC). Áreas de atuação principais: Psicologia do Desenvolvimento Humano, Sexualidade, Educação Sexual e Inclusão.
E-mail: leilane.spadotto@hotmail.com

Leticia Boffi. Graduada em Psicologia pela Universidade Federal de Uberlândia. Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Membro do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS). Integrante do Grupo de Ação e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero – VIDEVERSO e Grupo de Masculinidades. Áreas de Atuação: estudos de gênero; masculinidades; saúde da população trans e homens trans.
E-mail: leticiaboffi@gmail.com

Maiara Cristina Pereira. Psicóloga. Mestre em Educação Sexual pela Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" - UNESP. Atua na área da educação e realiza pesquisas com as temáticas: transexualidades, gênero e geração.
E-mail: mapereira.aim@gmail.com

Manoel Antônio dos Santos. Professor Titular do Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade de São Paulo - USP, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto. Coordenador do Laboratório de Ensino e Pesquisa em Psicologia da Saúde (LEPPS), Grupo de Ação e Pesquisas em Diversidade Sexual e de Gênero – VIDEVERSO

e Grupo de Masculinidades. Áreas de atuação: Saúde da população LGBTQI+, masculinidades, estudos de gênero, homossexualidades, lesbianidades, transexualidades.
E-mail: masantos@ffclrp.usp.br

Mariana De Oliveira Farias. Psicóloga Judiciária, Mestre em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem pela Unesp/Bauru, Doutora em Psicologia Social pela PUC de São Paulo. Atua no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, é professora no curso de graduação de Psicologia da Universidade do Vale do Paraíba e autora do livro “Adoção por Homossexuais: a família homoparental sob o olhar da psicologia jurídica”. Áreas de atuação: psicologia jurídica, conjugalidades e parentalidades, adoção, guarda, casos litigiosos, gênero, orientação sexual e homofobia.
E-mail: marianadeoliveirafarias@gmail.com

Mirela Bosco. Psicóloga. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisas em Sexualidade, Educação e Cultura, Especialista em Saúde Mental e Cognição pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCAR. Áreas de atuação: Sexualidade, Clínica Psicanalítica, Saúde Mental e Comunidade.
E-mail: mirelambosco@gmail.com

Patricia Porchat Pereira da Silva Knudsen. Psicóloga e psicanalista. Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências da UNESP/Bauru e do Programa de Pós-Graduação em Educação Sexual, Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/Araraquara. Membro do Núcleo de Estudos, Extensão e Pesquisas em Psicanálise (NEPPSICA)

e do GT Psicologia e Estudos de Gênero da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Psicologia (ANPEPP). Áreas de atuação: Psicanálise, Teoria Queer, saúde da população LGBTQI+, gênero e sexualidades.
E-mail: patricia.porchat@unesp.br

Paulo Eduardo Aragon Marçal Ribeiro. Engenheiro de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. Mestrando em Planejamento Energético na Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.
Blog: <http://portfolio-da-vida.blogspot.com/2018/11/>
E-mail: padu.aragon@hotmail.com

Paulo Rennes Marçal Ribeiro. Psicólogo. Doutor em Saúde Mental e Livre-Docente em Sexologia e Educação Sexual. Professor Associado no Departamento de Psicologia da Educação e no Curso de Mestrado em Educação Sexual da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP, em Araraquara. Pesquisador 1C do CNPq.
E-mail: paulo.rennes@unesp.br

Rogério Amador de Melo. Psicólogo, doutorando e bolsista CAPES no Programa de Pós-Graduação em Psicologia – UNESP/Assis-SP. Mestre em Psicologia e Sociedade – UNESP/Assis-SP. Membro do Catálogo *Performance Queer Brasil* [SSEX BBOX] e membro do grupo de pesquisa PsiCUqueer - Psicologias, Coletivos e Cultura Queer.
E-mail: rogerio.melo.psi@gmail.com

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Ana Cláudia Bortolozzi. Psicóloga. Docente no Curso de Psicologia da Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. Doutora e Livre docente. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura (GPESEC) e do Laboratório de Ensino e Sexualidade Humana (LASEX). Áreas de atuação principais: Psicologia do Desenvolvimento Humano. Educação Sexual. Sexualidade e Inclusão.
E-mail: claudia.bortolozzi@unesp.br

Leilane Raquel Spadotto de Carvalho. Psicóloga. Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Membro e coordenadora de reuniões do Grupo de Estudos e Pesquisa em Sexualidade, Educação e Cultura (GPESEC). Áreas de atuação principais: Psicologia do Desenvolvimento Humano, Sexualidade, Educação Sexual e Inclusão.
E-mail: leilane.spadotto@hotmail.com

O sétimo volume da **Coleção Sexualidade & Mídias** apresenta capítulos que convergem na temática das identidades dissidentes e opressões sociais que incidem sobre elas. A sexualidade - enquanto um conceito que engloba as relações, os afetos, os desejos e os valores, atravessado pela cultura - revela-se na pluralidade de identidades e vivências. Os (as) leitores (as) vão encontrar nesta obra discussões sobre as subjetividades e as identidades, a partir da “fala” e da imagem de quem vivencia os rótulos “trans”; outras discussões que enfocam o entorno (contexto social, familiar, religioso, etc.), a existência de relações opressivas e preconceituosas e, também, que nos alertam sobre os padrões rígidos e históricos que recaem sobre as orientações sexuais e os modelos de feminilidades/masculinidades.

